



DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Nos 200 anos da Independência do Brasil
e cenários para o século XXI

José Eustáquio Diniz Alves

Francisco Galiza



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.

DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Nos 200 anos da Independência do Brasil
e cenários para o século XXI

José Eustáquio Diniz Alves

Rio de Janeiro
2022



© ENS, 2020. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem autorização por escrito da ENS.

REALIZAÇÃO

ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS

SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO

ASSESSORIA TÉCNICA

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

COORDENADORIA DE CONTEÚDO E PLANEJAMENTO

PROJETO GRÁFICO CAPA

COORDENADORIA DE PROCESSOS E PROJETOS

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

PICTORAMA DESIGN

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de partes dele, sob quaisquer formas ou meios, sem permissão expressa da Escola.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS – ENS

E73d Escola de Negócios e Seguros. Diretoria de Ensino Técnico.
Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI / Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de José Eustáquio Diniz Alves.

Rio de Janeiro: ENS, 2022.

6,9 Mb; PDF

O capítulo 9 foi elaborado por Francisco Galiza.

ISBN 978-65-88030-17-2.

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Brasil – Política econômica.

I. Alves, José Eustáquio Diniz. II. Título.

0022-2640

CDU 338.12(81)

SUMÁRIO

Introdução – Brasil: país do futuro com um enorme passado pela frente	9
Capítulo 1 – Formação histórica do Brasil	15
Capítulo 2 – População, Transição Demográfica e a Pandemia da Covid-19	35
Capítulo 3 – Estrutura etária, bônus demográfico e o envelhecimento populacional	55
Capítulo 4 – Cidades, transição urbana e desenvolvimento econômico	73
Capítulo 5 – As transições na educação, na estrutura familiar e na hegemonia religiosa	91
Capítulo 6 – População, meio ambiente e degradação ecológica	109
Capítulo 7 – Mercado de trabalho e desperdício do potencial produtivo da força de trabalho	123
Capítulo 8 – O cenário dos 200 anos da Independência e perspectivas futuras	139
Capítulo 9 – Linha do tempo e mercado de seguros	149
Referências bibliográficas	173

AGRADECIMENTOS

Nos últimos 30 anos, desde a minha tese de doutorado, que foi focada nas transições da fecundidade e de gênero, tenho estudado a realidade brasileira, buscando entender não somente os retratos momentâneos, mas também o filme que se desenrola no longo prazo. O bicentenário da Independência é uma ótima oportunidade para se olhar as transformações ocorridas nesses dois séculos fundamentais da história brasileira. Este livro resgata e amplia esse esforço. Sua realização e publicação só foram possíveis em função do incentivo inestimável da amiga Maria Helena Monteiro, da colaboração do amigo Francisco Galiza e do apoio essencial da Escola de Negócios e Seguros, pois uma obra nunca é tarefa individual, mas o resultado coletivo do engajamento de muitas pessoas e o benefício do conhecimento acumulado e compartilhado por todos.

Rio de Janeiro, maio de 2022.

José Eustáquio Diniz Alves

APRESENTAÇÃO

Ao longo de seus mais de cinquenta anos de existência, a Escola de Negócios e Seguros (ENS) tem se dedicado a contribuir para o desenvolvimento de iniciativas culturais que abordem temas relevantes de nossa atualidade econômica ou que promovam maior visibilidade à trajetória e ao aperfeiçoamento de nosso mercado segurador. Assim tem sido com os inúmeros livros e estudos publicados sobre seguros bem como análises econômicas e de tendências que impactam o mercado.

É nessa tradição que se insere o presente trabalho do ilustre demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, o qual, sob a ótica da economia e da demografia, analisa as transformações ocorridas nos últimos 200 anos do Brasil.

De uma economia pequena, agrária e rural, marcada por regimes autoritários, patrimonialistas, o Brasil de 1822, composto por uma sociedade de baixa renda, com altas taxas de analfabetismo, mortalidade e natalidade, tornou-se, por suas recentes conquistas, uma das dez maiores nações em termos demográficos e econômicos.

À guisa de ilustração, a esperança de vida ao nascer que estava abaixo de 30 anos no final do século XIX, ultrapassou 75 anos, em 2019. A maior longevidade da população foi essencial para o acúmulo do capital humano e o aumento da produtividade geral. Além da queda da mortalidade, houve uma mudança cultural fundamental que possibilitou a queda da taxa de fecundidade – os casais passaram a investir na qualidade de vida dos filhos em vez de quantidade.

A transição demográfica é um fenômeno por excelência da modernidade e ocorre de maneira sincrônica com o desenvolvimento socioeconômico. Esse novo padrão demográfico é, inexoravelmente, acompanhado por uma transição da estrutura etária, que, por sua vez, gera uma janela de oportunidade, favorecendo o desenvolvimento humano e possibilitando um salto na qualidade de vida de toda a população.

Diante desse marco tão relevante que é o bicentenário Independência do Brasil, soma-se à obra uma breve história do mercado segurador brasileiro, delineada pelo economista Francisco Galiza, uma abordagem fundamental para nos fazer refletir sobre a relevância social do seguro a partir do contexto demográfico e das reais demandas sociais.

São conhecimentos, relatos, dados e gráficos nos conduzindo nessa fascinante história do desenvolvimento econômico e populacional de nosso país e nos provocando, de forma consciente e sofisticada: Quais são nossas possibilidades para um futuro mais justo?

Lucas Vergílio

Presidente da Escola de Negócios e Seguros

Tarcísio Godoy

Diretor Geral da Escola de Negócios e Seguros

INTRODUÇÃO

Brasil: país do futuro com um enorme passado pela frente

“Há exemplos, na história de outros povos, de avanços rápidos no plano político após o despertar de uma longa noite de imobilismo, como se a sociedade fosse dotada de um inconsciente onde laboram forças criativas que ampliam o horizonte de possibilidades futuras”.

Celso Furtado (1920-2004)



Brasil, uma nação com uma enorme área territorial, era um país rural, pobre, atrasado e pequeno, em termos demográficos, no período colonial. Todavia, apresentou avanços socioeconômicos e políticos espetaculares ao longo dos 200 anos da Independência. Houve uma melhoria geral no país, nas diferentes áreas sociais, quaisquer que sejam os indicadores utilizados para medir o progresso humano.

No começo do século XIX, o Brasil era uma colônia escravocrata, voltada para abastecer os mercados centrais com produtos primários, com baixíssima diversificação econômica, uma estrutura social muito hierarquizada e rígida, sem autonomia das decisões, patrimonialista, sem democracia, extremamente desigual, com enorme segregação e discriminação contra as mulheres, baixa proporção da população ocupada economicamente e elevadíssimas taxas de mortalidade.

À guisa de ilustração, na época da Independência, a expectativa de vida ao nascer – que representa um bom resumo de progresso social e nacional – estava em torno de 25 anos e, em dois séculos, saltou para cerca de 75 anos (multiplicou por 3 vezes em 200 anos). De fato, nenhum país do mundo se desenvolveu com a prevalência de alta mortalidade infantil e com baixa duração do tempo de vida. A longevidade é essencial não só para o incremento do capital humano e o aumento da produtividade da força de trabalho, mas, especialmente, para a qualidade de vida das pessoas. Em 1900, a expectativa de vida era de 29 anos no Brasil e

As mulheres
brasileiras obtiveram
o direito de voto, em
1932, adquiriram
níveis crescentes
de educação,
aumentaram as taxas
de participação no
mercado de trabalho
e avançaram nas
diversas áreas sociais.
O desafio do século
XXI será construir
uma sociedade
mais justa e com
equidade de gênero.

49 anos nos Estados Unidos (70% mais alta). Em 2019, os números se aproximaram bastante, com 75,9 anos no Brasil e 78,9 anos nos EUA (apenas 4% mais alta). Portanto, houve redução da desigualdade em relação à expectativa de vida, indicando um processo de convergência entre o Brasil e os países mais desenvolvidos, em uma área fundamental, que é a extensão do tempo médio de vida das pessoas.

O Brasil tinha um atraso estrutural na educação. Quando a corte portuguesa chegou aos trópicos, em 1808, cerca de 99% dos brasileiros eram analfabetos. No ano da Independência, a América Espanhola tinha 22 universidades e o Brasil não tinha nenhuma. Mas esse quadro mudou radicalmente nos dois últimos séculos. A taxa de analfabetismo caiu para cerca de 6%, em 2022, e afetando sobretudo a população mais idosa, que não é capaz de ler e escrever sequer um bilhete simples. Houve uma universalização quantitativa do ensino fundamental, uma grande expansão do ensino universitário, e o Brasil construiu o maior sistema de pós-graduação da América Latina: o país tem formado mais de 60 mil mestres e mais de 20 mil doutores todos os anos assim como tem subido no *ranking* global de publicações científicas. A educação brasileira tornou-se mais inclusiva após a implementação de diversas ações afirmativas.

No mercado de trabalho, o grande progresso e o maior avanço disruptivo ocorreu com o fim da escravidão, em 1888. Evidentemente, a transição para o trabalho assalariado não se deu de forma plena e com ampla inclusão social, mas o número de trabalhadores ocupados passou de menos de um terço para quase metade da população total e a grande novidade foi o aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA). No primeiro centenário da Independência, havia apenas algo como uma, em cada dez mulheres, inserida no mercado de trabalho. No sesquicentenário, em 1972, havia cerca de duas, em dez mulheres, participando da PEA. No ano de 2022, a proporção passou para aproximadamente cinco em dez mulheres brasileiras atuando no mercado de trabalho. O leque ocupacional se ampliou e o salário médio aumentou, mas os desafios da equidade e a redução das desigualdades são tarefas cada vez mais urgentes.

Não existia democracia no Brasil nos primeiros três séculos da história do país, e o processo de rompimento nacional com a metrópole se deu a partir de um movimento aristocrático, elitista e sem participação popular. A primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I, em 1824, introduziu o voto censitário e só tinha capacidade eleitoral os homens com mais de 25 anos de idade com uma renda anual determinada. Portanto, ficaram de fora os escravizados, as mulheres e a população de baixa renda. Consequentemente, menos de 2% da população brasileira tinha participação efetiva no restritivo processo eleitoral do Império (1822-1889). A Proclamação da República também não teve participação popular e, durante a República Velha (1889-1930), o eleitorado girava em torno de 5% da popula-



Bertha Lutz, 1927. Fonte: www.commonswikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

ção brasileira. As mulheres conquistaram o direito de voto em 1932, mas permaneceram minoria do eleitorado e com menos de 6% dos assentos da Câmara dos Deputados até 1998. Durante o regime militar (1964-1985), o eleitorado, que não podia votar para presidente, representava em média cerca de 35% da população, mas, depois da Constituição de 1988, houve ampliação das parcelas populacionais aptas a votar. Em 2018, o eleitorado brasileiro já representava cerca de 70% da população e a percentagem de mulheres com representação na Câmara dos Deputados alcançou 15%.

Em termos de direitos humanos e de proteção social, o Brasil avançou em diversas áreas como, por exemplo, na criação, em 1990, do Sistema Único de Saúde (SUS), que busca garantir acesso à saúde integral, universal e gratuita para toda a população do país. Em relação à previdência social, a primeira iniciativa ocorreu 100 anos após a Independência, quando foi aprovada a Lei Eloy Chaves, em 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP). Nas décadas seguintes, o processo de ampliação da cobertura previdenciária se ampliou, mas foi a Constituição de 1988 que criou as bases para a universalização do sistema. Em 2022, cerca de 85% dos idosos de 65 anos e mais de idade são cobertos por aposentadoria ou pensão. Todo o mercado de seguros avançou muito no Brasil nas últimas décadas. Em toda sociedade que passa pela transição demográfica, o seguro tende a se deslocar do âmbito das relações intergeracionais na família e passa a se ancorar na esfera dos setores público e privado.

O escritor austríaco Stefan Zweig (2001) escreveu o livro *Brasil, País do Futuro*, publicado originalmente em 1941, revelando uma perspectiva

bastante otimista sobre a nação brasileira. De fato, sob um viés positivo, os avanços econômicos, sociais e políticos do país foram significativos nos últimos 80 anos, reafirmando a esperança de um “país do futuro”. O Brasil chegou ao topo das 10 maiores economias do mundo e tem presença crescente no cenário internacional.

Por outro lado, sob um viés pessimista, nota-se em que medida o país deixou de cumprir suas metas nacionais. Se a economia brasileira está entre as 10 maiores do mundo, a *renda per capita* não se encontra entre as 70 maiores da comunidade internacional. A última década (2011-20) marcou o pior decênio da economia brasileira. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2019, o Brasil ocupava o 84º lugar no *ranking* global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A expectativa de vida ao nascer que, outrora, se aproximou da média dos países desenvolvidos, estancou e até diminuiu em decorrência da pandemia da Covid-19. A pandemia também afetou a educação, prejudicando milhões de crianças, que praticamente não tiveram aulas presenciais em 2020 e 2021, e levando 3,5 milhões de jovens a abandonarem o ensino superior em 2021. No mercado de trabalho, há mais de 30 milhões de pessoas subutilizadas, sendo cerca de 13 milhões de desempregados, além de 12 milhões de jovens de 18 a 29 anos que nem estudam e nem trabalham (“geração nem-nem”). O sistema previdenciário brasileiro tem se expandido em termos de número de beneficiários, mas há uma crescente preocupação com a sustentabilidade fiscal do sistema de proteção social do país, especialmente diante do crescente peso do envelhecimento populacional. No contexto marcado pelas eleições gerais no ano da comemoração dos 200 anos da Independência, os cientistas políticos alertam para as ameaças à democracia brasileira e apontam para o pleito eleitoral mais polarizado da história do país.

O meio ambiente é a área mais negativa e prejudicada dos 200 anos da Independência. Se nas áreas econômica, social e política ocorreram avanços espetaculares, embora as conquistas tenham ficado aquém das obtidas por outras nações do mesmo nível de desenvolvimento, na área ambiental houve apenas perdas. O desmatamento, a defaunação, a poluição e a destruição dos ecossistemas é uma chaga dos últimos 200 anos. Ademais, a situação ecológica também piorou muito no mundo, e a humanidade enfrenta atualmente uma crise climática e ambiental que representa a maior ameaça existencial à civilização.

Portanto, o futuro não é um caminho tranquilo, feliz e sem pedras. O Brasil, que estava avançando na integração das atividades industriais, entrou em um processo de reprimarização e desindustrialização, com especialização regressiva da estrutura produtiva. Os desafios são gigantescos para garantir melhor qualidade de vida humana e ambiental, e o país necessita contornar a “armadilha da renda média”, enfrentar as enormes desigualdades sociais, o patrimonialismo, o tradicionalismo, o autoritarismo, os preconceitos, as injustiças e a baixa produtividade dos fatores gerais de produção.

Em qualquer sociedade há uma associação que liga as pessoas no presente, mas também que conecta os mortos, os vivos e os que ainda nascerão. Passado e futuro estão interligados, como veremos nos capítulos seguintes desta obra. O escritor Millôr Fernandes, em sua costureira ironia, disse certa vez: “O Brasil tem um enorme passado pela frente”.

O objetivo deste livro é analisar as diversas transições que ocorreram nos últimos 200 anos e os cenários para o restante do século XXI. Além desta introdução, apresentamos no capítulo 1, de maneira panorâmica, os principais elementos sociais, econômicos, políticos e demográficos da formação do Brasil colonial. No capítulo 2, tratamos da dinâmica demográfica e do impacto da pandemia da covid-19. No capítulo 3 abordamos a mudança da estrutura etária, o 1º bônus demográfico e o profundo e rápido processo de envelhecimento populacional. No capítulo 4, apresentamos a evolução das cidades, a transição urbana e a mudança na distribuição dos setores econômicos no processo de desenvolvimento do país. O capítulo 5 expõe as transições na educação, na estrutura familiar e na hegemonia religiosa. O capítulo 6 trata do relacionamento entre população, meio ambiente e a degradação ecológica no processo de desenvolvimento. No capítulo 7, abordamos o processo de ampliação e diversificação do mercado de trabalho e sobre o potencial produtivo da força de trabalho brasileira. No capítulo 8, apresentamos os principais cenários dos 200 anos da Independência e as perspectivas futuras. Por fim, no capítulo 9, buscamos sintetizar uma linha do tempo dos principais eventos do país e da evolução do mercado de seguros.

CAPÍTULO 1

Formação histórica do Brasil



Brasil surgiu para o mundo como colônia de Portugal e permaneceu uma economia colonial por mais de três séculos. As bases da formação nacional foram definidas nesse período, assim como os traços permanentes que se mantiveram, de forma explícita ou implícita, ao longo do tempo. Os alicerces da economia brasileira foram consolidados a partir da produção primária voltada à exportação, sustentada na grande propriedade, altamente hierarquizada e apoiada no trabalho escravo. A Independência, em 1822, não alterou fundamentalmente tal quadro. Contudo, ao longo dos últimos 200 anos, a estrutura básica da sociedade brasileira se alterou, deixando para trás a economia rural e agrária e de baixa renda, para uma economia urbana, industrial, de serviços, com renda média e com avanço das políticas sociais, embora mantendo a característica da heterogeneidade estrutural. Existem mudanças e permanências nos 512 anos da nação brasileira. Este capítulo busca delinear um panorama da formação histórica no Brasil Colônia, apresentar os sustentáculos da construção do país assim como as características que permanecem ao longo dos séculos. A reconstrução do passado lança luzes sobre as perspectivas do futuro.

O Brasil no contexto da expansão europeia

Todo país, em geral, estabelece uma data de fundação utilizada para diversos propósitos na cronologia de sua história. Os livros escolares nos ensinam que o Brasil fora descoberto em 22 de abril de 1500. Porém, a história da viagem de Pedro Álvares Cabral sempre foi cercada de incertezas – não se sabe se a chegada ao continente americano ocorreu de forma acidental ou intencional. De todo modo, os portugueses garantiram a presença nas Américas depois da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, e do Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Sabe-se que a Europa começou a ser reconstruída sobre as ruínas do Império Romano a partir do século XII. Primeiro, pela expansão da agricultura e do comércio e, segundo, pela construção de um Estado centralizado dirigido por um “príncipe”, capaz de reivindicar o monopólio do poder e da violência em nome da grandeza e do enriquecimento de sua nação. A despeito das rivalidades nacionais, a reconstrução da Europa, na primeira metade do segundo milênio, ocorreu sob a égide da Igreja Católica. A presença do catolicismo foi um fator inerente à expansão europeia.

Foi o Imperador Constantino (288-337) que, por volta do ano de 323, estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Império Romano. A fé cristã, com algumas diferenças regionais, se propagou pelos Impérios Ocidental e Oriental, hegemonzando grande parte dos territórios da Eurásia e do Norte da África. Entretanto, no século V ocorreu a queda e a desagregação do Império Romano. No século VII, sob a inspiração e liderança de Maomé (571-632), o islamismo nasceu na península Arábica e se expandiu pelo Oriente Médio, o Norte da África e por amplas áreas geográficas da Ásia e da Europa (inclusive na península Ibérica), passando a ser uma religião com crescente rivalidade com o catolicismo.

A conquista de Constantinopla, pelos Turcos Otomanos, liderados pelo sultão Maomé II, foi um marco da expansão mulçumana bem como um ponto de inflexão e reação do mundo cristão, que se voltou para as grandes navegações a partir do oceano Atlântico. Nessa mudança de eixo da dinâmica econômica, houve uma série de batalhas que fortaleceram a Europa cristã. Em 1469, houve a União entre a rainha de Castela, Isabel I e o rei de Aragão, Fernando II, que fortaleceu o catolicismo na Espanha e deu início ao processo de expansão ultramar. Como disse Boris Fausto (2006, p. 20): “A Península Ibérica foi sendo retomada dos mouros; o Mediterrâneo deixou de ser um ‘lago árabe’, onde os europeus não conseguiram sequer colocar um barquinho”.

Em pouco tempo, o “lago” do Mediterrâneo tornou-se pequeno e espanhóis e portugueses se aventuraram em mares nunca antes navegados. Isso ocorreu porque as trocas mercantis que ocorriam entre a Europa e o Sul da Ásia, passando especialmente pelas cidades italianas, foram interrompidas com a tomada de Constantinopla, em 1453. A solução para reestabelecer o comércio de especiarias passou a depender das rotas marítimas por meio dos oceanos Atlântico e Índico, contornando a África. Os países mais bem posicionados para tal empreitada estavam na península Ibérica. Dessa forma, Portugal avançou na navegação da costa africana, impulsionado pelos capitais italianos, e o navegador genovês, Cristóvão Colombo conseguiu apoio dos reis católicos da Espanha para fazer a viagem até a Índia atravessando o oceano Atlântico. O resultado inesperado foi a descoberta de um novo continente, com o desembarque da frota de Colombo, no dia 12 de outubro de 1492, no Caribe.

Dois anos depois, sob a égide da Igreja Católica, durante o papado de Alexandre VI, foi estabelecido o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, dividindo as



Chegada dos portugueses no Brasil. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

terras “descobertas e por descobrir” entre as Coroas de Portugal e Espanha. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde, abarcando o território que hoje está compreendido em uma linha que vai de, aproximadamente, Belém, no Pará, a Laguna, em Santa Catarina. Por conseguinte, toda a costa leste do Brasil, pelo Tratado de Tordesilhas, foi definida como uma possessão portuguesa, desde 1494.

Desse modo, estabelecido o acordo que dividia o Novo Mundo entre os dois países da Península Ibérica, Portugal prosseguiu seu intento de contornar o continente africano. No dia 20 de maio de 1498, dando continuidade aos feitos de Bartolomeu Dias, o primeiro navegante a atravessar o “Cabo das Tormentas”, o navegador português Vasco da Gama chegou ao porto de Calecute, na costa oeste da Índia, sendo o primeiro europeu a circundar a África pelo “Cabo da Boa Esperança”, como ficou conhecido o extremo meridional do continente.

Dessa forma, na rota das navegações portuguesas, o Brasil estava cada vez mais próximo de Portugal. Dois anos depois da viagem de Vasco da Gama, no dia 9 de março de 1500, uma frota de 13 navios, chefiadas por Pedro Álvares Cabral, iniciou uma via-

gem à Índia, mas por razões jamais conhecidas, acabou fazendo um “pit stop” no Brasil, desembarcando em Porto Seguro, no dia 22 de abril de 1500. Na véspera da partida da armada de Cabral, dia 8 de março de 1500, domingo, na capela da Ermita de São Jerônimo, à margem do rio Tejo, em Lisboa, houve uma cerimônia religiosa, na qual o bispo Diogo Ortiz benzeu a bandeira da Ordem de Cristo, passando-a em seguida para Dom Manuel I e este para Pedro Álvares Cabral. Estavam presentes a corte, os banqueiros que financiariam grande parte do empreendimento e os capitães da frota.

Como acontecia em todas as viagens marítimas portuguesas, havia capelães a bordo. As velas das naus de Cabral estampavam a Cruz de Malta (cruz de oito pontas na forma de quatro “Vs”, cujo desenho é baseado em cruzeiros usadas desde a Primeira Cruzada), tendo papel de destaque no processo de colonização brasileira. Não surpreendentemente o primeiro nome do Brasil foi Ilha de Vera Cruz. Após novas explorações, descobriu-se que se tratava de um continente e o nome foi alterado para Terra de Santa Cruz. Foi também aos pés de uma cruz e com uma plateia luso-ameríndia oficializada a Primeira Missa, rezada por Frei Henrique de Coimbra, no domingo, 26 de abril de 1500.

No início de maio, Pedro Álvares Cabral retomou a viagem à Índia e chegou a Calicute em 13 de setembro. Há muita controvérsia sobre os objetivos da chegada de Cabral ao Brasil, mas o fato é que o território brasileiro já estava na conta da Coroa portuguesa desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas. O objetivo inicial das viagens lusitanas era estabelecer os laços de comércio e obter lucratividade mercantil, e a possibilidade de ocupar territórios se mostrou uma oportunidade para as ambições imperiais lusitanas.

A Igreja Católica foi uma instituição fundamental no processo de colonização brasileira e não deixou de se apresentar portadora de uma missão em relação à sociedade. A superioridade cristã diante dos nativos, considerados atrasados (e até degenerados), justificava a conquista e a missão evangelizadora. Segundo Cristina Pompa (2006, p. 120),

A ideia da ‘missão civilizatória’ está presente no discurso missionário desde os primeiros momentos da catequese jesuítica: é só pensar no ‘Diálogo sobre a conversão do gentio’ e no ‘Plano Civilizador’ de Nóbrega, respectivamente de 1556 e de 1558. A instituição das aldeias missionárias foi a solução para poder exercer a necessária educação, para depois passar à conversão.

O Brasil colônia e o desafio do povoamento – “Governar é ocupar e povoar”

Portugal, com uma população somando cerca de 1 milhão de habitantes em 1500 e uma área de menos de 100 mil km², tinha o desafio de colonizar um país com território muito maior, com clima e ecossistemas desconhecidos da prática cotidiana da Península Ibérica e com uma população indígena que totalizava mais de três vezes o número de portugueses.

Nas primeiras décadas, após a visita de Cabral ao Brasil, a Metrópole não deu muita atenção para o Brasil. A principal atividade era a exploração de madeira do pau-brasil, que era feita pelo sistema de concessão, por arrendamento, a cargo da iniciativa privada pelas mãos de mercadores. Contudo, as prioridades mudaram em função da possibilidade de exploração de riquezas minerais, como nas colônias espanholas, e diante do assédio de navios de outras bandeiras na costa. Sem dúvida, havia uma inegável pressão dos demais países europeus contra o Tratado de Tordesilhas, o que tornou o povoamento do novo território uma necessidade efetiva para os portugueses, já que o direito à posse estava relacionado à ocupação e ao povoamento.

O modelo de comércio adotado no Oriente, no entanto, não se aplicava nas novas terras do Ocidente. Nas Índias, o capital comercial europeu, em especial, o português, lidava com uma civilização avançada que possuía um grande volume de excedentes, e os tratados comerciais buscavam assegurar privilégios e monopólios. Já as comunidades ameríndias viviam em uma economia de subsistência, consumindo apenas o que produziam e produzindo somente o que consumiam, não havendo excedentes para o comércio e a produção de mercadorias a serem absorvidas no mercado europeu.

Em *Formação Histórica do Brasil*, Werneck Sodré argumenta que Portugal foi desafiado a ir além do extrativismo vegetal, que, por si só, não assegurava a posse de uma área extensa e vulnerável e cuja defesa era onerosa. Em suas palavras, "assim, torna-se imperativo povoar: ocupar, pela transferência de grupos humanos, pela presença aqui de colonos que assegurem por si mesmos as suas necessidades, numa empresa que não se deve tomar carga para a Coroa, mas alívio para esta. Era preciso, pois, colonizar" (SODRÉ, 1963, p. 60).

Inicialmente, a colonização não fazia parte dos propósitos mercantilistas que impulsionaram as grandes navegações, retirando seus lucros da troca de mercadorias entre diferentes regiões. Todavia, por uma questão de estratégia geopolítica, a colonização do Brasil se tornou uma necessidade inexorável, embora fosse uma tarefa extraordinariamente difícil. O problema não estava na disponibilidade de amplas áreas de terras, pois as populações nativas não estavam em condições de resistir à invasão portuguesa. As dificuldades residiam, principalmente, na escolha de um produto que fosse ecologicamente adaptado ao clima tropical, além de desejado pelo mercado europeu, e na definição do tipo de mão de obra a ser utilizada no empreendimento.

A escolha do produto recaiu sobre o açúcar, especiaria negociada na Europa e cujo cultivo Portugal já dominava em seus domínios ultramarinos. Dessa forma, o açúcar se transformou no gênero primário da colonização. A possibilidade de contar com o trabalho assalariado na produção do açúcar foi descartada, pois esbarrava no alto custo da mão de obra incompatível com os pesados fretes do transporte de longa distância. A solução encontrada foi utilizar o trabalho escravo e estimular o tráfico negreiro, atividade que Portugal dominava por meio de suas feitorias em solo africano. Assim, a colonização do Brasil teve como base a empresa açucareira ultramarina.

Para garantir o domínio português foi instituído o sistema de capitânicas hereditárias a partir da expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530. Em 1533, o rei português, João III, legalizou o sistema das capitânicas hereditárias, dividindo o Brasil em quinze grandes faixas de terra, que foram entregues à responsabilidade dos donatários, escolhidos eram, em geral, membros da baixa nobreza portuguesa. A doação era feita a quem a pudesse cultivar, sendo imprescindível possuir escravos. A Coroa portuguesa doava a terra, mas a mão de obra escrava fazia parte do investimento inicial do donatário.

“O governo, mesmo
no seu melhor estado,
não é mais que um
mal necessário e, em
seu pior estado, é um
mal intolerável”

Thomas Paine
(O senso comum, 1776)

A função dos donatários era desenvolver economicamente as sesmarias e promover o desenvolvimento populacional de suas capitanias. Dentre as obrigações, os donatários deveriam garantir a defesa de suas terras contra invasões, sobretudo, francesas, bem como protegê-las dos indígenas, além de repassar para a Coroa os impostos da exploração da produção de açúcar dos engenhos.

A implantação do sistema colonial foi um empreendimento planejado de cima para baixo, dando poderes de vida e morte para os donatários que tinham o privilégio de montar engenhos, concentravam os poderes judiciários, políticos (fundar vilas), civis (cartórios), poderes administrativos e fiscais. A estrutura de poder hierárquica e concentrada do início da colonização passa a fazer parte da gênese do autoritarismo e do patrimonialismo brasileiro, que estarão, de uma forma ou de outra, presentes em vários aspectos da vida nacional até os dias de hoje. O poder colonial não distinguia os limites dos interesses públicos e privados, sendo caracterizado por um patrimonialismo absolutista precoce, assinalado pelo poder de mando do Estado e dever de obediência da sociedade civil.

Entretanto, no fundamental, com exceção das Capitanias de Pernambuco e de São Vicente, as demais capitanias hereditárias fracassaram em decorrência da difícil adaptação às condições climáticas, a um tipo de vida diferente daquele existente na Europa, ao alto custo do investimento, que não trazia um retorno imediato, aos ataques das tribos indígenas e de corsários estrangeiros assim como às disputas internas e dificuldades na aplicação da Justiça, entre outros.

Uma nova pressão sobre os domínios católicos de Portugal surgiu no dia 31 de outubro de 1517, quando Martinho Lutero afixou na porta da Igreja de Todos os Santos, no castelo de Wittenberg, na Alemanha, suas 95 teses e a denúncia da corrupção na Igreja Católica Romana, pela venda maciça de indulgências aos pecados dos fiéis. Foi o início da Reforma Protestante e o começo de uma grande divisão na Igreja Católica, aumentando o descontentamento dos países europeus contra o Tratado de Tordesilhas e o monopólio da Península Ibérica sobre o continente americano.

Nesse contexto, o Governo Português se viu obrigado a investir em sua possessão na América do Sul, tendo uma postura mais ativa. Desse modo, sob o comando do donatário Martim Afonso de Sousa foram criadas, por volta de 1532, no litoral paulista, as cidades de Cananeia e de São Vicente (consideradas as mais antigas do Brasil) e sob o comando de Duarte Coelho foram criadas, em 1537, as cidades de Recife e Olinda, em Pernambuco. Portanto, mesmo com todo o poder delegado aos donatários, o sistema de capitanias hereditárias não foi capaz de atingir seus objetivos e o governo português foi obrigado a reformular sua política de controle sob suas possessões coloniais no Brasil.

Em 1548, foram instituídos os governos gerais, com centralização política, objetivando combater os indígenas que resistissem ao processo de ocupação portuguesa, além de fortificar

as defesas contra a invasão de piratas estrangeiros que atracassem na costa. Para garantir o funcionamento dos centros de exploração colonial como um todo, o governador contava com o auxílio de outros funcionários. O capitão-mor era responsável pela defesa e proteção da costa litorânea; o ouvidor-mor deveria exercer o papel de autoridade judicial máxima; e o provedor-mor administrava as finanças e o recolhimento dos impostos.

O primeiro governador geral foi Tomé de Souza, que governou entre 1549 e 1553. Além de estimular o povoamento, incentivou as atividades dos jesuítas e instalou o primeiro bispado brasileiro, definindo como primeira capital da colônia a cidade de Salvador, fundada em 29 de março de 1549. O segundo governador geral da colônia, Duarte da Costa, foi empossado em 1553, tendo como um marco de sua administração a construção do colégio de São Paulo, quando Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, assim como outros padres jesuítas, a pedido de Portugal e da Companhia de Jesus, estabeleceram um núcleo no Planalto paulista para fins de catequização dos indígenas. A cidade de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1554, quando houve a primeira missa no Pátio do Colégio.

O terceiro governador geral foi Mem de Sá (1558 a 1572), nomeado com o objetivo central de derrotar a colônia francesa estabelecida na Baía da Guanabara, a chamada França Antártica, liderada por Nicolas de Villegagnon (de filiação protestante e colega de João Calvino na Universidade em Paris), que pretendia estabelecer um território francês no Rio de Janeiro e abrigar colonos protestantes calvinistas perseguidos na França. Foi a primeira incursão dos Protestantes para se estabelecerem no Brasil. As forças portuguesas, cientes de que perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente.

Para a tarefa de expulsão dos franceses, Estácio de Sá – sobrinho de Mem de Sá – recebeu o título de Capitão-mor e os recursos necessários para a batalha. No dia 01 de março de 1565, foi criada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, após dois anos de lutas, os franceses foram expulsos do Brasil, em 1567.

Portanto, entre 1532 e 1565, em um espaço de 33 anos, foram criadas algumas vilas que se transformaram em importantes cidades brasileiras – Cananeia e São Vicente (1532), Recife e Olinda (1537), Salvador (1549), São Paulo (1554) e Rio de Janeiro (1565) – que funcionaram como centros de povoamento e núcleos iniciais da urbanização do país. As três últimas cresceram muito e se transformaram, quase 500 anos depois, em três das cidades mais populosas do Brasil.

Como apontou Celso Furtado, na primeira frase do livro *Formação Econômica do Brasil*, “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (Furtado, 2005, p. 10). Ele observou ainda que o início da ocupação econômica do território brasileiro foi em boa medida uma consequência da pressão política exercida

sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias, especialmente depois da Reforma Protestante de 1517. Todavia, Furtado também observou que diante da pequena dimensão demográfica de Portugal e da escassez de mão de obra, a colonização recorreu ao trabalho indígena, em um primeiro momento, e depois ao trabalho compulsório africano.

A estabilidade demográfica e transmutação da população brasileira: 1500 – 1800

O Brasil tinha cerca de 3,5 milhões de habitantes, em 1500, e manteve aproximadamente o valor de 3,5 milhões, em 1800. Houve, portanto, estabilidade no volume demográfico durante três séculos. Porém, se a quantidade se manteve praticamente inalterada, a composição étnica da população mudou completamente. Os pesquisadores Pagliaro, Azevedo e Santos (2005) consideram que o número de 3,5 milhões pode ser considerado um valor médio das diversas avaliações populacionais em 1500. Evidentemente, há muitas dificuldades em estimar o tamanho da população indígena para o período inicial do contato europeu.

Em um primeiro momento, o projeto colonizador português estabeleceu como meta prioritária a conquista espiritual do Novo Mundo. Nas primeiras três décadas, o contato entre o conquistador português, o indígena e a nova terra foi episódico, ocorrendo de maneira relativamente pacífica e na forma de cooperação e aliança, segundo o Padre José Oscar Beozzo (1979), em seu texto sobre a “História da Igreja Católica no Brasil”. Nesse período, não houve a implantação de um projeto missionário. Porém, segundo o autor, o quadro mudou algumas décadas mais tarde.

Em 1548, chegaram os primeiros missionários jesuítas, os quais pertenciam à Companhia de Jesus, e iniciou-se a catequese no Brasil. Os padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega foram os principais jesuítas missionários que vieram ao Brasil nesse período. Para viabilizar o processo de catequização dos indígenas no Brasil, foram organizados aldeamentos, que também eram chamados de missões ou reduções. Além dos jesuítas, também vieram, com o objetivo de catequizar indígenas, padres de outras ordens religiosas como os franciscanos, os beneditinos e os carmelitas, tendo a Missão de São Miguel Arcanjo (noroeste do Rio Grande do Sul) uma das principais. No conjunto, tais ordens contribuíram para a perda das tradições religiosas indígenas, para a dominância da língua portuguesa, não tendo sido raras as medidas de uso da força.

Ainda segundo Beozzo (1979), no processo de resistência, o indígena passou a ser visto como um obstáculo que se interpunha entre o colonizador e a terra. Para apossar-se do território seria preciso dominar o indígena por meio da catequese, e caso a estratégia de convencimento não desse certo ou houvesse resistência por parte dos nativos, estes eram levados

a se retirarem para o interior ou massacrados. Contra os indígenas hostis, foi aplicada a ideia das “guerras justas”. Para tanto se recorreu ao imaginário de práticas atribuídas aos indígenas, tais como o canibalismo, a poligamia, entre outras. A difusão da cruz e da mensagem bíblica entre as populações indígenas era uma necessidade essencial na legitimação da conquista do selvagem vivendo em uma sociedade dita “sem fé, sem lei e sem rei”.

De acordo com Oliveira e Freire (2006), tal estereótipo – que lembrava práticas demoníacas existentes nos tempos medievais da luta cristã contra feiticeiros e bruxas – era sempre acionado em defesa dos interesses econômicos dos colonizadores. Segundo os autores:

O projeto colonial português envolveu uma política indigenista que fragmentava a população autóctone em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos, para os quais eram dirigidas ações e representações contrastantes (...). Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os ‘índios bravos’ (como eram chamados nos documentos da época) deviam ser subjugados militar e politicamente de forma a garantir o seu processo de catequização. Este tinha por objetivo justificar o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa preparando a população autóctone para servir como mão de obra nos empreendimentos coloniais (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35).

Com “armas, germes e aço”, os europeus dominaram a América e provocaram um holocausto da população nativa (Diamond, 2005). Como mostrou Vainfas (1995), as populações indígenas foram progressivamente sugadas pelo sistema colonial nascente e “se tornaram, no vocabulário da época, ‘negros da terra’, termo usado para diferenciar os indígenas dos ‘negros da Guiné’, uns e outros escravos”.

Antes de 22 de abril de 1500, a totalidade da população brasileira era indígena. Mas em torno de 1800, de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes, a população de origem europeia representava 31%, a população de origem africana, livre e escravizada, representava 61% e a população indígena apenas 8% (MERRICK; GRAHAN, 1981). O fato é que a população originária do Brasil diminuiu nos 500 anos desde a chegada dos portugueses, sendo que o trabalho de longo prazo dos missionários garantiu que a maior parte dos indígenas brasileiros se convertesse ao catolicismo. No censo demográfico de 1991, o primeiro a contabilizar a população indígena no país, os católicos representavam perto de dois terços das filiações religiosas entre os indígenas e quatro quintos das filiações da população não indígena.

As características básicas da atividade colonizadora e da economia açucareira

O Brasil, como vimos, surgiu para o mundo no contexto da expansão comercial da Europa. No livro *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior (1967) constata que, inicialmente, a ideia de povoar o continente não fazia parte dos planos econômicos. Considerando a forma como os países europeus abordaram a América, no máximo, planejava-se a construção de feitorias comerciais, como os portugueses já vinham realizando na África e como os italianos fizeram no Mediterrâneo.

Contudo, o vasto território brasileiro era habitado por uma escassa população indígena, sustentada por uma economia de subsistência incapaz de fornecer mercadorias e excedentes comercializáveis. Por outro lado, se avolumava a disputa entre as diversas nações europeias pelo controle e posse dos territórios do continente americano. A ideia do povoamento foi tomando corpo nas décadas seguintes ao “descobrimento”. Para além das feitorias, era preciso ocupar o território estabelecendo um povoamento apto para abastecer as feitorias e a defesa armada, além de organizar a produção de mercadorias adequadas para fomentar o comércio intercontinental.

A primeira atividade comercial encontrada foi a exploração do pau-brasil. Era um extrativismo rudimentar, mas desde o começo foi considerado monopólio real, tornando necessário obter uma concessão do soberano para o início da atividade. A primeira concessão relativa ao pau-brasil ocorreu em 1501, durou pouco tempo e foi outorgada a Fernão de Noronha, este sim deixou permanentemente seu nome no paradisíaco arquipélago situado a 350 km da costa do Nordeste, enquanto a madeira serviu de base para o nome do país.

O Brasil é o único país do mundo que tem o seu nome derivado de uma árvore. Mas a exploração do pau-brasil entrou rapidamente em decadência e não teve importância apreciável na dinâmica econômica brasileira, a não ser inaugurar a exploração e a destruição da Mata Atlântica, bioma que a “ferro e fogo” foi degradado ao longo dos séculos seguintes.

Nos 50 anos após a chegada de Cabral, tornou-se evidente para a Coroa Portuguesa que o Tratado de Tordesilhas, dividindo o novo mundo entre Espanha e Portugal, mesmo com o aval do Papa, seria contestado por outras potências europeias. O rei Francisco I da França costumava dizer que desconhecia a cláusula do testamento de Adão que reserva essa parte do mundo unicamente a portugueses e espanhóis. A tentativa de estabelecer a França Antártica no Rio de Janeiro, liderada por Villegagnon, foi um recado para a nobreza portuguesa, que entendeu a necessidade de ocupar e povoar seus domínios na América.

Portanto, Portugal precisava povoar e ocupar economicamente o território à leste do meridiano de Tordesilhas. E a exploração comercial precisava ir além da extração do

pau-brasil. A escolha recaiu na cultura da cana-de-açúcar, que era um produto de grande valor comercial na Europa e cuja produção os portugueses já dominavam em suas possessões nas ilhas de Madeira, São Tomé, Açores e Cabo Verde. As primeiras mudas chegaram ao Brasil na expedição de Martim Afonso de Souza, que saiu de Portugal no final de 1530. O clima quente e úmido da costa brasileira era favorável ao plantio da cana, que foi plantada em todas as capitanias, destacando-se as condições extremamente propícias à atividade açucareira em São Vicente e, em especial, na planície litorânea de Pernambuco.

A produção de açúcar exigia o plantio da cana, a colheita e o transporte até o engenho e só se tornava viável em uma produção em larga escala. Mas o Brasil tinha vantagem comparativa tanto em termos de clima, quanto de disponibilidade de terra. Desse modo, as circunstâncias determinaram que o tipo de exploração agrária adaptada aos trópicos fosse a grande propriedade rural. Na estrutura de poder hierárquica e extremamente desigual, o comando e os benefícios da empreitada ficaram nas mãos do senhor de engenho, figura-chave não só da atividade econômica, mas também civil e política.

Outra questão estratégica era o regime de trabalho. No início da implantação da cultura da cana-de-açúcar contou-se inicialmente com a mão de obra indígena que era numerosa e, em geral, oferecia baixa resistência ao colonizador, especialmente na relação de escambo. Mas a expansão da produção levou à escravidão indígena, o que, contudo, trouxe vários desafios aos colonizadores. Primeiro, havia uma questão cultural, pois os indígenas não estavam acostumados com uma rotina de trabalho que visasse a produção de excedentes, já que sua cultura de trabalho era a de subsistência. Segundo, houve uma questão sanitária, pois a população indígena foi profundamente afetada pelas doenças trazidas pelos colonizadores lusitanos. Terceiro, era impossível evitar as fugas para o interior do território conhecido pelas populações nativas, o que tornava inviabilizava a recaptura. Quarto, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coíbiavam de forma parcial a escravização de indígenas. O fato é que a população indígena perdeu a posse das terras litorâneas do país, tendo sido, portanto, desterrada em seu próprio território.

A construção de unidades açucareiras no Brasil começou por volta de 1530, mas encontrou grande dificuldade para se consoli-

Engenho de açúcar. Fonte: www.commonswiki.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.



dar até 1570, pois existiam restrições para o recrutamento da mão de obra e falta de capital para financiar a montagem dos engenhos e o comércio intercontinental. Ao serem resolvidas tais dificuldades, com a interligação da produção brasileira aos centros mercantis do “Velho mundo” e a concretização das rotas do tráfico de escravos entre a África e a América portuguesa, iniciou-se tal consolidação. No Nordeste, o primeiro engenho começou a funcionar em Pernambuco, sob direção do donatário Duarte Coelho, em 1534. Esse número passou para 4 em 1550, 30 em 1570 e 140 no fim do século XVI, segundo Schwarcz e Starling (2015). A economia açucareira de fato prosperou em Pernambuco e no Recôncavo baiano, com a produção de açúcar chegando a 350 mil arrobas no final do século e a colônia comportando-se como um mercado monopolista, embora a comercialização internacional da doce mercadoria dependesse dos capitais e dos navios holandeses.

Os primeiros escravizados africanos começaram a chegar no Brasil na década de 1550 e foram trazidos por meio do tráfico negreiro, negócio que, por si só, constituía um ramo econômico muito lucrativo, que fez fortunas durante três séculos. Os portugueses tinham feitorias instaladas na costa africana desde o século XV e mantinham relações comerciais com reinos africanos, dos quais incluía a compra de escravos. Entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar. Ao longo dos 300 anos de existência do tráfico negreiro, cerca de 4,8 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil, o que significa que o país foi a nação que mais importou escravos ao longo de três séculos (MARQUESE, 2006).

De 1580 a 1640, a coroa portuguesa esteve unida à da Espanha, enquanto o sucesso da produção escravista de açúcar no Brasil atraiu a atenção das demais potências coloniais europeias. Além da grande presença de negociantes ingleses e holandeses no comércio açucareiro entre Brasil e Europa, nesse período, houve tentativas de invasões e ocupações com a chamada França Equinocial (1612-1615), caracterizada pela tentativa de criação de uma colônia francesa na região Norte, onde fundaram o forte de São Luís, o qual originou a cidade de São Luís. Houve também as invasões holandesas na Bahia (1624) e em Pernambuco (1630) que, de certa forma, foram fruto do dinamismo da economia açucareira dessas capitanias. Tais invasões não conseguiram prosperar e Portugal manteve o controle de todo o território colonial.

Porém, os comerciantes holandeses mudaram de estratégia e passaram a estimular os colonos ingleses e franceses do Caribe a produzirem açúcar. A partir da década de 1660, a produção de açúcar com mão de obra escrava nas ilhas inglesas e francesas do Caribe apresentou crescimento exponencial. A rápida montagem do complexo açucareiro escravista nas Antilhas a partir da década de 1650 gerou impacto negativo na atividade açucareira do

Nordeste brasileiro. A elevada produção inglesa e francesa no Caribe derrubou o preço do açúcar nos mercados europeus, ao mesmo tempo que a demanda por trabalhadores negros nas plantações caribenhas aumentou os preços dos escravos. Além disso, os senhores de engenho luso-brasileiros tiveram de enfrentar outros dois problemas, como mostrou Marquese (2006), em primeiro lugar, devido às políticas mercantilistas adotadas pela Inglaterra e pela França na segunda metade do século XVII, que procuravam estimular a produção antilhana garantindo-lhe proteções monopolistas, o açúcar brasileiro foi praticamente excluído desses dois mercados europeus. Em segundo lugar, entre 1640 e 1668, Portugal travou uma dura guerra contra a Espanha em prol da independência, no exato momento em que o “Império da Pimenta” oriental entrava em colapso. Na segunda metade do século XVII, as possessões do Novo Mundo se tornaram o sustentáculo econômico de Portugal. Uma elevada tributação sobre o açúcar brasileiro foi criada para dar conta dos gastos com a diplomacia e a defesa do Reino. Mas a despeito de todas as adversidades, a produção açucareira do Brasil colônia sobreviveu, mesmo que com baixa lucratividade.

A mineração e a migração para as Minas Gerais

O sonho dos portugueses e europeus era encontrar o Eldorado, um país cheio de ouro e pedras preciosas. As riquezas do Peru e do México conquistadas pela Espanha incendiaram a imaginação dos portugueses. Não foram poucos os aventureiros que se embrenharam pelo território brasileiro a procura dos ricos tesouros. Mas os indígenas brasileiros não tinham interesse pela mineração e, por isso, as riquezas minerais tupiniquins ficaram ocultas durante quase dois séculos. Somente em 1696 foram feitas as primeiras descobertas de ouro ao redor da região do pico do Itacolomi, aproximadamente a 100 km da atual capital Belo Horizonte.

O ouro, como se fosse uma espécie de ímã, exerceu uma grande atração humana para a região das minas, em função da possibilidade de enriquecimento instantâneo. O grande afluxo de pessoas foi descrito como a primeira grande migração em massa da história demográfica brasileira. Migração interna, que atraiu grandes deslocamentos internos na Colônia, mas também migração internacional, pois atraiu grande quantidade de imigrantes portugueses, predominantemente homens. Estima-se a vinda de 400 mil portugueses durante todo o século XVIII. No início, não havia produção suficiente para manter alimentado todo o afluxo de gente, por isso, muitos morreram de fome.

A produção das minas bem como a produção agropecuária só cresceriam significativamente com o estabelecimento de uma maior “migração”, que não tinha nada de voluntária e opcional, pois o crescimento da mão de obra se deu pelo aumento do volume de tráfico



Minas Gerais, Séc. XVIII. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

de escravos. Entre 1701 e 1720 desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760 (MARQUESE, 2006).

Tal processo gerou a primeira interiorização do povoamento brasileiro e permitiria a criação das três primeiras cidades mineiras: Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana e Sabará, tornando Ouro Preto uma cidade mais populosa do que a cidade de São Paulo no final do século XVIII. Aproximadamente 30 anos depois da descoberta de ouro em Vila Rica, em 1729, foram encontrados diamantes no Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina). A expansão da mineração e das atividades produtivas de apoio (agropecuária, comércio, serviços e transporte), juntamente com a economia de sobrevivência, fez de Minas Gerais a província mais populosa do país entre o final do século XVIII até o censo de 1940, quando foi ultrapassado pelo estado de São Paulo.

O ouro, o diamante e os demais metais preciosos sempre estiveram na mira dos portugueses desde as “descobertas” metálicas da Espanha na América do Sul (Peru) e na América do Norte (México), ainda na primeira metade do século XVI. Nessa época, as relações econômicas que vigoravam entre as nações europeias baseavam-se no mercantilismo, cuja base era o saldo no comércio internacional por meio da adoção de políticas econômicas protecionistas. Cada nação procurava produzir e vender para o resto do mundo enquanto matinha o monopólio do comércio colonial e impunha elevadas taxas de impostos aos produtos importados. Asseguravam, desse modo, a manutenção de uma balança comercial favorável. As nações coloniais contavam com fornecimento de matérias-primas, riquezas minerais e importação de produtos primários. Em outras palavras, no mercantilismo a riqueza das nações tinha como base o acúmulo de recursos naturais externos, sistema

ultrapassado pelo capitalismo liberal, que tinha o trabalho livre como fonte da riqueza das nações, como mostrou Adam Smith em seu famoso livro datado de 1776.

No espírito do modelo colonial predominante do início do século XVIII, o governo de Lisboa criou uma administração especial – a Intendência de Minas – para dirigir a mineração. Em cada capitania onde fossem descobertas riquezas minerais seria instituída uma intendência para controlar a produção e cobrar tributos (o quinto, isto é, 20% de imposto) que dependia de governadores e demais autoridades da colônia submetidos exclusiva e inteiramente à Coroa Portuguesa. Evidentemente, a sonegação de impostos era grande. Dessa forma, a Fazenda Real criou as Casas de Fundição onde todo o ouro obtido do processo de mineração era recolhido e fundido em barras marcadas com o selo real, depois de descontado o quinto.

A mineração se expandiu com muita rapidez e em um curto período. Basicamente, a exploração do ouro teve o seu auge na primeira metade do século XVIII e começou a definhir a partir de 1750. Mesmo com a diminuição da extração do ouro, o sistema de cobrança dos quintos devidos à Coroa se manteve. Quando o ouro entregue não alcançava 100 arrobas (cerca de 1500 kg) anuais, poderia ser decretada a “derrama”, que consistia em cobrar, inclusive pela força das armas, o montante de impostos. A despeito de ter sido cobrada somente uma vez, a derrama era como uma “Espada de Dâmocles”, já que poderia se tornar realidade a qualquer momento, assustando os mineradores e todas as pessoas locais que dependiam da exploração mineral.

O controle da Metrópole sobre a produção da Colônia excedia a fiscalização da mineração. O “Alvará de 1785” determinava o fechamento de manufaturas locais, proibindo a fabricação de tecidos e outros bens industriais, obrigando a população nacional a consumir apenas produtos importados e de alto preço, no espírito do sistema mercantilista. O resultado do declínio da produção de ouro, da regulação estatal e do exclusivismo comercial foi o aumento da insatisfação geral e o surgimento Inconfidência Mineira, um movimento separatista e de caráter nacionalista que ocorreu em Vila Rica (atual Ouro Preto), capitania de Minas Gerais, em 1789. A Inconfidência Mineira é, de certa forma, o evento da história colonial brasileira de maior repercussão. Depois da Proclamação da República, o dia 21 de abril se tornou feriado nacional e Tiradentes virou o protomártir da Independência do Brasil.

Além do açúcar e do ouro

A economia brasileira foi erguida com base na produção em larga escala de bens de exportação voltada para atender a demanda europeia e gerar lucros para uma pequena parcela de proprietários e comerciantes. Contudo, para manter a economia extrativista e primário-exportadora era necessária uma série de atividades produtivas acessórias visando a subsistência dos trabalhadores e da população em geral.

Como mostrou Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Colônia (1961) a economia brasileira foi constituída se apoiando em dois setores: o primeiro, voltado à exportação de gêneros tropicais e recursos minerais e, o segundo, sustentado na economia de subsistência voltada para a produção de bens de consumo corrente (não duráveis) e alimentos como mandioca, milho, arroz, feijão, banana, frutas nativas, entre outros. As verduras e os legumes sempre foram pouco consumidos na Colônia. Ao contrário da economia exportadora, as atividades acessórias eram produzidas em pequenas unidades, em geral, constituídas pelo proprietário e sua própria família nuclear ou estendida.

No setor de subsistência entram também a pecuária e a produção de aves. O gado bovino, os porcos e as galinhas foram trazidos para o Brasil ainda na primeira metade do século XVI. A carne de frango e os ovos foram essenciais para o acesso amplo da população às proteínas animais. Já a suinocultura colonial estava baseada em um sistema extensivo de produção de baixa escala, utilizando raças nacionais, caracterizadas pela rusticidade, facilidade de adaptação e grande resistência às doenças. A carne de vaca (e o leite) foi um dos gêneros alimentícios fundamentais do consumo da população brasileira já no período colonial.

Mas a pecuária bovina teve uma influência para além da simples alimentação. Como constatou o historiador José Augusto Pádua (2017, online): “Os europeus introduzem esses animais por aqui, e essa introdução é uma verdadeira arma secreta da colonização”. Quando o gado bovino entrava ocupando novas áreas de fronteira, as populações indígenas do sertão se afastavam, porque elas sabiam que aquilo era como a linha de frente da ocupação europeia. Para Pádua, “foi uma invasão biológica” (online). Além de caminhar com as próprias pernas sobre novas áreas e encontrar pastagens com facilidade, a boiada não tinha inimigos naturais por aqui e obteve grande sucesso na reprodução da boiada, fator que contribuiu para o crescimento demográfico do país.

A produção de subsistência atendia a população em geral, assim como os trabalhadores da economia exportadora, a população dos núcleos urbanos e as pessoas envolvidas nas atividades comerciais e de transporte. De modo geral, havia uma baixa produtividade do trabalho na economia de subsistência e, como mostrou Prado Júnior (1967, p. 43), “a população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição”. Por conseguinte, a combinação da subnutrição com falta de saneamento básico e as péssimas condições médicas mantinha as taxas de mortalidade muito elevadas em todo o país.

A pecuária foi importante também para a incorporação da extremidade meridional do país. O Rio Grande do Sul era uma área em disputa, pois o Tratado de Tordesilhas deveria passar na altura da ilha de Florianópolis. A Coroa Portuguesa tomou a iniciativa de fincar suas bandeiras no sul do Brasil. A base econômica da colonização do extremo-sul foi a pecuária, que encontrou nos campos gaúchos as condições favoráveis para a expansão do gado bovino.

A indústria do charque (tipo de carne-seca) foi importantíssima para o atendimento do mercado interno e a fixação portuguesa no Sul.

O fato é que o Brasil, nos primeiros três séculos da colonização, passou por vários ciclos econômicos e não conseguiu criar uma economia integrada e competitiva para os padrões da época. A maior parte da população estava localizada em um colar de núcleos no litoral, enquanto os muitos vácuos no território nacional não viabilizavam uma integração entre as diversas estruturas produtivas voltadas para a exportação, cuja demanda era definida de forma exógena. Enquanto isso, a economia de subsistência apenas garantia as mínimas condições de sobrevivência, sem nenhuma capacidade de construir uma alternativa para progredir nas estruturas concretas que dificultavam qualquer avanço social nem possibilitava a ruptura do caráter subsidiário da dinâmica endógena da economia interna.

O período Joanino (1808-1821) e os antecedentes da Independência do Brasil

A Era Colonial Brasileira termina, praticamente, em 1808, quando a Corte Portuguesa, com apoio da Inglaterra, se transferiu para o Rio de Janeiro, fugindo dos exércitos napoleônicos que dominaram a Península Ibérica. A primeira medida de significativa repercussão foi a abertura dos portos do Brasil, em 1808, acabando com o exclusivismo comercial e o monopólio existentes durante o período colonial. Também foi permitida a construção de universidades, teatros, bibliotecas e outras instituições culturais. O Brasil também recebeu um grande contingente de imigrantes, fazendo a população do Rio de Janeiro dobrar de 50 mil para cerca de 100 mil habitantes nesse período.

Outra medida significativa de D. João VI foi a revogação do decreto que proibia a instalação de manufaturas, abrindo espaço para um incipiente desenvolvimento industrial do país. Outra iniciativa foi a permissão da criação de tipografias no Brasil, favorecendo o surgimento dos primeiros jornais, como A Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal fundado no Brasil. Nesse novo ambiente, o Brasil passou a receber grandes nomes da ciência e das artes e houve uma abertura para a circulação de conhecimento e novas ideias.

Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino, deixando de ser colônia portuguesa para ser parte do reino de Portugal. Com isso, esse último passou a se chamar Reino de Portugal, Brasil e Algarves. O Brasil não voltaria mais a ser juridicamente e legalmente uma Colônia (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

Com a derrota definitiva de Napoleão em 1815 e as mudanças de caráter liberal em Portugal a partir de 1820, os portugueses exigiram o retorno imediato de D. João VI para Lisboa.

receio de perder o trono português, regressou para Lisboa, em 26 de abril de 1821, deixando seu filho, Pedro, como regente do Brasil. O país ficou a um passo da Independência, sendo um dos últimos países das Américas a completar a separação das metrópoles europeias.

Síntese do legado colonial

A ocupação econômica das Américas ocorreu no processo de expansão comercial europeia, e as terras ao leste da América do Sul já estavam destinadas ao domínio português desde o Tratado de Tordesilhas. O destino do Brasil estava traçado no sentido de ser uma sociedade moderna, com todas as suas especificidades, constituída nos trópicos.

Na primeira metade do século XVI, Portugal realizou algumas tentativas de ocupação e exploração das terras brasileiras, mas sem um projeto estabelecido para a fixação no novo continente. O país se tornou uma colônia de exploração. Desse modo, a colonização só deslançou após o início da plantação da cana-de-açúcar e a produção e exportação do açúcar para o mercado europeu. A decisão da Metrópole de povoar o Brasil, no regime compulsório de trabalho, foi acompanhada de ações administrativas impostas de cima para baixo, configurando a formação de um Estado centralizado, autoritário, patrimonialista e ineficiente, que marcou o período colonial e se manteve, sob novas formas e em diversos graus, ao longo da história brasileira.

A escravidão foi a marca mais indelével da Colônia e deixou um terrível legado. O trabalho escravo viabilizou a produção de açúcar e depois a exploração mineral, porém, o trabalho forçado desvalorizou a força da ética do trabalho. Nas palavras de Caio Prado Júnior (1967), o próprio trabalho passou a ser considerado uma “ocupação pejorativa e desabonadora” (p. 269). Adicionalmente, no espaço entre o mundo da ordem e da desordem, surgiu a figura do malandro brasileiro e a cultura do jeitinho. Sempre foi difícil para o Brasil assimilar o ensinamento da economia política inglesa que dizia que o trabalho produtivo é a verdadeira fonte da riqueza das nações.

A sociedade colonial se sustentou na divisão entre latifundiários e escravos, com forte contraste entre os contrários. Mas havia também um terceiro grupo envolvido nas atividades da economia de subsistência formado por uma grande quantidade de pessoas, as quais chegaram a ser classificadas como plebe rural. Esse setor “inorgânico” envolvia atividades econômicas voltadas para o mercado interno como pecuária e produção de gêneros agrícolas e alimentícios, além de produtos voltados para o consumo imediato.

No latifúndio e nas atividades de exportação, as desigualdades eram extremas e não havia espaço para a solidariedade social. Na economia de subsistência, a vida doméstica era organizada com base no “Pátrio poder”. Ambas as situações criavam empecilhos para se ter

uma ordem social mais livre, impessoal e racional, dificultando o progresso econômico e a constituição de uma ordem democrática no país. A herança foi uma estrutura rígida, racista, elitista, patriarcal e com baixa mobilidade social.

O Brasil colônia criou uma arquitetura social incompleta, sem instituições organizadas, sem classes sociais definidas, sem classe média, sem classe industrial, sem classe comercial e com uma vida urbana dominada pela sociabilidade rural. Na ausência de um mercado livre e desimpedido, os monopólios e privilégios subordinam a livre iniciativa às imposições do Estado e a estratificação social passa a ser definida pelos estamentos. Nessa época, o patrimonialismo, como mostrou Faoro (2001), se enraizou no país, quando os poderes de mando e as oportunidades econômicas e políticas abonadas pelo rei de Portugal passaram a ser controladas pelo quadro administrativo, em uma nítida apropriação dos meios de administração.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), os desencontros e descompassos da “civilização brasileira” derivam das dificuldades da implantação forçada em solo tropical dos traços historicamente constituídos na cultura europeia. Por essa razão, ele afirma que podemos ser considerados “desterrados em nossa própria terra”:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (p. 31).

O modelo econômico e social adotado no Brasil, durante todo o período colonial estava assentado na desigualdade e voltado para a manutenção de privilégios e lucros para poucos e não para garantir o progresso e o bem-estar da maioria da população. E, infelizmente, a história brasileira prosseguiu sem uma ruptura significativa com os marcos estruturais e os fundamentos estabelecidos na colônia.

CAPÍTULO 2

População, Transição Demográfica e a Pandemia da Covid-19

A Era Colonial termina, na realidade, em 1808, não em função de grandes iniciativas internas contra a ordem estabelecida, mas sim pela chegada da Corte Portuguesa que precisou atravessar o oceano Atlântico em fuga, diante da iminente invasão napoleônica da península Ibérica. O Brasil foi o único país das Américas a receber uma família real europeia. A transferência do governo português para os trópicos tornou o Brasil efetivamente autônomo e, de certa forma, antecipou a independência do país, mas não rompeu com as principais características econômicas, sociais e políticas do período colonial.

No processo de descolonização dos países da América Latina, o Brasil foi um dos últimos a garantir a emancipação política. É sabido que a independência foi um processo mais complexo do que aquele representado pelo grito da independência, ocorrido às margens do rio Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, em São Paulo. O fato é que após a independência, o país se transformou na única monarquia das Américas e o processo de emancipação foi mais um exemplo de iniciativas políticas direcionadas de cima para baixo, refletindo a subordinação da sociedade ao Estado, já que não houve a participação ativa da população nem a mobilização das comunidades cívicas na formação de um capital social capaz de impulsionar uma nova dinâmica de progresso para o país.

As estruturas sociais e econômicas do Brasil colônia permaneceram muito fortes no século XIX e é difícil identificar traços de uma revolução burguesa tal como sugerido por Florestan Fernandes (2005). Em 1822, o Brasil tinha uma economia pouco diversificada, uma população rarefeita e concentrada no litoral, com pouco mais de 4 milhões de habitantes, representando apenas 0,4% da população mundial, e o país não estava entre as 20 nações mais populosas do mundo. Porém, o quadro mudou em seguida e o número de habitantes brasileiros apresentou um dos maiores crescimentos demográficos nos últimos dois séculos, vivenciando também uma grande transformação na estrutura etária.

Os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil sempre foram os dois países de maior extensão territorial e os que apresentaram o maior crescimento demográfico do continente. A população brasileira era um pouco maior do que a população americana em 1700, segundo estimativa do projeto Maddison (2020), representada na tabela mais adiante. A Independência dos Estados Unidos ocorreu em 1776 e, a partir dessa data, o país teve um crescimento demográfico acelerado, especialmente no século XIX. Dessa forma, em 1820, o Brasil chegou a 4,5 milhões de habitantes e os EUA chegaram a 10 milhões de habitantes, cerca de 2,2 vezes maior. Em 1890, um ano após a Proclamação da República, o Brasil chegou a 14,3 milhões de habitantes, enquanto os EUA chegavam a 63,3 milhões, com um volume populacional 4,4 vezes maior do que o da população brasileira, conforme mostra a **tabela 2.1**.

No século XX, houve uma aceleração do crescimento demográfico brasileiro e uma desaceleração do crescimento demográfico americano, sendo que, em 2020, o Brasil chegou a 212 milhões de habitantes e os EUA chegou a 331,5 milhões, e a diferença do tamanho dos dois países caiu de 4,4 vezes, em 1900, para 1,6 vezes em 2020. No século XXI, o ritmo de crescimento demográfico diminuiu nos dois países, para as menores taxas anuais – 1,1% ao ano no Brasil e 0,8% ao ano nos EUA, entre 2000 e 2020. Entre 1820 e 2020, a população brasileira cresceu 47 vezes e a população americana cresceu 33 vezes. Os EUA são atualmente o terceiro país mais populoso do mundo e o Brasil o sexto país mais populoso (atrás de China, Índia, EUA, Indonésia e Paquistão).

Tabela 2.1. População e variação anual do crescimento populacional do Brasil e EUA: 1700-2020

Ano	População Brasil (mil)	Variação anual (%)	População EUA (mil)	Variação anual (%)	População EUA/Brasil
1700	1.250	-	1.000	-	0,8
1820	4.507	1,1	9.981	1,9	2,2
1890	14.334	1,7	63.302	2,7	4,4
1900	17.438	2,0	76.391	1,9	4,4
1950	51.944	2,2	152.271	1,4	2,9
2000	169.799	2,4	282.738	1,2	1,7
2020	212.077	1,1	331.500	0,8	1,6

Fonte: IBGE, 2020 e **Maddison Project Database, 2020**.



Imigrantes em São Paulo, 1890. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

Assim, o Brasil foi, indiscutivelmente, um dos países de maior crescimento demográfico nos últimos 3 séculos e encontra-se entre os seis países mais populosos do mundo. Mas além do volume, a dinâmica populacional se alterou completamente ao longo do tempo, pois o Brasil passou pela transição demográfica e a transição da estrutura etária. O regime demográfico brasileiro no século XXI será completamente diferente do que ocorreu nos primeiros 500 anos da história brasileira, como veremos ao longo deste capítulo.

A população brasileira entre 1798 e 2022

Não existem dados suficientemente precisos da população nos primeiros 372 anos da história brasileira, pois o primeiro censo demográfico brasileiro ocorreu somente em 1872, no aniversário dos 50 anos da Independência. As estimativas para a população brasileira em 1800 variam de 2,5 milhões a 4 milhões de habitantes.

A **tabela 2.1**, com base na obra de Merrick e Graham (1981) mostra a população brasileira em 1798 e 1872, por origem étnica.

Segundo os autores, a população brasileira era de 3,25 milhões de habitantes em 1798 e passou para 9,9 milhões em 1872. A taxa geométrica de crescimento demográfico foi de 1,5% ao ano, nos 74 anos em questão.

A população branca e de origem europeia, no final do século XVIII, era de apenas 1 milhão de habitantes, representando 31% do total populacional. A população escravizada era de 1,58 milhão, representando quase a metade do total (48,7%). Havia também 406 mil pessoas de origem africana livre (12,5%) e 252 mil indígenas (7,8%). A população negra nesse período representava cerca de 60% do total populacional brasileiro.

O censo demográfico de 1872 indicou 3,8 milhões de brasileiros brancos de origem europeia (39,1%), percentagem maior do que no final do século XVIII, pois a vinda da Corte Portuguesa e o início da migração de pessoas de outras nacionalidades da Europa aumentaram levemente o percentual da população branca.

O maior contingente populacional era de pessoas de origem africana livres, com 4,3 milhões (42,8% do total). A população escravizada era de 1,5 milhão de habitantes (15,2% do total) e a população indígena de 387 mil, representando 3,9% da população total.

Cabe destacar que, mesmo antes da Lei Áurea, de 1888, e do fim do trabalho escravo, a população não sujeita ao trabalho forçado representava 85% do total da população brasileira. Isso significa que já existia um grande volume de oferta de força de trabalho livre antes mesmo do fim do Império.

Tabela 2.2. População brasileira por origem étnica: 1798 e 1872

Origem étnica	1798		1872	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Europeia	1 010 000	31,1	3 787 289	38,1
Africana livre	406 000	12,5	4 245 428	42,8
Africana escrava	1 582 000	48,7	1 510 810	15,2
Indígena	252 000	7,8	386 955	3,9
Total	3 250 000	100,0	9 930 478	100,0

Fonte: Merrick e Graham (1981).

Se nos primeiros 350 anos da história brasileira a população cresceu abaixo de 2%, o ritmo demográfico se acelerou para mais de 2% ao ano entre 1872 e 1920, pois, com a expansão das plantações de café e o fim do trabalho escravo, houve grande afluxo de imigrantes europeus para o país. Além disso, as taxas de mortalidade na virada do século começaram a cair, mesmo que modestamente, contribuindo para o maior incremento demográfico.

No ano seguinte à Proclamação da República, a população brasileira estava em 14,3 milhões de habitantes (segundo o censo de 1890) e passou para 17,4 milhões de habitantes em 1900, conforme mostra a **tabela 2.2**. Em outros termos, a população brasileira cresceu cerca de cinco vezes no século XIX, com taxa média de crescimento de 1,7% ao ano. Entre 1900 e 1920 o crescimento populacional atingiu a marca de 2,9% ao ano em função do aumento da imigração internacional. Mas entre 1920 e 1950 a migração internacional diminuiu em função da Grande Depressão, nos anos 30, e devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Contudo, o período de maior crescimento demográfico da história brasileira ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com média de 3% ao ano, não em função do afluxo de estrangeiros, mas sim por conta da queda das taxas de mortalidade – especialmente infantil – que propiciou grande aumento do crescimento vegetativo em um quadro de taxas de fecundidade ainda em altos patamares. Até meados do século XX, o Brasil tinha uma estrutura etária muito rejuvenesceda, com mais de 40% da população com idade abaixo de 15 anos e somente 5% de idosos com 60 anos e mais de idade.

A partir da década de 1970, o ritmo de crescimento demográfico brasileiro diminuiu e deve continuar reduzindo ao longo do século XXI, com envelhecimento da estrutura etária, até iniciar uma fase de decréscimo populacional, como veremos mais à frente. Pelos dados da **tabela 2.2** cabe destacar que, no século XX, a população brasileira cresceu quase 10 vezes, representando uma taxa média de crescimento geométrico de 2,3% ao ano.

Em dois séculos, a população brasileira cresceu por volta de 50 vezes, com taxa média de crescimento geométrico de 2% ao ano, entre 1798 e 2000. Mas o século XXI será diferente e não repetirá o crescimento populacional do passado. Os dados do censo demográfico de 2000 e das projeções populacionais do IBGE (revisão 2018), para 2022, mostram um crescimento médio de 1,1% ao ano no século XXI. No entanto, é provável que o crescimento seja ainda menor, pois os dados da projeção do IBGE foram feitos antes da pandemia e não levaram em consideração o aumento da mortalidade e

a queda da natalidade provocada pela Covid-19. Somente o censo demográfico a ser realizado em 2022 poderá dizer o tamanho exato da população brasileira. De todo modo, a tendência é de desaceleração do crescimento demográfico até o decréscimo a partir da década de 2040, como veremos adiante.

A **tabela 2.2** revela também a população brasileira distribuída por sexo. O número de homens superou o número de mulheres em toda a história brasileira até 1920. Em 1940 houve empate e a partir de 1950 tem predominado um crescente superávit feminino. Em 1872, as mulheres representavam 48,4% da população e havia um superávit de 317 mil homens. Já em 2010, as mulheres representavam 51% da população, com um superávit de quase 4 milhões de pessoas do sexo feminino. Normalmente, nascem de 3% a 5% mais homens, mas como as mulheres possuem expectativa de vida cada vez mais elevada, elas predominam no conjunto da população, especialmente entre os idosos.

Tabela 2.3. População brasileira (em milhares), por sexo, taxa de crescimento e percentagem de mulheres: 1872-2022

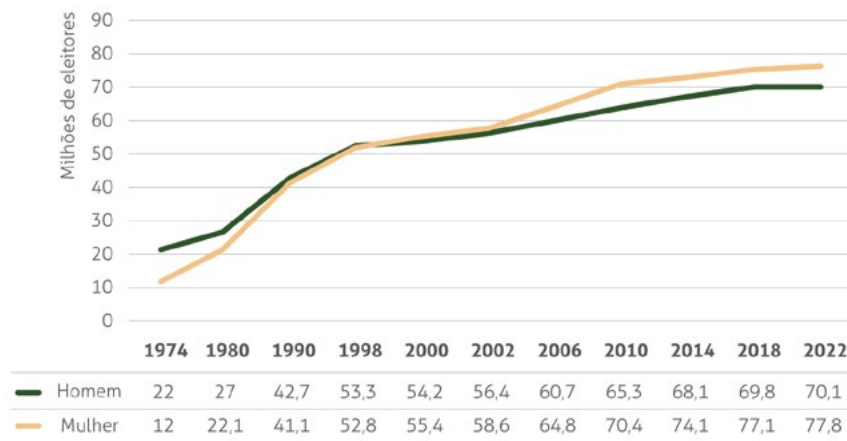
Ano	Total	Crescimento anual (%)	Homem	Mulher	% Mulher
1872	9 930	-	5 124	4 807	48,4
1890	14 334	2,1	7 238	7 096	49,5
1900	17 438	2,0	8 901	8 538	49,0
1920	30 636	2,9	15 444	15 192	49,6
1940	41 236	1,5	20 614	20 622	50,0
1950	51 944	2,3	25 885	26 059	50,2
1960	70 191	3,1	35 060	35 132	50,1
1970	93 139	2,9	46 327	46 808	50,3
1980	119 003	2,5	59 143	59 868	50,3
1991	146 825	2,1	72 485	74 340	50,6
2000	169 799	1,5	83 576	86 223	50,8
2010	190 756	1,2	93 407	97 349	51,0
2022	214 829	1,0	104 990	109 838	51,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, Sidra 2022 e Projeções Populacionais de 2018.

Uma das consequências da maioria feminina na população se reflete no processo eleitoral e no empoderamento do chamado 2º sexo. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto em 1932. Porém, mesmo sendo maioria da população, continuaram minoria do eleitorado até a virada do século. De acordo com o **gráfico 2.1**, em 1974, mais de quatro décadas depois da conquista do direito de voto, as mulheres ainda eram apenas um terço do eleitorado (24 milhões de eleitores homens e 12 milhões de eleitoras mulheres). Contudo, a diferença de gênero diminuiu aos poucos e, em 1998, houve empate, com cerca de 53 milhões de eleitores para cada sexo.

Já nas eleições do ano 2000, pela primeira vez, as mulheres superaram os homens no número de eleitores registrados. Nos anos seguintes, as mulheres ampliaram o superávit feminino no registro eleitoral e ultrapassaram os homens em 7,7 milhões de eleitores em 2022. Em outras palavras, houve reversão do hiato de gênero, com as mulheres sendo minoria do eleitorado no século XX, mas tornando-se maioria no século XXI, com um peso crescente no conjunto do eleitorado.

Gráfico 2.1. Crescimento do número de eleitores e feminização do eleitorado brasileiro: 1972-2022

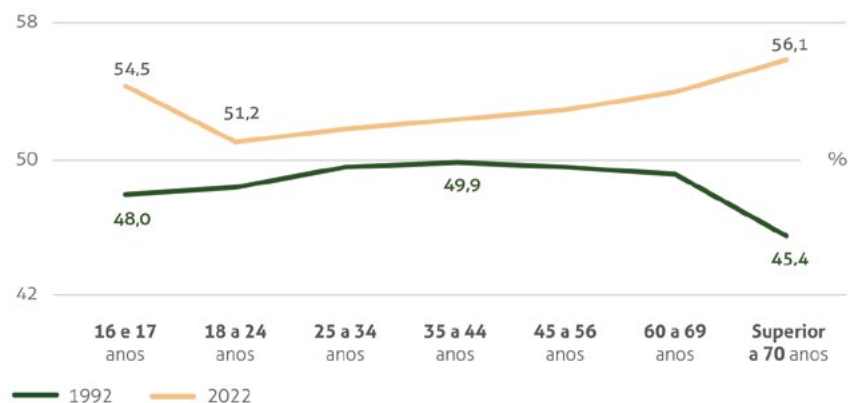


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

Cabe ressaltar que o poderio eleitoral das mulheres é tanto maior quanto mais se avança na estrutura etária. O **gráfico 2.2** a seguir mostra que a percentagem de mulheres no eleitorado era de 49,2% em 1992, sendo que o sexo feminino tinha menos de 50% em todos

os grupos etários. Mas em 2006 as mulheres já eram 51,5% do eleitorado e maioria em todos os grupos etários. Nas eleições de 2022, o peso feminino chegou a 52,5% do total do eleitorado e as mulheres ampliaram a vantagem em todos os grupos etários, por exemplo, chegando a 53,9% no grupo etário 60-69 anos e a 56,1% no grupo etário 70 anos e mais. Portanto, é cada vez maior o peso proporcional das mulheres com mais de 30 anos (balzaquianas) no eleitorado brasileiro.

Gráfico 2.2. Percentagem de mulheres no eleitorado por grupos etários, Brasil: 1992-2022



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

De fato, a dinâmica demográfica brasileira mudou muito nas últimas décadas e mudará mais no restante do século XXI. Anteriormente mostramos algumas mudanças de gênero e de geração, pois o Brasil tem se tornado mais feminino e mais envelhecido ano após ano. Ao mesmo tempo o ritmo de crescimento se alterou ao longo dos séculos. Para entender a nova realidade é preciso avaliar as mudanças de longo prazo.

A transição demográfica no Brasil: 1800-2100

A população brasileira cresceu quase 50 vezes nos 200 anos da Independência. Porém, o que teve mais impacto estrutural no conjunto da sociedade brasileira foi a transição na dinâmica demográfica, que possibilitou a passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e

natalidade. Esse fenômeno conhecido como transição demográfica (TD), tem ocorrido em todos os países do mundo e é a mudança de comportamento de massa mais expressiva e impactante da história da humanidade. Ela mudou uma realidade que parecia inexorável, pois, desde o surgimento do Homo Sapiens, há pelo menos 200 mil anos, as taxas de mortalidade sempre foram elevadas e a morte precoce era a norma que ceifava vidas. A mortalidade materna e a infantil eram elevadíssimas.

A mudança ocorreu com o avanço da modernidade urbano-industrial e a diminuição da letalidade provocada pela tríade miséria, doenças e guerras (ou conflitos). A queda das taxas de mortalidade e o aumento da esperança de vida é uma das maiores conquistas da humanidade, pois houve valorização da vida e as pessoas passaram a viver mais e melhor, acumulando conhecimento e contribuindo para maiores retornos no capital humano.

Com menos mortes precoces, foi possível reduzir o número de nascimentos por casal. O ser humano é a única espécie animal que conseguiu reduzir o número médio de nascimentos dos casais, não por conta da falta de recursos, mas exatamente porque optou por investir na qualidade de vida das crianças. Essa conquista é única e excepcional. Além de garantir o progresso das famílias, também gerou efeitos macroeconômicos, pois aumentou o percentual da população em idade ativa.

A transição demográfica tem um padrão que se repete, invariavelmente, da mesma forma em todas as nações, sem exceções – primeiro caem as taxas de mortalidade e, depois de um lapso de tempo, caem as taxas de natalidade. Esse formato foi observado mundialmente, independentemente da língua, da religião, da localização geográfica ou de qualquer diferenciação cultural. O que varia são os níveis históricos das taxas, o momento inicial da queda, a velocidade do declínio e os níveis finais após o fenômeno transicional.

O **gráfico 2.3** mostra a TD no Brasil entre 1800 e 2100. Nota-se que na maior parte do século XIX, as taxas brutas de natalidade (47 por mil) e de mortalidade (33 por mil) eram muito altas, o que gerava taxas de crescimento vegetativo, na ordem de 14 por mil (1,4% ao ano). Acrescente-se a esse alto crescimento vegetativo o fluxo imi-

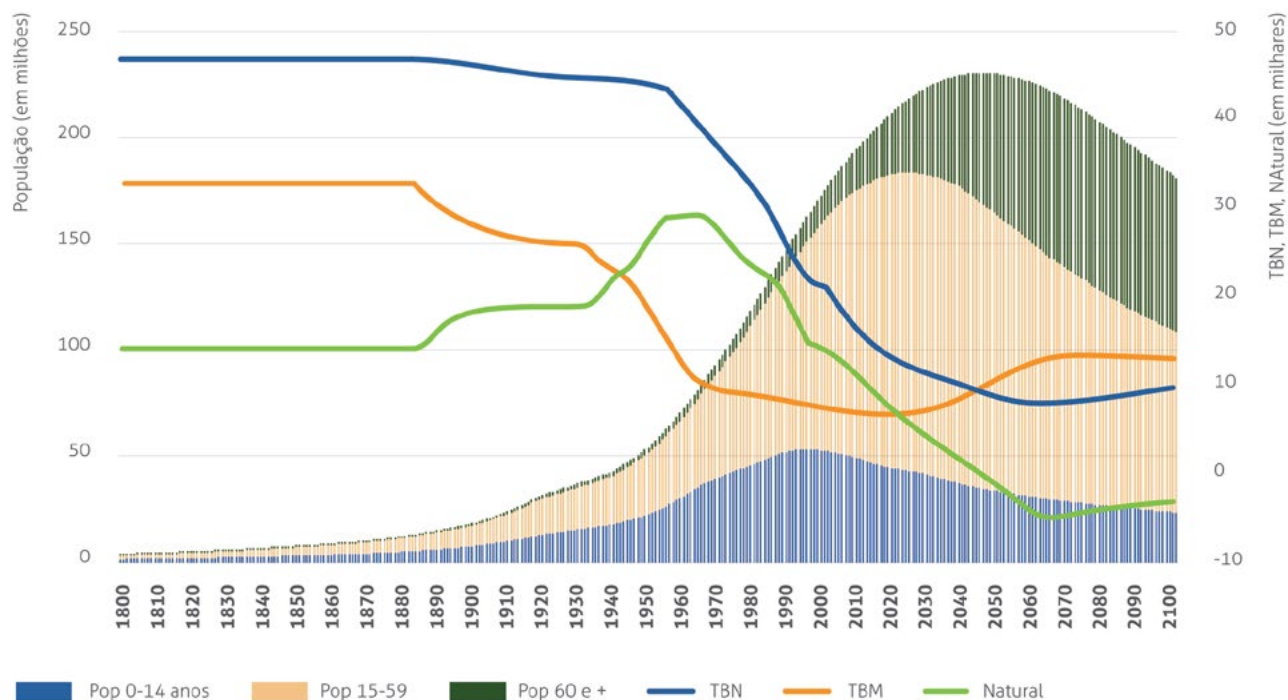
gratório que aumentava ainda mais o ritmo do crescimento demográfico. Como o Brasil sempre foi um país de dimensões continentais e com uma baixa densidade demográfica, o crescimento populacional era visto como um fator positivo para a colonização e a ocupação territorial. Tanto na Colônia, quanto no Império e na República, o lema dos diversos governos brasileiros foi: “governar é povoar” (ALVES; MARTINE, 2017).

A queda da Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), nas duas últimas décadas do século XIX, impulsionou o crescimento vegetativo para quase 2% ao ano, o que reforçou a meta do povoamento tão desejado pelos governantes do país. Entre 1870 e 1930, a TBM caiu de 33 por mil para 26 por mil, enquanto a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) variou ligeiramente entre 47 por mil e 45 por mil. Após a chamada Revolução de 1930, que deu início ao processo induzido de industrialização e urbanização, a TBM acelerou a queda e atingiu o nível de 21 por mil em 1945. Mas a queda maior das taxas de mortalidade só ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, período que propiciou a redução da mortalidade em todo o mundo. No Brasil, a TBM ficou abaixo de 10 por mil em 1965 e atingiu o menor nível da história nacional (tanto do passado, quanto do futuro) entre os anos de 2010 e 2012, com o nível mínimo de 6 por mil. A partir de 2013 a TBM brasileira começou a subir em função do fenômeno do envelhecimento populacional, devendo ficar em 6,5 por mil no ano de 2022 e acima de 10 por mil a partir de 2040. Portanto, a transição da mortalidade no Brasil já se completou, abandonando os níveis elevadíssimos do século XIX, chegando ao nível mais baixo da história na atual década e iniciando uma tendência de leve alta em decorrência da transição da estrutura etária do país.

A imigração internacional (especialmente de 1870 a 1940) e a migração interna (especialmente na segunda metade do século XX) são outros importantes elementos do povoamento e da distribuição espacial da população brasileira.

No outro componente da TD, a taxa bruta de natalidade ficou praticamente estável entre 1900 e 1960, variando levemente de 46 por mil para 41 por mil. Como a TBM variou de 28 por mil para 12 por mil, houve aceleração do crescimento vegetativo que passou

Gráfico 2.3. População e Transição Demográfica no Brasil: 1800-2100
Taxa Bruta de Natalidade (TBN), Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) e Crescimento Vegetativo



Fonte: IBGE, Séries históricas, 2022; Projeções Populacionais 2018 e Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.
Nota: os valores dos intervalos antes do ano 2000 foram interpolados.

de 1,8% para 2,9% ao ano. Dessa forma, as maiores taxas de crescimento demográfico no Brasil aconteceram nas décadas de 1950 e 1960. Porém, ainda nos anos 60, a TBN começou a cair e acelerou o ritmo de queda nas décadas seguintes. A TBN caiu de 39 por mil em 1965 para 21 por mil no ano 2000 e deve ficar em 12 por mil em 2022. Segundo as projeções populacionais do IBGE (revisão 2018) as taxas brutas de mortalidade e natalidade devem alcançar o equilíbrio em 2047, ambas atingindo o patamar de 9,4 por mil. A partir de 2047, haverá reversão das duas taxas e, conseqüentemente, a população brasileira, pela primeira vez na história, entrará em um período de decréscimo populacional no longo prazo. No conjunto, o século XXI será marcado por quase uma estabilidade populacional, deixando para trás o crescimento de quase 50 vezes entre 1800 e 2000.

O impacto da transição demográfica sobre o volume da população, como pode ser visto no gráfico 2.3, segue o comportamento de uma curva logística, com baixo crescimento no início, aceleração do crescimento em um segundo momento a um ponto de inflexão que leva à desaceleração do crescimento até a estabilidade e um possível decréscimo. A população brasileira era de cerca de 4,7 milhões quando Dom Pedro deu o grito do Ipiranga, em 1822, e subiu para 9,9 milhões 50 anos depois, quando houve o primeiro censo brasileiro, em 1872. Chegou a 17,4 milhões de habitantes em 1900, decuplicou para cerca de 170 milhões de pessoas no ano 2000 e deve ficar em torno de 215 milhões em 2022. Em outros termos, a população brasileira cresceu 46 vezes nos 200 anos da Independência. Mas o pico populacional deve ser alcançado em 2047, com um volume de 233 milhões de habitantes. A partir daí a população brasileira, cada vez mais envelhecida, iniciará uma trajetória de decréscimo.

Indubitavelmente, a transição demográfica é um fenômeno sincrônico ao desenvolvimento. Os determinantes da queda da mortalidade foram o enriquecimento do padrão nutricional, a melhoria nas condições de higiene e saneamento básico (especialmente água tratada) e o avanço da medicina e do acesso ao sistema de saúde. Os determinantes da queda da natalidade foram o aumento da renda, a elevação do nível educacional, o acesso ao trabalho assalariado com a industrialização e a urbanização, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a maior autonomia feminina e a redução das desigualdades de gênero, o aumento e a diversificação do padrão de consumo, a ampliação do sistema previdenciário, a universalização do acesso aos métodos contraceptivos e a conquista dos direitos sexuais e reprodutivos.

O **gráfico 2.3** também mostra os três grandes grupos etários da população. Observa-se que a população de 0 a 14 anos (crianças e jovens objeto da política de educação fundamental) representava algo em torno de 42% da população total do país até 1950 e cresceu até o máximo de 53 milhões de indivíduos em 1995 (representando 22% da população total), devendo cair em termos absolutos para 23,4 milhões de crianças e jovens (representando 13% da população total) em 2100. Já a população em idade ativa (15-59 anos) representava 53% da população total até 1950, mas apresenta crescimento em termos absolutos e relativos até 141 milhões de indivíduos em 2033 (representando 62,5% da população total) e deve cair para 85 milhões de pessoas em 2100 (representando 47% da população total). Em contraste com os dois grupos anteriores, a população idosa (de 60 anos e mais) que representava apenas 5% da população total até 1950 vai apresentar um grande crescimento até atingir 79,2 milhões de pessoas (representando 38% da população total) em 2075, chegando em 2100 com 72,4 milhões de idosos (representando 40% da população total).

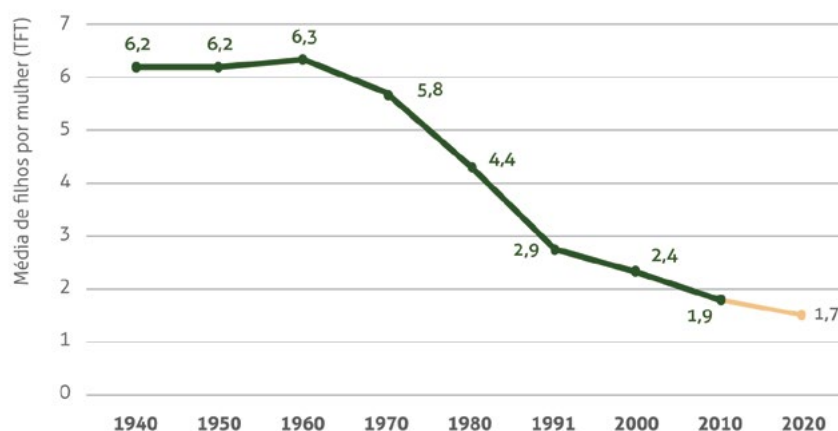
Dessa forma, os diferentes grupos etários apresentarão diferentes ritmos de crescimento e diferentes picos populacionais. A população de 0-14 anos atingiu o valor absoluto máximo no ano de 1995, a população de 15-59 atingirá o valor máximo em 2033 e a população idosa

atingirá o máximo em 2075. Portanto, a população de crianças e jovens começou a diminuir em 1996, a população adulta começará a diminuir em 2034 e a população idosa em 2076. A população total deverá começar o decréscimo a partir de 2043. Cabe destacar que, pelas projeções da ONU, entre 2043 e 2075 a população total do Brasil estará diminuindo, mas a população idosa será o único grupo etário com crescimento absoluto.

A transição da fecundidade e o padrão reprodutivo no Brasil

A transição da fecundidade é considerada uma das transformações sociais mais importantes e mais complexas. Durante a maior parte da história brasileira, as taxas eram altas para se contrapor às elevadas taxas de mortalidade e porque as famílias desejavam muitos filhos, já que as crianças traziam mais benefícios do que custos para os pais. Porém, com a “reversão do fluxo intergeracional de riqueza”, os custos dos filhos subiram e os benefícios diminuíram. Os filhos deixaram de ser um “seguro” para os pais, que passaram a contar com o sistema público e privado de proteção social e previdência. Essa transição tem um grande impacto nas famílias e na sociedade, pois muda a relação entre as gerações e modifica a estrutura etária, conforme visto nas pirâmides.

Gráfico 2.4. Transição da Fecundidade no Brasil: 1940-2020

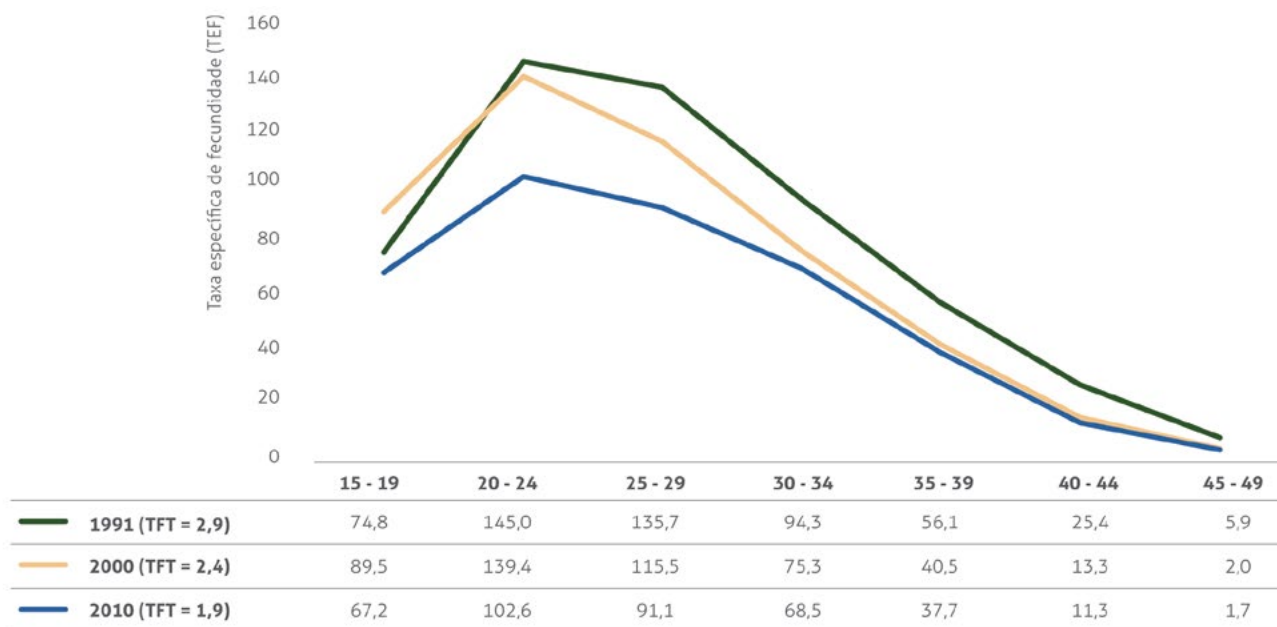


Fonte: IBGE, Séries históricas, 2022; Projeções Populacionais 2018

O **gráfico 2.5** mostra as taxas específicas de fecundidade (TEF) no Brasil, de acordo com os últimos três censos. Chama a atenção o fato de que entre 1991 e 2000 a TEF caiu em todos os grupos etários, menos entre os adolescentes (15-19 anos). Em outras palavras, houve um aumento da gravidez na adolescência no Brasil na década de 1990, provocando muita discussão no país, pois significava que os jovens não conseguiam separar sexualidade de reprodução já que as pesquisas evidenciavam o alto índice de gravidez indesejada. Também os estudos mostravam que os jovens brasileiros não tinham acesso adequado aos métodos contraceptivos, à educação sexual, além de serem vítimas de preconceitos no momento de conseguir acesso aos métodos de regulação da fecundidade.

Porém, o censo de 2010 mostrou que a fecundidade continuou caindo em todos os grupos etários, inclusive entre os adolescentes. A taxa era de 74,8 nascimentos para cada mil adolescentes (15-19) em 1991, subiu para 89,5 por mil em 2000 e caiu para 67,2 por mil em 2010. Mesmo assim, as taxas brasileiras são altas quando comparadas com as de outros países: apenas 2,3 por mil na Coreia do Sul; 8,4 por mil na China; 29,5 por mil no Irã; 7 por mil na França; 11,6 por mil na Arábia Saudita; 34 por mil nos Estados Unidos e 59 por mil na África do Sul.

Gráfico 2.5. Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) no Brasil: 1991-2010



Conforme vimos, a gravidez na adolescência, no Brasil, é maior do que em todos esses países. O fato indica que o Brasil tem uma estrutura rejuvenescida da fecundidade, ou seja, as mulheres começam a ter filhos precocemente e deixa de tê-los também cedo (ao contrário do padrão europeu, asiático e islâmico). Na linguagem popular, as mulheres “fecham a fábrica” (na linguagem demográfica, afirma-se que se adota uma forma de controle da fecundidade por “terminação da parturição”).

O padrão rejuvenescido da fecundidade no Brasil tem um impacto grande no mix contraceptivo adotado. Como as mulheres começam a ter filhos em idades jovens, elas atingem o tamanho ideal de família também cedo. Desse modo, com uma idade em torno de 25 anos, as mulheres já tiveram os filhos desejados e passam a utilizar uma forma de controle definitivo da fecundidade, a esterilização. Na maioria dos casos, são as mulheres que fazem a laqueadura tubária, mas tem crescido muito o número de homens que fazem vasectomia. Esse padrão de fecundidade precoce e “fechamento da fábrica” é mais comum nas “classes” sociais de mais baixa renda e baixo nível de escolaridade. Nas classes médias e altas, o padrão tende para ser mais envelhecido, ou seja, as meninas permanecem por mais tempo na escola, chegam à universidade e casam-se mais tarde. Portanto, o padrão rejuvenescido de fecundidade e de casamento (formal ou informal) precoce é diferenciado conforme o nível de renda e escolaridade das famílias brasileiras.

A transição da mortalidade e a transição epidemiológica

O estupendo declínio das taxas de mortalidade observado no Brasil a partir dos anos 1940 está relacionado com a melhoria no padrão alimentar e políticas explícitas na área de saúde. Por exemplo, o combate à malária e a outras epidemias, bem como doenças endêmicas, salvou muitas vidas. Nesse sentido, cabe reconhecer que o papel desempenhado pelas medidas de saúde pública e saneamento, tais como as campanhas de imunização, a pulverização com inseticidas para erradicar os vetores de doenças, o tratamento com cloro da água potável, a provisão de esgotos e água tratada, a suplementação da dieta e remédios para combater as doenças infecciosas mais comuns. Desse modo, independentemente do nível do desenvolvimento econômico, foi possível diminuir a taxa de mortalidade no Brasil, em todos os grupos etários, principalmente na infância.

De fato, como argumentaram Coale e Hoover (1958), os avanços na área de saúde poderiam ser trazidos de maneira exógena aos países pobres. Fato é que a capacidade de cada país em implementar esses procedimentos, ou importar medicamentos como, por exemplo,



a penicilina, e disponibilizá-los para toda população depende da organização e capacidade governamental nacional e regional. Dessa forma, o volume de mortes evitadas e a velocidade com que esse evento aconteceu dependeram da implementação dos mecanismos necessários em um país tão vasto e já desigual como o Brasil. Nesse sentido, Wood e Carvalho (1988), em amplo estudo, mostram que o ritmo e a velocidade no descenso das taxas de mortalidade desde os anos 1940 foram muito influenciados não só pela difusão das novas tecnologias e do controle de enfermidades, mas também pela evolução no padrão de vida, trazida com as melhorias das condições socioeconômicas das famílias.

A queda da mortalidade infantil e na infância é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico, pois alta fecundidade e alta mortalidade infantil são fatores que impossibilitam a adequada inserção da mulher no mercado de trabalho e dificultam o avanço no padrão de vida familiar. Cada perda de uma criança é um drama na vida de um casal ou de uma mãe monoparental. A mortalidade infantil traz custos econômicos e psicológicos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento social só é possível com o aumento significativo da sobrevivência dos filhos. A taxa de mortalidade infantil estava em 140 óbitos de 0 a 1 ano de vida para cada 1 mil nascimentos no quinquênio 1950-55 e caiu para 13 por mil no quinquênio 2015-20 (uma queda de mais de 10 vezes).

Sendo assim, a evolução do perfil de mortalidade no Brasil seguiu, em grandes linhas, aquilo que era esperado pela teoria da transição epidemiológica em todas as regiões brasileiras. Mas os avanços no processo de desenvolvimento, no estilo de vida e no comportamento mais voltado à saúde pública não eliminaram a desvantagem dos pobres em comparação aos ricos, no que tange ao chamado risco da morbimortalidade do atraso (doenças infecciosas) e da modernidade (doenças cardiovasculares e neoplasias).

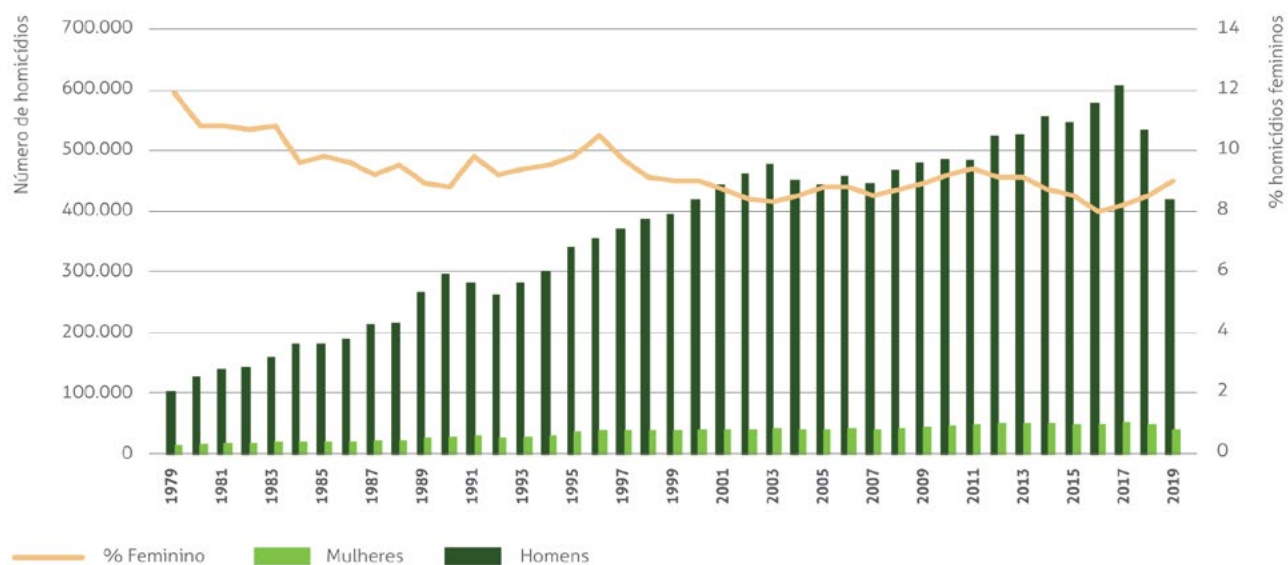
De fato, no que diz respeito à transição da mortalidade e à transição epidemiológica, existe ampla concordância de que o aumento do padrão de vida possibilitado pela elevação da renda *per capita*, a alta urbanização, a melhoria dos meios de transporte e comunicação, os avanços na higiene e no saneamento básico e os progressos da medicina e da cobertura do sistema de saúde possibilitaram a redução das taxas de mortalidade no Brasil.

Obviamente ainda existem diferenciais importantes na mortalidade infantil, adulta e idosa nas várias regiões brasileiras. Mas, de modo geral, houve redução do volume das doenças infecciosas e parasitárias e aumento das doenças do aparelho circulatório e das neoplasias. Um grande destaque no Brasil é o aumento das mortes provocadas por causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito.

O **gráfico 2.6** mostra que o número de homens assassinados passou de cerca de 10 mil homicídios em 1979 para mais de 60 mil em 2017, e o número de mulheres assassinadas passou de pouco mais de 1 mil para quase 5 mil homicídios femininos no mesmo período. Em 2018

e 2019, o número de homicídios caiu no Brasil, porém continua alto para o padrão mundial (MANETTA, ALVES, 2018). Os homicídios femininos variam entre 8 e 12% dos homicídios masculinos. As principais vítimas são os jovens, especialmente os homens negros das periferias pobres das grandes cidades. A alta mortalidade por causas externas é um problema de saúde pública que afeta o desenvolvimento do país e o bem-estar das famílias, pois pais perdem os filhos, esposas perdem os maridos, filhos perdem os pais e as famílias são desestruturadas pela alta mortalidade, que inclusive afeta negativamente a expectativa de vida dos brasileiros.

Gráfico 2.6. Número de homicídios, por sexo, Brasil: 1979-2019

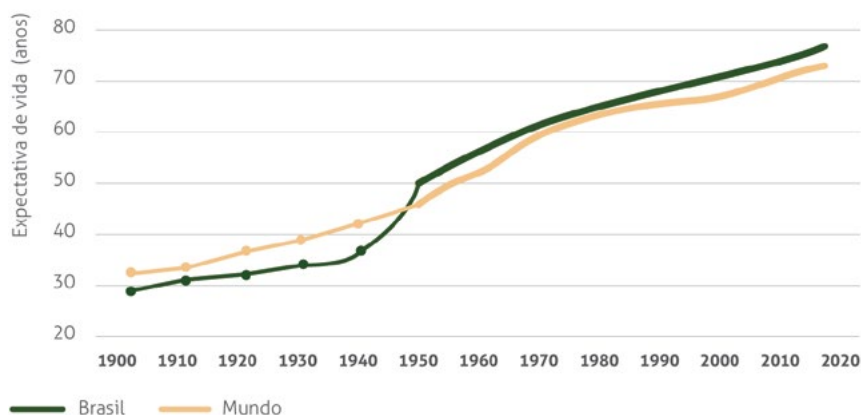


Fonte: IPEA, Atlas da Violência, 2021.

A despeito do aumento das mortes por causas externas, a expectativa de vida no Brasil teve um grande avanço no século XX. O Brasil tinha esperança de vida abaixo da média mundial até meados do século XX, mas superou os números globais depois da Segunda Guerra. Em 1900, o mundo tinha uma expectativa de vida ao nascer de 32 anos, enquanto o Brasil registrava 29 anos, conforme mostra o **gráfico 2.7**. Quatro décadas depois, o mundo atingiu expectativa de vida de 42 anos e o Brasil 37 anos. Mas na década de 1940, o Brasil deu um salto e atingiu uma expectativa de vida ao nascer de 50,1 anos em 1950, contra 45,7 anos do mundo. Pela primeira vez o Brasil teve anos médios de vida acima da média global.

No ano 2000, a expectativa de vida ao nascer do Brasil chegou a 70,1 anos, enquanto a média mundial chegou a 66,3 anos. Os ganhos foram espetaculares no século XX e continuaram no século XXI. Em 2019, o Brasil alcançou 75,9 anos e o mundo 72,6 anos. Contudo, esse avanço, sem paralelo na história humana, foi interrompido pela pandemia da Covid-19 que provocou uma alteração na dinâmica demográfica em 2020 e 2021.

Gráfico 2.7. Expectativa de vida ao nascer (em anos), Brasil e Mundo: 1900-2019



Fonte: Our World in Data, 2022 (consultado em 19 jan. 2022).
Nota: os dados para alguns anos foram interpolados.

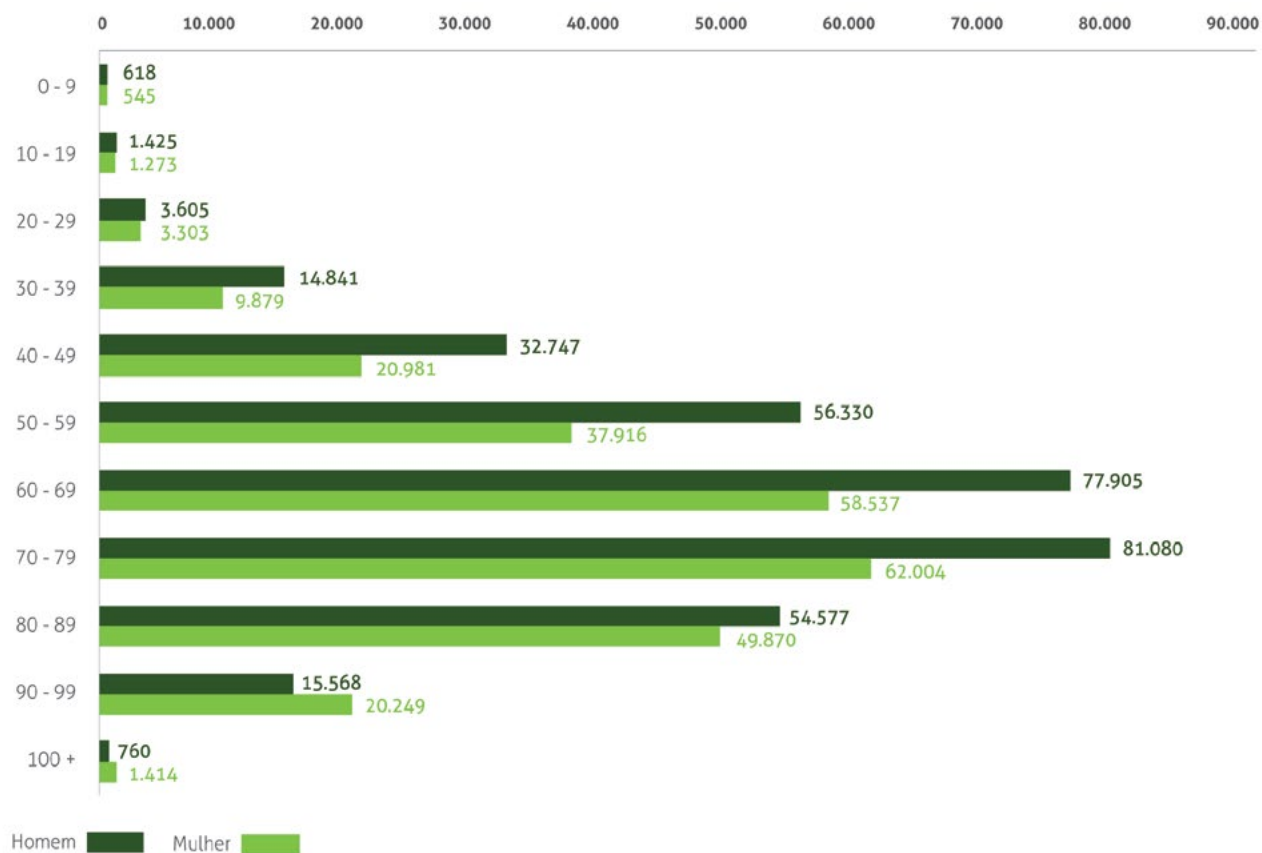
O impacto da pandemia da Covid-19 na dinâmica demográfica brasileira

A Covid-19 aumentou a mortalidade em todo o mundo, mas também provocou uma redução da natalidade na maioria dos países do mundo. Os primeiros casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus foram identificados na China em dezembro de 2019, mas somente no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a doença tinha se tornado uma pandemia. Dois anos depois, no dia 31 de dezembro de 2021 os números globais atingiram 288,21 milhões de contaminados e 5,44 milhões de vidas perdidas, sendo que o Brasil registrou, na mesma data, 22,3 milhões de casos e 619,1 mil mortes para a Covid-19.

A Covid-19 atingiu todos os países do mundo e afetou toda a população mundial, mas os idosos são as principais vítimas da pandemia. O **gráfico 2.8**, com base nos dados do Portal

da Transparência do Registro Civil, mostra que os homens e os idosos foram as principais vítimas da pandemia. Em 2020 e 2021, 70% das mortes ocorreram entre a população com 60 anos ou mais de idade. No recorte de gênero, os homens representam 56% do total de mortes e as mulheres 44%. Mas cabe destacar que as mortes entre crianças e adolescentes não foram desprezíveis. No grupo de idade de 0 a 9 anos, foram registrados 618 óbitos de meninos e 545 de meninas. Entre os adolescentes de 10 a 19 anos, houve 1.425 óbitos masculinos e 1.273 femininos.

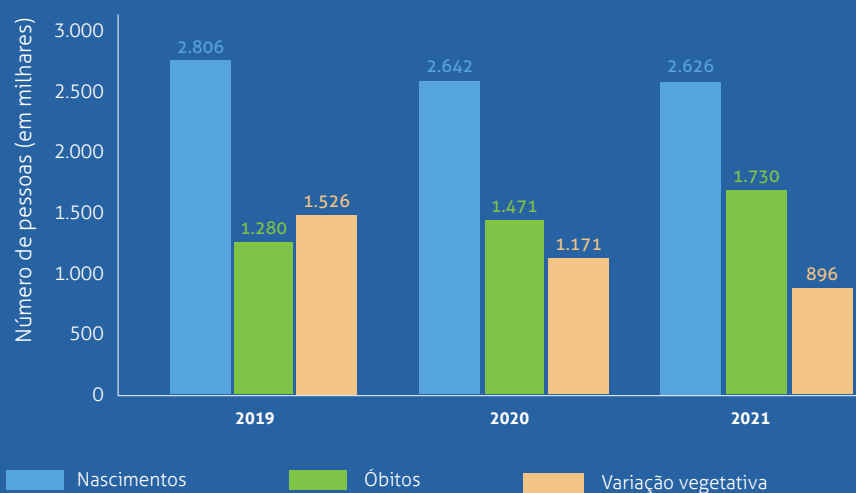
Gráfico 2.8. Óbitos com suspeita ou confirmação de Covid-19, por sexo e idade, Brasil: 16/03/2020 a 31/12/2021



Fonte: Central de Informações do Registro Civil – CRC Nacional, 2022.

O impacto da pandemia não ocorreu apenas no aumento da mortalidade, pois houve também uma redução da natalidade. O **gráfico 2.9**, também com informações do Portal da Transparência do Registro Civil, indica que o número de nascimentos caiu de mais de 2,8 milhões de bebês em 2019 para 2,64 milhões em 2020 e 2,62 milhões em 2021 (o menor volume de nascimentos no Brasil desde 1954). Já o número de mortes passou de 1,28 milhão em 2019, para 1,47 milhão em 2020 e para 1,73 milhão em 2021 (o maior volume de óbitos da história brasileira). Por conseguinte, o crescimento vegetativo da população (nascimentos menos óbitos) caiu de 1,53 milhão de pessoas em 2019, para 1,17 milhão em 2020 e 895 mil novos habitantes em 2021. Em outras palavras, a população brasileira continua crescendo, só que em ritmo pouco mais lento pelo efeito da pandemia.

Gráfico 2.9. Nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo (em milhares), Brasil: 2019-2021



Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil, 2022.

Além da dinâmica demográfica, a pandemia afetou o mercado de trabalho, a educação, a economia e a sociedade como um todo, como veremos em outros capítulos. Alguns efeitos serão temporários e outros permanentes.

A principal característica demográfica do Brasil no século XXI será o envelhecimento populacional, e na segunda metade do século haverá um processo inédito de decréscimo populacional. Tal situação exigirá respostas da sociedade, da iniciativa privada e das políticas públicas.

CAPÍTULO 3

Estrutura etária, bônus demográfico e o envelhecimento populacional

Durante 470 anos, de 1500 a 1970, o Brasil teve uma estrutura etária muito jovem, com a base da pirâmide populacional bem larga e um topo bastante estreito. Todavia, essa realidade começou a mudar com o avanço da transição demográfica. A queda das taxas de mortalidade e natalidade fizeram com que a distribuição de sexo e idade se alterasse ao longo das últimas décadas. Em um primeiro momento, houve redução da base e crescimento do meio da pirâmide, aumentando a proporção de pessoas em idade economicamente ativa. Com a continuidade das transformações demográficas, o topo da pirâmide se avoluma e a proporção de idosos aumenta, ultrapassando o peso da proporção de crianças e adolescentes (0-14 anos), e o envelhecimento populacional passa a ser uma das principais características do novo padrão etário.

Na primeira fase da mudança da estrutura etária, ocorre um fenômeno muito especial que é denominado janela de oportunidade ou 1º bônus demográfico. Nessa fase, a proporção de pessoas potencialmente produtoras de bens e serviços aumenta em relação à proporção de pessoas preferencialmente consumidoras de bens e serviços. Em outros termos, cresce a proporção de pessoas em idade ativa (adultos) em relação às pessoas que se encontram naquelas idades em que o percentual de inativos é muito grande (crianças e idosos).

Entretanto, a janela de oportunidade tem data para abrir e para fechar na medida em que se modifica a relação entre os diversos grupos etários. Embora ocorra só uma vez na história de cada país e seja um fenômeno temporário (cerca de 50 a no máximo 70 anos), o bônus demográfico é essencial para a decolagem do desenvolvimento econômico e social. Todo país que tem elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou pela transição demográfica, aproveitou a janela de oportunidade e só mantém alto padrão de vida em decorrência das baixas taxas de mortalidade e natalidade.

Por outro lado, a transição demográfica resulta no avanço do envelhecimento populacional, significando o fim do 1º bônus demográfico. Existe a possibilidade de um 2º e um 3º bônus que podem ser alcançados mesmo na prevalência de uma estrutura etária envelhecida. Ainda assim, aproveitar o 1º bônus demográfico é, sem dúvida, um pré-requisito

para o desenvolvimento e a elevação do IDH. Apresentaremos os principais indicadores da mudança da estrutura etária brasileira, mostrando os parâmetros da janela de oportunidade e o modo como se dá o desdobramento do processo de envelhecimento populacional no país.

A transição da estrutura etária brasileira

A transição demográfica gera, deterministicamente, uma transição na estrutura etária da população. Considerando que as crianças e jovens entre 0 e 14 anos devem estar preferencialmente na escola e que a maioria dos idosos, majoritariamente, se aposentam e se retiram do mercado de trabalho, a literatura define os dois extremos da pirâmide como população dependente. Define também a população de adultos de 15 a 64 anos como população potencialmente produtiva ou população em idade ativa (PIA).

O **gráfico 3.1** mostra as pirâmides populacionais brasileiras para 1950 e 1970. Nota-se que ambas apresentam uma base muito larga e um topo muito estreito. A população em idade ativa (15 a 64 anos) era de 55,5% do total em 1950 e caiu um pouco para 54,4 % em 1970, em decorrência fundamentalmente à maior sobrevivência das crianças, o que aumenta a proporção de pessoas na base da pirâmide. Esse formato piramidal foi a regra durante a maior parte da história brasileira, significando uma população com uma estrutura etária jovem.

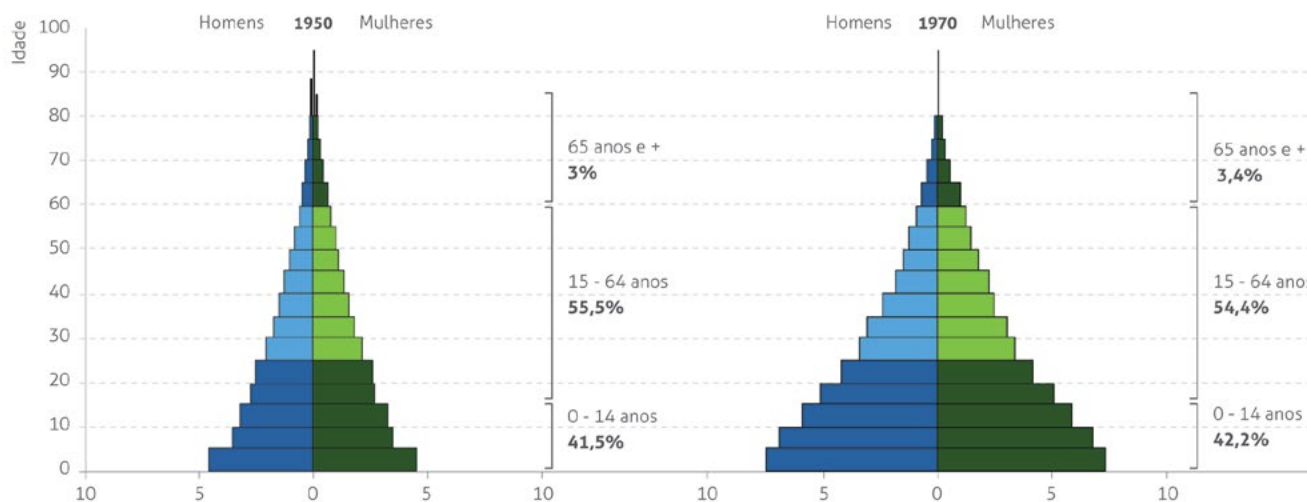
O **gráfico 3.2** mostra as pirâmides populacionais brasileiras para 1990 e 2020. Nota-se uma mudança fundamental, com o estreitamento da base e o alargamento do meio da pirâmide. A estrutura etária de 1990 foi a primeira a apresentar o grupo 0-4 anos menor do que o grupo 5-9 anos. Já a pirâmide de 2020 apresenta quatro grupos menores do que o grupo etário 20-24 anos. Na pirâmide de 1990, os jovens compunham 35,2% do total populacional, os adultos em idade de trabalhar (15-64 anos) somavam 60,6% e os idosos 4,3% da população. Já na pirâmide de 2020, os jovens diminuíram para 20,7%, os adultos aumentaram para 69,7% e os idosos foram para 9,6% do total.

Portanto, essa transformação da estrutura etária decorrente da transição demográfica é um fenômeno único na história de cada país. O seu aproveitamento é fundamental para o aumento da renda, pois trata-se de uma janela de oportunidade que propicia o crescimento da força de trabalho potencial e a redução da dependência demográfica.

O 1º bônus demográfico

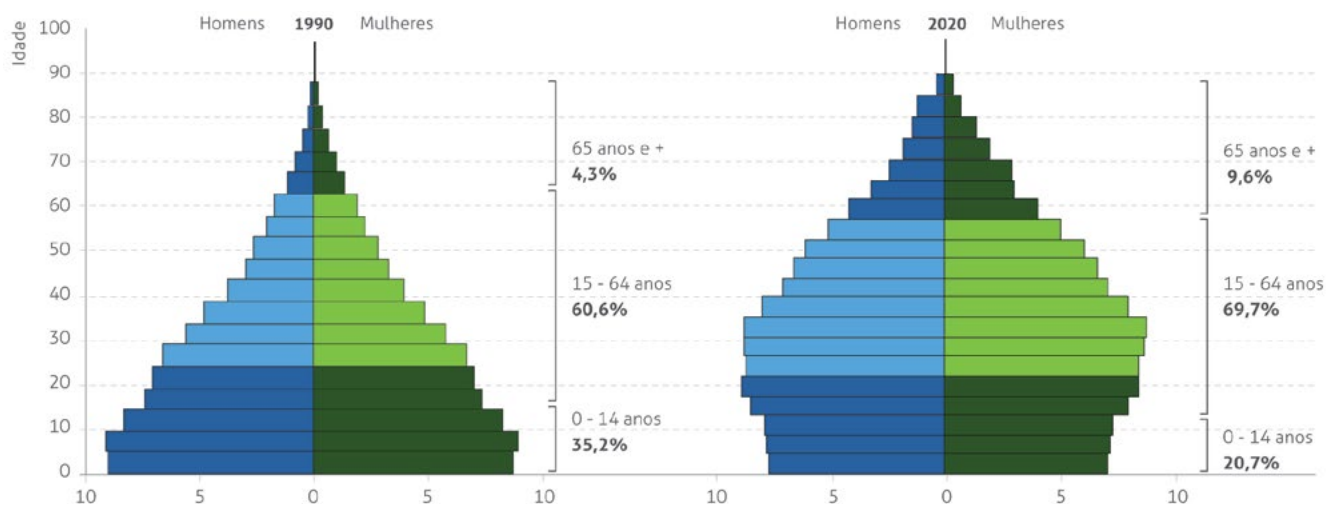
A discussão sobre o efeito da estrutura etária sobre a economia teve início com o livro "População e desenvolvimento econômico", dos pesquisadores da Universidade de Princeton Coale e Hoover (1966), publicado originalmente em 1958. Naquela época, quando

Gráfico 3.1 Pirâmides populacionais do Brasil: 1950 e 1970



Fonte: Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019

Gráfico 3.2. Pirâmides populacionais do Brasil 1990 e 2020



Fonte: Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019

Só os países que
aproveitam o
bônus demográfico
conseguem superar
a pobreza e atingir
alto grau de
desenvolvimento
humano, uma vez
que só é possível
enriquecer antes
de envelhecer.

as taxas de fecundidade eram muito elevadas, buscou-se evidenciar como o ônus de uma estrutura etária muito jovem afetava negativamente o crescimento econômico (ALVES, 2020).

Todavia, com a generalização da queda da fecundidade em grande parte do mundo, as vantagens da redução da base da pirâmide populacional foram ficando mais evidentes. Embora não tenham usado o termo bônus (ou dividendo) demográfico, Cutler et al. (1990), analisando o processo de envelhecimento populacional, não deixam dúvidas sobre as vantagens da mudança da estrutura etária. Relatório do Banco Mundial também mostrou as vantagens de uma rápida transição demográfica para a aceleração do desenvolvimento econômico nos países do leste asiático (WORLD BANK, 1993).

Mas, apesar das crescentes evidências de que uma rápida queda do número médio de filhos propiciaria uma estrutura etária favorável à decolagem do desenvolvimento econômico e social, esta questão não foi amplamente discutida pela demografia econômica e nem fez parte do Programação de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo, em 1994. Ou seja, o importante conceito de bônus demográfico não fazia parte das políticas públicas e não foi discutido e incorporado no relatório final da maior Conferência sobre População e Desenvolvimento, ocorrida na última década do século XX. Não obstante, o sucesso da transição demográfica dos países do leste asiático e a manutenção de altas taxas de crescimento econômico e social, com redução da pobreza, chamaram a atenção dos pesquisadores de todo o mundo.

No texto *Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia*, Bloom e Williamson (1998) introduzem variáveis populacionais em um modelo empírico de crescimento econômico, demonstrando que a transição demográfica contribuiu substancialmente para o sucesso asiático: "O milagre ocorreu em parte porque a transição demográfica do Leste Asiático resultou em uma população em idade ativa crescendo a uma taxa muito mais rápida do que à da população dependente" (BLOOM; WILLIAMSON, 1998, p. 419).

Outros passos importantes na consolidação da formulação do conceito de bônus (ou dividendo) demográfico foi dado no artigo de Lee, Mason e Miller (2000), em que os autores, concluem mostrando que a redução da fecundidade e o prolongamento da expectativa de vida contribuem para o aumento das taxas agregadas de riqueza e poupança, em decorrência das mudanças na estrutura etária e da baixa razão de dependência. Também o livro *Population Matters*, de Birdsall, Kelley e Sinding (2001), obra que reúne uma série de artigos de pesquisadores renomados sobre o tema e consolida a noção de que a população importa e que uma estrutura etária favorável, decorrente da transição demográfica, é um fator essencial para a decolagem do desenvolvimento e para se conseguir um padrão mais elevado de bem-estar para toda a população.

No Brasil, somente no início dos anos 2000 é que começaram a surgir publicações onde o termo aparece (BARROS et al. 2001; ALVES, 2002). Uma fala importante sobre o bônus

demográfico ocorreu com o discurso do presidente da IUSSP na abertura da XXIV Conferência Geral de População, em Salvador, em 19 de agosto de 2001. Mas a divulgação mais ampla do conceito ocorreu com a publicação de uma matéria de duas páginas no jornal Folha de S. Paulo (FSP), no domingo, dia 22 de janeiro de 2006, com o título “Bônus demográfico”. A partir daí o termo ganhou embalo e se espalhou por todo o território nacional e todas as instâncias da sociedade (ALVES, S. 2018).

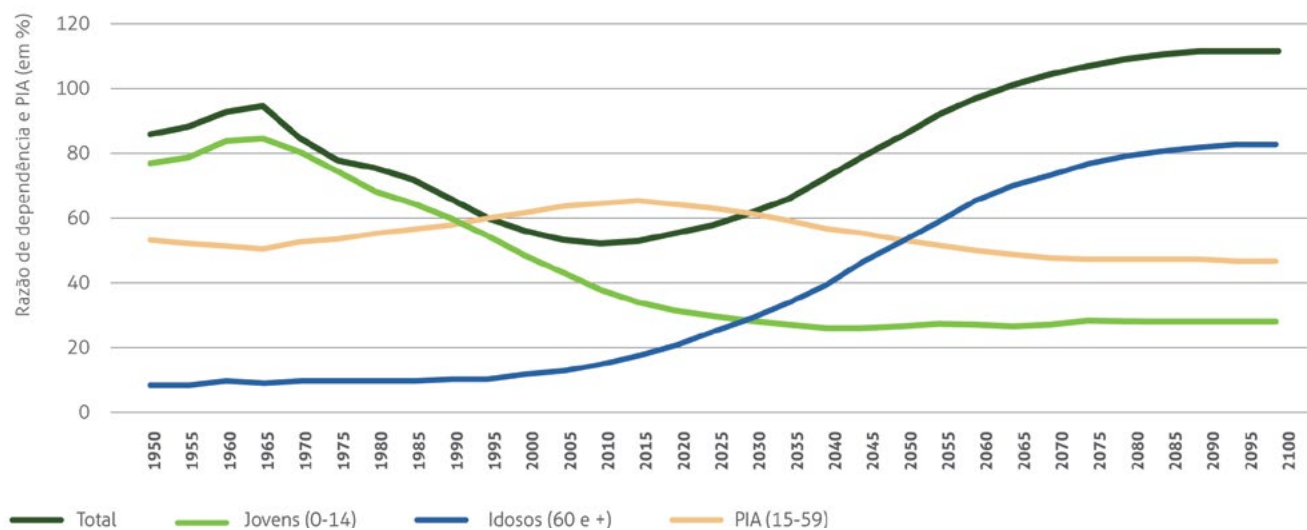
O bônus pode ser compreendido pela análise da razão de dependência (RD), considerando os idosos, pessoas com 60 anos ou mais, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso. O **gráfico 3.3** mostra a RD de jovens (0-14 anos), idosos (60 anos e mais) e total, além do percentual da população em idade ativa (PIA) para o Brasil, no período de 1950 a 2100, segundo os dados da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU). Nota-se que, entre 1950 e 1970, a taxa de dependência de jovens era elevada e aumentou ainda mais em decorrência da rápida queda nas taxas de mortalidade infantil, que possibilita-

ram a elevação do percentual de crianças sobreviventes no país. Nesse período, houve um rejuvenescimento da estrutura etária e um alargamento da base da pirâmide.

Mas a partir de 1970, com a diminuição da taxa de fecundidade, a razão de dependência dos jovens começou a cair e iniciou um processo de queda contínua no restante do século. Em consequência, a RD total também iniciou um período de queda quando a RD dos idosos se mantinha em níveis baixos. Mas, com o aumento acelerado da RD dos idosos, a RD total também começou a subir no quinquênio 2020-25. A PIA, em relação à população total, cresce também até o quinquênio 2015-20.

Alguns analistas consideram que o início da redução proporcional da PIA seria o fim do bônus demográfico. Porém, como visto no gráfico, a razão de dependência começa a subir, mas continua em níveis historicamente baixos. Todavia, o bônus demográfico poderá continuar dando bons frutos econômicos se a população ocupada (PO) aumentar nos próximos 15 anos, antes de a PIA começar a diminuir em termos absolutos.

Gráfico 3.3. Razão de dependência de jovens, idosos e total e PIA, Brasil: 1950-2100



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2019.



Decerto, a razão de dependência total (que é a soma das razões de jovens e idosos), já cresce e deve ultrapassar a marca de 100 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa. Após 1970, a RD total caiu até o nível mínimo, de 52,4% entre os anos de 2010 e 2020, reduzindo quase pela metade. Porém, nas últimas décadas do século XXI, haverá mais pessoas dependentes do que em idade produtiva, exigindo grande aumento da produtividade da população ocupada e uma redefinição da inserção da população idosa.

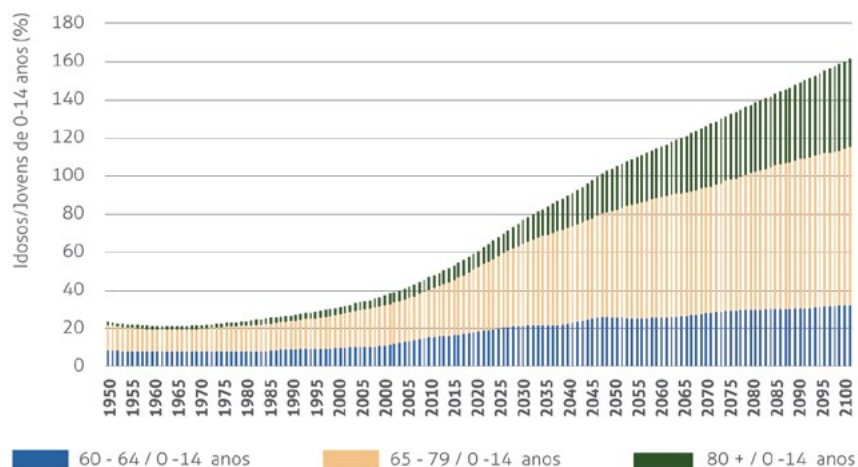
O envelhecimento populacional será a principal característica demográfica do século XXI

Como vimos no capítulo anterior, a população brasileira passará por um profundo e rápido envelhecimento populacional. Uma forma de aferir quantitativamente o envelhecimento populacional é por meio do Índice de Envelhecimento (IE), que mede a relação entre a população idosa e a população jovem de 0 a 14 anos de idade. A linha que divide a população adulta da população idosa varia historicamente, no espaço e no tempo, pois há diversos critérios para definir a linha base do envelhecimento.

O **gráfico 3.4** mostra o Índice de Envelhecimento no mundo, entre 1950 e 2100, para três categorias de idosos: 60-64 anos, 65-79 anos e 80 anos e mais de idade. Nota-se que em 1950 havia 23 idosos de 60 anos e mais, para cada 100 jovens de 0 a 14 anos na população, sendo 8,4 idosos de 60-64 anos para cada 100 jovens (0-14 anos), 13,2 idosos de 65-79 anos para cada 100 jovens e somente 1,6 idosos de 80 anos e mais de idade para cada 100 jovens. Os idosos tinham pouco peso na estrutura etária mundial em meados do século passado.

Nas décadas seguintes, com a queda das taxas de fecundidade e o estreitamento da base da pirâmide populacional, o percentual de idosos aumentou progressivamente e acelerou bastante no século XXI. Um IE menor do que 100 significa uma população jovem e um IE igual ou maior do que 100 significa

Gráfico 3.4. Índice de Envelhecimento (IE) para 3 categorias de idosos, mundo: 1950-2100



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

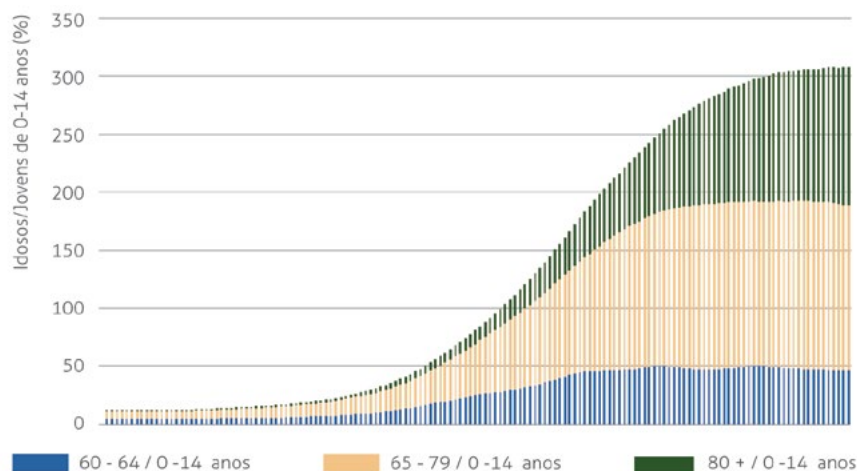
uma população idosa. Sendo assim, considerando os idosos de 60 anos e mais, o mundo terá uma estrutura etária envelhecida em 2050, quando o IE chegará a 101 idosos para cada 100 jovens. Considerando os idosos de 65 anos e mais, o mundo terá uma estrutura etária envelhecida mais para a frente, em 2073, quando o IE chegará a 100,3 idosos para cada 100 jovens. No caso dos idosos da “quarta idade”, o IE chegará ao máximo de 46,4 pessoas de 80 anos e mais para cada 100 jovens de 0 a 14 anos. Em 2100, o mundo terá 162 idosos de 60 anos e mais para cada 100 jovens de 0 a 14 anos de idade.

Para o Brasil, o **gráfico 3.5** mostra o Índice de Envelhecimento para as mesmas categorias de idosos, entre 1950 e 2100. Nota-se que em 1950 havia somente 11,7 idosos de 60 anos e mais, para cada 100 jovens de 0 a 14 anos na população brasileira, sendo 4,6 idosos de 60-64 anos para cada 100 jovens, 6,5 idosos de 65 a 79 anos e 0,7 idosos de 80 anos e mais para cada 100 jovens. Os jovens eram ampla maioria da população brasileira em meados do século passado.

Mas com a transição da fecundidade, que começou na segunda metade da década de 1960, o número médio de filhos por mulher caiu nas décadas seguintes e, dessa forma, a base da pirâmide populacional se estreitou, enquanto os demais grupos etários se alargaram. Como a transição da fecundidade foi rápida no Brasil, a transição da estrutura etária também

ocorre de forma rápida. Desse modo, o Brasil terá um dos processos de envelhecimento mais intensos e rápidos do mundo, com 308 idosos de 60 anos e mais em 2100, quase o dobro do IE do mundo de 162 idosos por 100 jovens.

Gráfico 3.5. Índice de Envelhecimento (IE) para 3 categorias de idosos, Brasil: 1950-2100



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

Desse modo, o Brasil será considerado um país idoso em 2030, se levarmos em conta os idosos de 60 anos e mais. Atentando para os idosos na categoria 65 anos e mais de idade, passará a ter uma estrutura envelhecida em 2038. O mais impressionante é que, considerando as pessoas da "quarta idade" (80 anos e mais), o IE ultrapassará 100 no ano de 2077, quando o Brasil terá mais idosos de 80 anos e mais do que jovens de 0 a 14 anos.

A **tabela 3.1** compara os índices de envelhecimento para as três categorias de idosos para o Brasil e o mundo, em alguns anos selecionados. Nota-se que, em 1950, o IE de 60 anos e mais era de 11,7 no Brasil e de 23,2 no mundo (o mundo tinha praticamente o dobro). Mas em 2100 a situação inverteu e o Brasil terá um IE de 308,8 idosos de 60 anos e mais para 100 jovens e o mundo 161,7 idosos (o mundo terá praticamente a metade). Portanto, o Brasil tinha uma estrutura etária mais rejuvenesceda do que o mundo em 1950, porém, terá uma estrutura muito mais envelhecida durante todo o século XXI.

Tabela 3.1. Índice de Envelhecimento (IE) para o Brasil e o mundo: 1950-2100

Ano	Mundo			Brasil		
	IE 60 e +	IE 65 e +	IE 80 e +	IE 60 e +	IE 65 e +	IE 80 e +
1950	23,2	14,8	1,6	11,7	7,2	0,7
2000	33,0	22,8	3,9	26,5	17,5	2,7
2020	52,9	36,7	7,3	67,8	46,3	9,4
2050	101,2	75,3	20,7	203,2	157,0	46,4
2100	161,7	129,4	46,4	308,8	262,5	120,3

Fonte: Organização das Nações Unidas, 2019.

Indubitavelmente, o futuro do século XXI será de um peso proporcional crescente dos idosos, qualquer que seja a categoria a ser utilizada para definição do início da velhice. O impacto econômico do envelhecimento populacional e o fim do primeiro bônus demográfico tende a trazer dificuldades para o crescimento do Produto Interno Bruto e para o aumento da renda *per capita* nacional, com efeitos desafiadores para a previdência e o sistema proteção social assim como para a saúde.

Por outro lado, o envelhecimento populacional também pode trazer novas oportunidades e contribuir com o bem-estar geral se forem adotadas políticas públicas adequadas para aproveitar o segundo e o terceiro bônus demográfico. Os governos, as famílias e a iniciativa privada precisam ter sabedoria para superar as externalidades negativas e aproveitar as poucas, mas fundamentais, oportunidades do fenômeno do envelhecimento populacional que dominará o cenário demográfico do século XXI.

A velocidade do envelhecimento populacional no Brasil

O Brasil teve uma rápida transição da fecundidade nos últimos 40 anos e terá daqui para a frente um envelhecimento populacional também muito rápido. Os países do mundo que vivenciaram a transição demográfica passam, necessariamente, pela transição da estrutura etária, alguns países experimentam uma mudança de maneira mais lenta e outros de maneira mais rápida.

A figura 1 mostra, primeiramente, a época em que a proporção de pessoas idosas (de 65 anos e mais) atingiu 7% da população total em cada um dos nove países selecionados, depois o tempo que cada um gastou para dobrar a participação de idosos na população, para 14% do total e, novamente, o tempo gasto para dobrar e atingir a proporção de 28% da população total. Percebe-se que a base de 7% foi atingida em datas muito diferentes entre os países e a velocidade da passagem de 7% para 14% também ocorre de forma diferenciada. Em geral, quanto mais antiga é a marca de 7% mais lenta é a velocidade para os idosos dobrarem sua participação proporcional no conjunto da população nacional e mais lenta será a trajetória para se atingir a proporção de 28%.

Por exemplo, a França foi o primeiro país onde os idosos atingiram 7% da população, o que ocorreu em 1870, mas só atingiu 14% em 1980, gastando 110 anos para os idosos dobrarem sua participação relativa no conjunto da população. Já a Coreia do Sul apresentou uma proporção de idosos de 7% em 1999 e de 14% em 2017. A Coreia do Sul foi o país que apresentou a maior velocidade de mudança da estrutura etária nessa primeira fase do envelhecimento (de 7% para 14%), gastando somente 18 anos para dobrar.

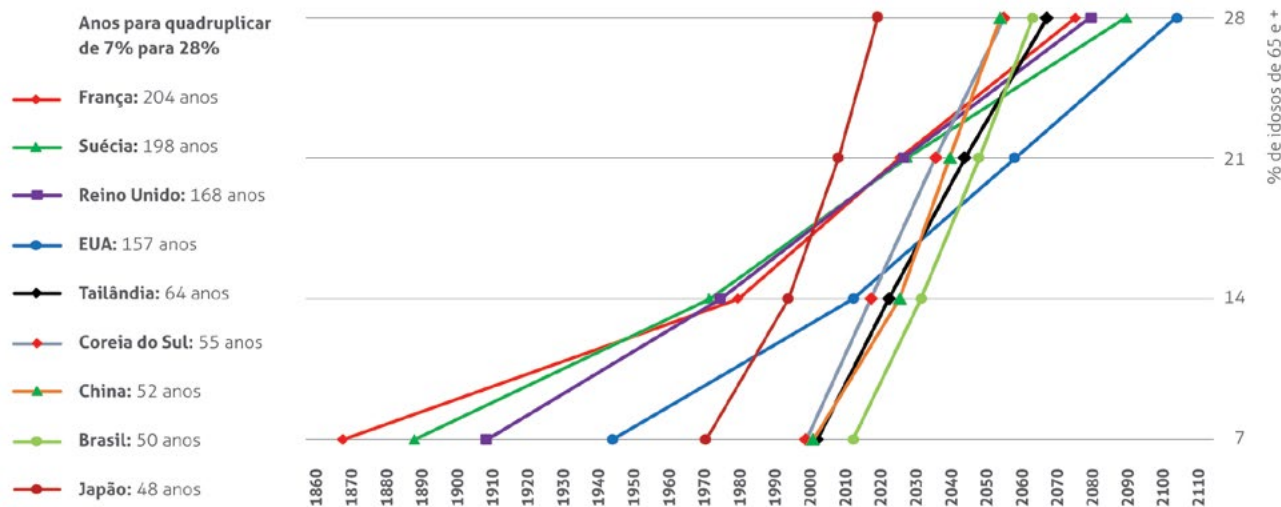
O Brasil também é destaque, pois atingiu 7% em 2012 e deve atingir 14% de idosos de 65 anos e mais em 2031, gastando somente 19 anos para duplicar o peso relativo dos idosos na população. Tailândia e China tiveram um envelhecimento parecido com o Brasil e a Coreia do Sul. Todos esses países apresentavam taxas de fecundidade total (TFT) muito altas até a década de 1960 e uma redução muito rápida do número médio de filhos por mulher a partir de 1970. Enfatizando, quanto mais rápido é a queda da TFT, mais rápido é o processo de envelhecimento populacional.

Os primeiros países em que os idosos atingiram 14% da população total foram Suécia (1972), Reino Unido (1975) e França (1980). Mas foi o Japão o país que atingiu de maneira mais rápida a proporção de 14% de idosos na população (7% em 1971 para 14% em 1994), pois a queda das taxas de fecundidade japonesas ocorreu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Como a TFT caiu muito abaixo do nível de reposição e o Japão é o país que possui a maior expectativa de vida ao nascer, a velocidade do envelhecimento japonês é a mais rápida do mundo.

De modo geral os países mais desenvolvidos e ricos atingiram de maneira mais antecipada a proporção de 7% e a proporção de 14%. Mas na etapa seguinte isso se inverte e os países "em desenvolvimento" são os primeiros a alcançarem o superenvelhecimento (28%). O Japão é um caso excepcional, pois será o primeiro país onde os idosos terão uma proporção de 28% da população total. A terra do sol nascente atingiu 14% de idosos na população em 1994 e já atingiu 28% em 2019. Em outras palavras, a proporção de idosos duplicou, na segunda fase do envelhecimento, em apenas 25 anos.

O Brasil está envelhecendo de forma rápida e profunda, percorrendo em 50 anos o que a França gastará 204 anos.

Gráfico 3.6. Velocidade do envelhecimento populacionais em países selecionados. Passagem da proporção de idosos de 7%, a 14%, a 21% e a 28% da população total



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

Em seguida, vêm os países “em desenvolvimento”. O segundo país onde os idosos devem alcançar 28% da população é a Coreia do Sul, que tinha um envelhecimento de 14% em 1999 e deve dobrar em 2036. O terceiro país é a Tailândia, que atingiu 14% de idosos em 2002 e duplicará esse percentual em 2046. O quarto país é a China, que chegou aos 7% em 2001, deve alcançar 14% em 2025 e atingir 28% em 2053.

O Brasil também é um dos países onde a velocidade do envelhecimento populacional é destaque no cenário internacional. Os idosos brasileiros (65 anos e mais) atingiram a proporção de 7% em 2012, devendo dobrar a proporção para 14% em 2031 e alcançar 28% em 2062. França, Reino Unido (UK) e Suécia, países líderes do processo de envelhecimento em sua primeira fase (quando dobrou de 7% para 14%), só atingirão a proporção de 28% de idosos no último quartel do século XXI. Os Estados Unidos (EUA) registraram 7% de idosos em 1945, 14% em 2012 e só devem atingir 28% em 2100.

Em síntese, considerando a velocidade do tempo, em anos, para quadruplicar o percentual de idosos de 7% para 28%, o Japão lidera com 48 anos, o Brasil com 50, a China com 52, a Coreia do Sul com 55, a Tailândia com 64, os EUA com 157, Reino Unido com 168, a Suécia com 198 e a França com 204 anos.

Todos esses dados mostram que os países que iniciaram mais tarde a transição da fecundidade e apresentaram TFT muito abaixo do nível de reposição (Japão, China, Coreia do Sul, Tailândia e Brasil) terão um processo de envelhecimento populacional mais veloz. Disporão, portanto, de menos tempo para se adaptar à nova realidade demográfica. O Japão e a Coreia do Sul já conseguiram enriquecer antes de envelhecer. A China e a Tailândia já estão a caminho de uma renda *per capita* alta e devem entrar no clube das economias mais avançadas até 2030.

Já o Brasil, depois de quatro anos de recessão, possui a renda estagnada e a caminho de envelhecer antes de enriquecer. Em outras palavras, o Brasil ainda não resolveu os problemas típicos de uma sociedade jovem, como saneamento básico, educação básica, entre outros, e precisará lidar com os problemas de uma sociedade superenvelhecida até os meados do século XXI. Para lidar com tais desafios será necessária muita criatividade.

As ondas das coortes etárias no Brasil

Toda essa mudança da estrutura etária brasileira ocorre em ondas que são, de certa forma, defasadas no tempo. O **gráfico 3.7**, com base nas projeções da Divisão de População da ONU, indica a evolução da população brasileira a partir de quatro grupos etários entre 1950 e 2100.

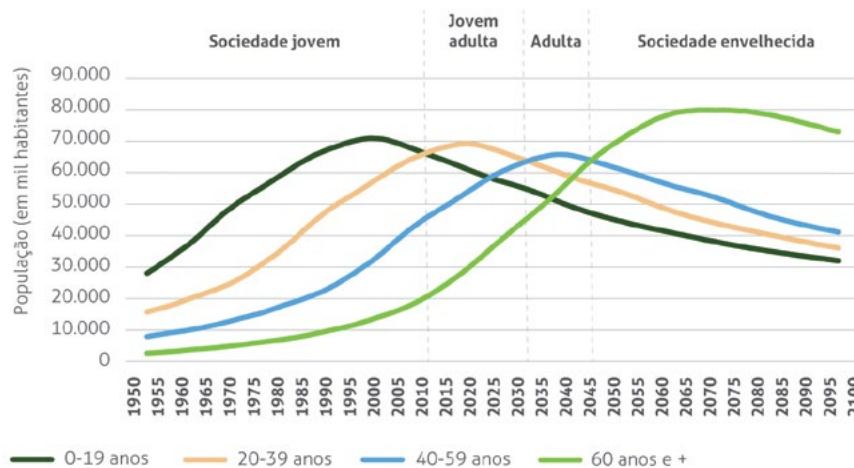
O grupo etário 0-19 anos tinha um montante de 27,8 milhões de crianças e adolescentes em 1950, representando 51,6% da população brasileira. Esse grupo cresceu em termos absolutos até o pico de 70,4 milhões de pessoas em 1999, quando representava 40,8% da população brasileira. A partir dos anos 2000, tal grupo etário de crianças e jovens começou um longo processo de decréscimo absoluto e relativo, devendo chegar a 31,7 milhões de pessoas em 2100, representando somente 17,6% da população total do país.

O grupo etário 20-39 anos tinha 15,7 milhões de pessoas em 1950, representando 29% da população total e crescendo até o pico de 68,6 milhões de pessoas em 2019, quando representava 32,5% da população. A partir de 2020 esse grupo de adultos jovens iniciou uma trajetória de declínio absoluto e relativo, devendo chegar em 2100 com 35,8 milhões de pessoas, representando 19,8% da população.

O grupo etário 40-59 anos tinha 7,9 milhões de pessoas em 1950 (14,5% da população) e deve atingir um pico em 2040, com 65,2 milhões de pessoas, representando 28,5% da população. A partir de 2041 deve diminuir para até 40,8 milhões de pessoas em 2100 (22,6% da população).

Já o grupo de idosos de 60 anos e mais tinha somente 2,6 milhões de pessoas em 1950, representado meros 5% da população total. Esse grupo deve manter um crescimento até a marca de 79,2 milhões de pessoas em 2075, quando representará 37,6% da população.

Gráfico 3.7. Ondas do envelhecimento da população brasileira, grupos etários: 1950-2100



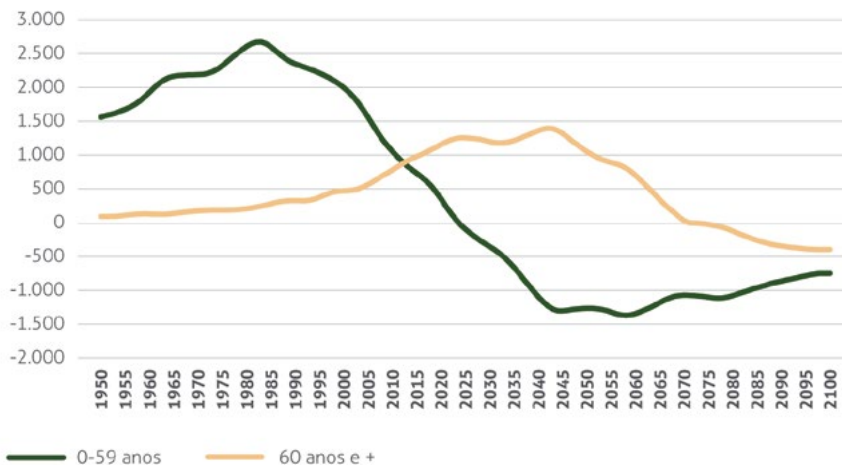
Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

A partir de 2076, o grupo de idosos começará a diminuir em termos absolutos para 72,4 milhões de pessoas em 2100. Ainda assim, em termos relativos, será o único grupo que continuará crescendo proporcionalmente, tornando-se 40,1% da população total em 2100.

O fato é que o envelhecimento populacional, quando não bem aproveitado, tende a transformar o bônus em ônus demográfico. O **gráfico 3.8** mostra que entre 1950 e 1980 a variação da população de 0-59 anos aumentava, enquanto a variação da população idosa permanecia estabilizada, segundo as projeções da Divisão de População da ONU. Em 2012, os dois grupos populacionais tiveram o mesmo acréscimo, em torno de 900 mil pessoas. Mas, em 2024, o grupo etário de 0-59 anos começará a reduzir em termos absolutos, enquanto a população idosa estará crescendo em 1,25 milhão de pessoas. Em 2045, a população de 0-59 anos estará diminuindo cerca de 1,3 milhão de pessoas, enquanto a população idosa estará crescendo no mesmo montante de 1,3 milhão de pessoas. A população idosa (60 anos e mais) só começará a diminuir a partir do ano 2071.

Em outros termos, entre 2024 e 2071, a população idosa brasileira estará crescendo, enquanto o grupo 0-59 anos estará diminuindo. Portanto, o quadro pós-bicentenário da Independência será completamente diferente do cenário pré-bicentenário. A sociedade e as políticas públicas precisam estar preparadas para essa nova realidade.

Grafico 3.8. Variação anual (em milhares) da população idosa (60 e +) e não idosa (0-59 anos), Brasil: 1950-2100



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

“Cada pôr-do-sol que vejo me inspira o desejo de partir para um oeste tão distante e belo quanto aquele onde o sol sumiu”

Henry David Thoreau
(1817-1862)

Contudo, o maior impacto do envelhecimento deve ocorrer sobre o equilíbrio atuarial da previdência. Segundo Tafner *et al* (2014), os gastos com a seguridade social no Brasil, como proporção PIB, são altos e parecidos com aqueles de sociedades mais maduras. Isso significa que o sistema atualmente já possui um déficit que tende a aumentar muito até a metade do século. Em uma situação caracterizada como déficit fiscal crônico, um aumento do desequilíbrio das contas da previdência contribuirá para agravar a formação de poupança e investimento e, conseqüentemente, os problemas do crescimento econômico e do emprego, dificultando a superação da pobreza e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O Brasil pode entrar em uma situação de armadilha do baixo crescimento e de déficits públicos elevados, comprometendo o desempenho histórico de crescimento da renda *per capita*.

Evidentemente, todo esse processo de mudança da estrutura etária terá um grande impacto sobre o mercado de trabalho, a previdência e o sistema de saúde. Em primeiro lugar, a proporção de pessoas que pagam impostos e contribuem com a previdência deve diminuir, agravando a produção de bens e serviços, uma vez que os níveis de produtividade do trabalho no Brasil são baixos e estão estagnados há bastante tempo (NEGRI; CAVALCANTI, 2014). O envelhecimento populacional, especialmente da parcela com mais de 80 anos de idade, aumentará muito os custos do sistema de saúde, pressionando também as relações familiares no que se refere ao cuidado dos idosos.

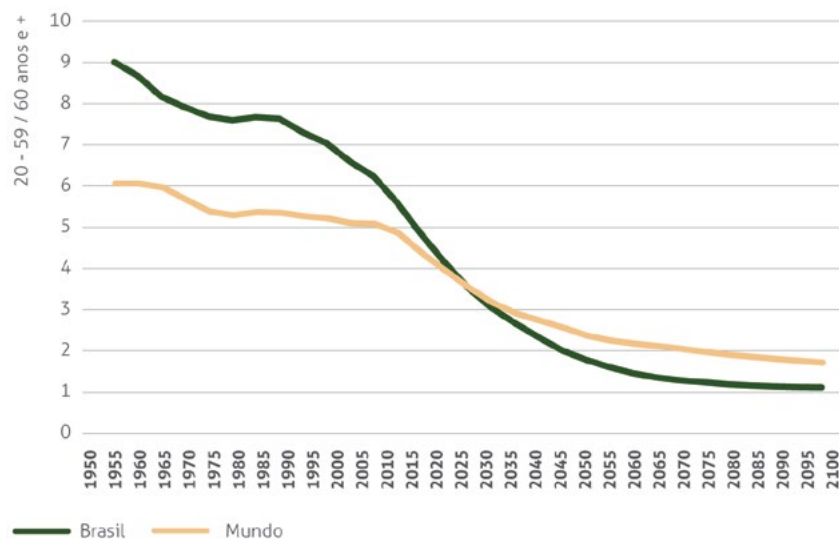
Para aproveitar
o terceiro bônus
demográfico
é preciso dar
oportunidades para
a população idosa

Portanto, estes dados mostram a dimensão do processo de envelhecimento populacional. Todavia, se o Índice de Envelhecimento oferece uma métrica da relação dos extremos da pirâmide, a Razão de Suporte Potencial (RSP) representa uma medida da relação entre a população em idade de trabalhar e a população idosa, sendo mais útil para se avaliar o grau de dificuldade que o sistema de previdência social deve enfrentar.

O **gráfico 3.9** mostra a Razão de Suporte Potencial entre a população de 15-64 anos e a população de 65 anos e mais, para o Brasil e o mundo. Uma primeira constatação é que existe uma relação inversa entre o IE e a RSP, quando um sobe a outra cai e vice-versa. No passado, quando as taxas de fecundidade eram mais altas e havia uma estrutura etária mais rejuvenesceda, o Brasil possuía uma Razão de Suporte maior do que a da média mundial. Mas como as taxas de fecundidade brasileiras caíram mais rapidamente, o país terá uma Razão de Suporte Potencial menor do que a RSP da população mundial no restante do século.

Em 1950, havia 8,9 adultos (20-59 anos) para cada idoso (60 anos e mais) no Brasil e 6,1 adultos para cada idoso na média mundial. A RSP passou para o valor 4 no mundo e 4,1 no Brasil, em 2020. As projeções indicam que, em 2100, haverá apenas 1,7 adultos de 20 a 59 anos para cada idoso (60 anos e mais) no mundo e apenas 1,1 no Brasil.

Gráfico 3.9. Razão de Suporte Potencial, Mundo e Brasil: 1950-2100




Fonte: Organização das Nações Unidas, 2019.

Portanto, o envelhecimento populacional já diminuiu a RSP pela metade no Brasil e reduzirá para praticamente um adulto em idade de trabalhar para cada idoso. Essa situação colocará desafios inéditos e testará a criatividade da sociedade brasileira para lidar com as relações entre as gerações. Assim, a Razão de Suporte Potencial, ou a proporção da população em idade de trabalhar (pessoas de 20 a 59 anos por aquelas de 60 anos ou mais) vai passar de 9 para 1 entre 1950 e 2100, o que tem importantes implicações para os governos, as famílias e as empresas em relação à força de trabalho, tributação, educação, habitação, produção e consumo, aposentadoria, pensões, serviços de saúde e o mercado de seguros.

A queda da Razão de Suporte não tem precedentes históricos e é um fator de redesenho da economia e de mudança do sentido e do ritmo do fluxo de recursos intergeracionais. Uma solução evidente seria gerar um rápido aumento da produtividade para que a população potencialmente ativa conseguisse garantir a qualidade de vida de toda a população, assim como os idosos. Outra alternativa, que pode ocorrer de forma complementar, é o aumento da inserção da população idosa no mercado de trabalho, o que se chama 3º bônus demográfico, como veremos no capítulo 8.

CAPÍTULO 4

Cidades, transição urbana e desenvolvimento econômico

 Brasil, na maior parte de sua história, foi um país rural e agrário e tinha a maioria de sua população concentrada no litoral. Como observou Frei Vicente do Salvador (1564-1639), os portugueses não se aventuraram pelo interior do Brasil, já que “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (2010, p. 70). Mas, embora grande parte dos brasileiros continue ocupando uma pequena faixa ao longo do litoral, a população já se espalhou por todos os cantos do território nacional. O Brasil foi um dos países do mundo que apresentou maior crescimento em termos populacionais e econômicos, no século XX. E esse crescimento, em sua maior parcela, ocorreu no meio urbano.

A população brasileira passou de pouco mais de 17 milhões de habitantes, em 1900, para 170 milhões de habitantes no ano 2000 (cresceu 10 vezes em 100 anos). Esse alto crescimento demográfico não impediu o crescimento econômico, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu cerca de 127 vezes, em 100 anos, propiciando um crescimento da renda *per capita* de 12,7 vezes no período. Embora o crescimento médio da renda *per capita* brasileira, para todo o século XX, tenha sido de 2,6% ao ano, este crescimento não foi linear, já que as melhores décadas foram as de 1950 e 1970, época em que a população ainda apresentava crescimento elevado e uma estrutura etária jovem. O pior desempenho econômico ocorreu nas décadas de 1980 e 2010.

O declínio da renda *per capita* nos anos de 1980 fez com que o período fosse conhecido como a “década perdida”. Nos dez anos seguintes houve uma melhora no crescimento da renda *per capita* em relação à década anterior. Porém, essa melhora (crescimento de 1,3% ao ano na década de 1990) simplesmente alcançou a metade do crescimento médio da renda *per capita* do século como um todo (que foi de 2,6% ao ano), ficando abaixo das demais décadas que apresentaram desempenho positivo. Evidentemente, houve um agravamento das condições de pobreza do país nesse período de baixo crescimento econômico. A primeira década do século XXI marcou o melhor desempenho econômico pós-democratização. Mas a segunda década do século foi também a segunda década perdida.

Por outro lado, se as condições econômicas se agravaram, o processo de democratização política avançou nos anos de 1980 com as eleições diretas para os governadores, em 1982, a campanha pelas “Diretas já”, em 1984, a eleição (indireta) de um presidente civil, em 1985, culminando com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988. O Brasil consolidou nos últimos 37 anos o mais longo e o mais amplo período democrático de sua história. Na República Velha (1889-1930), não existia política social e o eleitorado não chegava a 5% da população. No governo Vargas (1930-1945), as políticas sociais tiveram início, mas houve recuo das liberdades políticas. Em 1945, com o processo de redemocratização, o eleitorado brasileiro chegou a 7,5 milhões de eleitores, representando 16,2% da população e atingindo 15,5 milhões em 1960, representando 22,1% da população.

Em termos quantitativos, apenas um quinto da população era eleitora. No período militar (1964-1985), as liberdades democráticas foram suprimidas, mas havia eleições parlamentares, e o eleitorado cresceu e chegou a 49 milhões de eleitores, representando 40,9% da população de 1980. Em 1985, teve início a Nova República e as medidas adotadas pela Constituição de 1988 (que permitiu o voto de analfabetos e o voto opcional de jovens entre 16 e 18 anos), juntamente com o aumento da idade mediana da população e o aumento da participação feminina, fizeram com que o eleitorado chegasse a 83,8 milhões em 1990 (58% da população) e atingisse 148 milhões em 2022, representando 69% da população. O crescimento do eleitorado feminino foi o grande diferencial das últimas décadas, como vimos no capítulo 2.

Portanto, a democracia representativa brasileira cresceu e se ampliou bastante na Nova República. A relação entre democracia, população e desenvolvimento econômico no Brasil não é simples nem seguiu uma trajetória monotônica. Mas todas as transformações ocorreram em um quadro de avanço da urbanização e do fortalecimento das cidades e da cidadania no país.

As cidades e a transição urbana

Em mais de 500 anos de história, a população brasileira cresceu e, progressivamente, se concentrou nos grandes centros urba-

nos. Mas alguns núcleos urbanos são antigos. Cinco das grandes cidades brasileiras da atualidade foram fundadas em meados do século XVI: Recife/PE (1537), Salvador/BA (1549), Vitória/ES (1551), São Paulo/SP (1554) e Rio de Janeiro/RJ (1565). Outras destacadas cidades e capitais foram fundadas no século seguinte, como Belém/PA (1616), Curitiba/PR (1661), Manaus/AM (1669) e Florianópolis/SC (antiga Desterro, 1673).

Ainda no Brasil Colônia, foram fundadas Cuiabá/MT (1719), Fortaleza/CE (1726), Macapá/AP (1758) e Porto Alegre/RS (1772). No período monárquico, foi fundada, por exemplo, Teresina/PI (1852), em homenagem à imperatriz Teresa Cristina. Na República Velha, foi fundada Belo Horizonte/MG (1997). A capital do Brasil, Brasília/DF, foi fundada em 1960. E a última capital a ser criada foi Palmas/TO, em 1989.

A **tabela 4.1** mostra a população de Brasília e das 26 capitais das Unidades da Federação, segundo dados de alguns censos demográficos selecionados, entre 1872 e 2010. No primeiro censo realizado no país, a cidade do Rio de Janeiro era a mais populosa com 274,9 mil habitantes, em 1872, vindo em seguida Salvador com 129 mil habitantes e Recife com 117 mil habitantes. A cidade de São Paulo possuía apenas 31,4 mil habitantes e foi a capital estadual que apresentou o maior crescimento no período republicano, chegando a mais de 11 milhões de habitantes em 2010, à frente do Rio de Janeiro com 6,3 milhões, Salvador com 2,7 milhões, Brasília com 2,6 milhões, Fortaleza com 2,5 milhões e Belo Horizonte com 2,4 milhões de habitantes em 2010. A capital estadual menos populosa é Palmas com 228 mil habitantes em 2010.

A soma da população das capitais, em 1872, representava 9,6% do total de habitantes do país, passaram para 16% do total em 1950 e chegaram a 25% da população brasileira em 1980. Todavia, nos últimos 40 anos, a proporção da população conjunta das 27 capitais se estabilizou em relação à população total do país e até diminuiu um pouco, ficando em 24% em 2010.

Em termos de grandes conglomerados urbanos, as três maiores regiões metropolitanas brasileiras, segundo as estimativas populacionais do IBGE de 2021, são as de São Paulo, com cerca de 22 milhões de habitantes, a do Rio de Janeiro com cerca de 13 milhões e a de Belo Horizonte com cerca de 6 milhões de habitantes.

Tabela 4.1. População do Brasil, Brasília e das capitais das Unidades da Federação: 1872-2010

Capitais	1872	1900	1940	1960	1980	2010
Porto Velho (RO)	-	-	-	51 049	138 289	428 527
Rio Branco (AC)	-	-	16 038	47 882	119 815	336 038
Manaus (AM)	29 334	50 300	106 399	175 343	642 492	1 802 014
Boa Vista (RR)	-	-	-	26 168	69 627	284 313
Belém (PA)	61 997	96 560	206 331	402 170	949 545	1 393 399
Macapá (AP)	-	-	-	46 905	140 624	398 204
Palmas (TO)	-	-	-	-	3 288	228 332
São Luís (MA)	31 604	36 798	85 583	159 628	460 320	1 014 837
Teresina (PI)	21 692	45 316	67 641	144 799	388 922	814 230
Fortaleza (CE)	42 458	48 369	180 185	514 818	1 338 793	2 452 185
Natal (RN)	20 392	16 056	54 836	162 537	428 721	803 739
João Pessoa (PB)	24 714	28 793	94 333	155 117	338 629	723 515
Recife (PE)	116 671	113 106	348 424	797 234	1 240 937	1 537 704
Maceió (AL)	27 703	36 427	90 253	170 134	409 191	932 748
Aracaju (SE)	9 559	21 132	59 031	115 713	299 422	571 149
Salvador (BA)	129 109	205 813	290 443	655 735	1 531 242	2 675 656
Belo Horizonte (MG)	-	13 472	211 377	693 328	1 822 221	2 375 151
Vitória (ES)	16 157	11 850	45 212	85 242	215 073	327 801
Rio de Janeiro (RJ)	274 972	811 443	1 764 141	3 307 163	5 183 992	6 320 446
São Paulo (SP)	31 385	239 820	1 326 261	3 825 351	8 587 665	11 253 503
Curitiba (PR)	12 651	49 755	140 656	361 309	1 052 147	1 751 907
Florianópolis (SC)	25 709	32 229	46 771	98 520	196 055	421 240
Porto Alegre (RS)	43 998	73 674	272 232	641 173	1 158 709	1 409 351
Campo Grande (MS)	-	-	49 629	74 249	298 878	786 797
Cuiabá (MT)	35 987	34 393	54 394	57 860	219 477	551 098
Goiânia (GO)	-	-	48 166	153 505	738 117	1 302 001
Brasília (DF)	-	-	-	141 742	1 203 333	2 570 160
27 capitais	956 092	1 965 306	5 558 336	13 064 674	29 175 524	45 466 045
Brasil	9 930 478	17 438 434	41 236 315	70 992 343	121 150 573	190 755 799
% Capitais/Brasil	9,6	11,3	13,5	18,4	24,1	23,8

Fonte: IBGE, censos demográficos, séries históricas, 2022.

Em 2021, o Brasil registrou 17 municípios com mais de 1 milhão de habitantes, com uma população de 46,7 milhões de habitantes, representando 21,9% da população nacional de 213,3 milhões de habitantes, segundo as estimativas do IBGE, conforme mostra a **tabela 4.2**. São 326 municípios com mais de 100 mil habitantes, agrupando 123 milhões de habitantes, representando 57,7% da população total do país. Abaixo de 10 mil habitantes, são 2451 cidades que agrupam 12,7 milhões de habitantes. Uma comparação curiosa é que o conjunto desses milhares de municípios com menos de 10 mil habitantes possuem uma quantidade de habitantes equivalente à da cidade de São Paulo, a maior da América Latina.

Tabela 4.2. População brasileira por tamanho dos municípios em 2021

Número de habitantes	Número municípios	População	% população
Acima de 1 milhão	17	46 709 708	21,9
De 300 mil a menos de 1 milhão	78	38 597 671	18,1
De 100 mil a menos de 300 mil	231	37 715 133	17,7
De 50 mil a menos de 100 mil	354	24 498 937	11,5
De 20 mil a menos de 50 mil	1 120	34 172 858	16,0
De 10 mil a menos de 20 mil	1 319	18 861 814	8,8
Abaixo de 10 mil	2 451	12 761 518	6,0
Brasil	5 570	213 317 639	100,0

Fonte: IBGE, Estimativas de População, 2021.

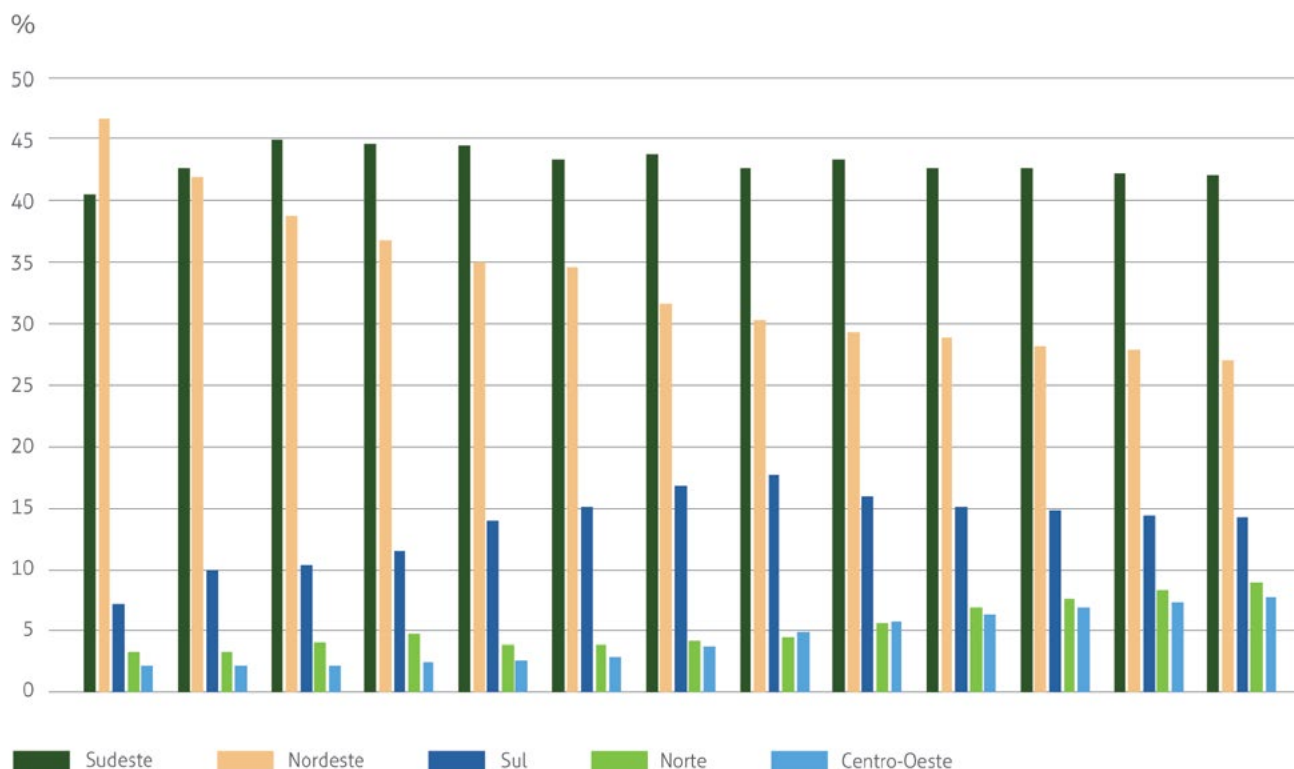
Em 1872, a população de 9,9 milhões de habitantes estava distribuída da seguinte forma entre as grandes regiões: Nordeste com 4,6 milhões (46,7% do total), Sudeste com 4 milhões (40,5%), Sul com 721 mil (7,3%), Norte com 333 mil habitantes (3,4%) e Centro-Oeste com 221 mil (2,2% do total), conforme mostra o **gráfico 4.1**. Em 1890, o Nordeste e o Sudeste praticamente empataram em tamanho da população, com cerca de 42% para cada uma das regiões. No século XX, a região Sudeste continuou ganhando peso absoluto e relativo e se manteve sempre com uma proporção populacional acima de 40%, enquanto o Nordeste caiu para pouco menos de 30%.

A região Sul cresceu em termos absolutos e relativos chegando a atingir 17,7% da população brasileira em 1970, mas caiu para cerca de 14% nas primeiras décadas do século XXI. As duas regiões menos populosas foram também as que mais cresceram nos últimos 150 anos, sendo que, em 2021, o Centro-Oeste chegou a 16,7 milhões de habitantes (7,8% do total) e a região Norte chegou a 18,9 milhões (8,9% do total). As duas juntas ultrapassaram a região Sul em número de habitantes.

A população brasileira, em 2021, foi de 213,3 milhões de habitantes, segundo a estimativa do IBGE, o que representa uma

densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado (hab/Km²), conforme mostra a **tabela 4.3**. A menor densidade ocorre na região Norte, que tem uma área de 3,85 milhões de Km² (42 vezes maior do que a área de Portugal) e uma densidade demográfica de 4,9 hab/Km². A região Centro-Oeste é a menos populosa, mas tem uma densidade demográfica de 10,4 hab/Km². A região mais populosa e com maior densidade demográfica é o Sudeste com 96,9 hab/Km². O mundo, por exemplo, possui uma densidade demográfica de 52 hab/Km², em 2021, considerando apenas os 150 milhões de Km² da área terrestre do Planeta.

Gráfico 4.1. Percentagem da população brasileira por grandes regiões: 1872-2021



Fonte: IBGE, censos demográficos, séries históricas, 2022 e Estimativas de População, 2021.

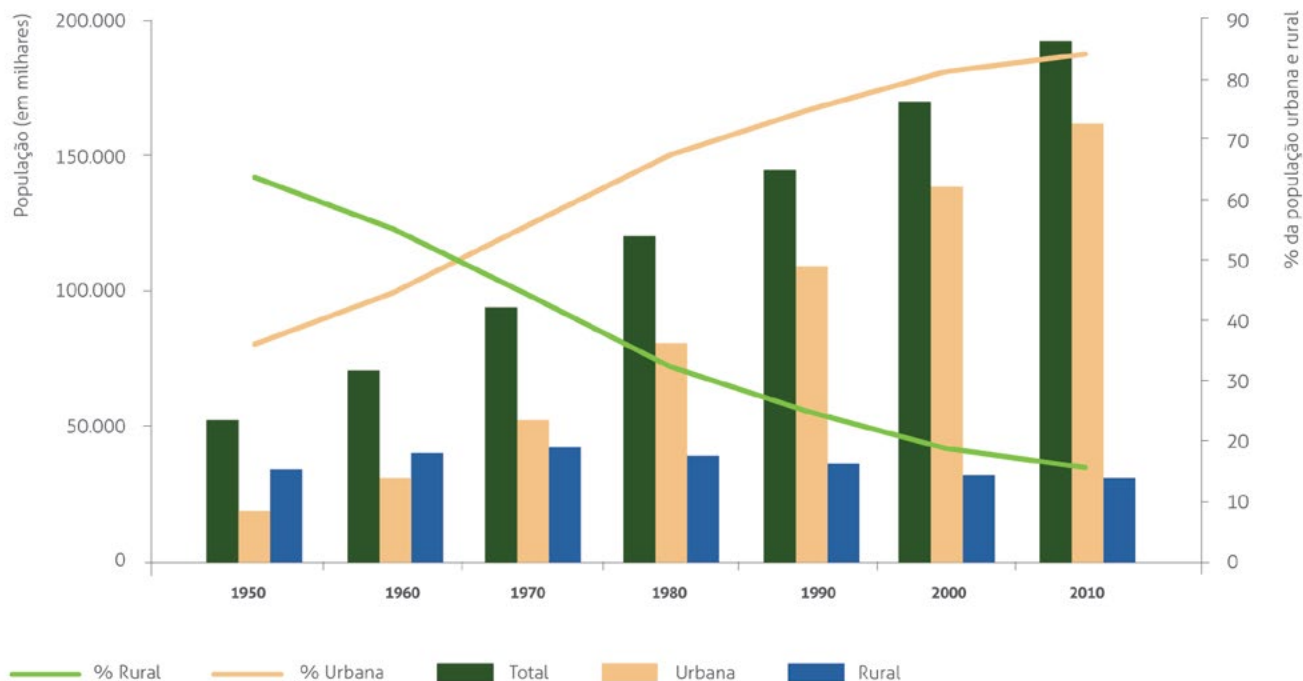
Tabela 4.3. População e área do Brasil e grandes regiões e densidade demográfica em 2021

Brasil e Regiões	Área (em mil Km ²)	%	População (2021)	%	Densidade (hab/km ²)
Norte	3 853 844	45,3	18 906 962	8,9	4,9
Centro-Oeste	1 606 236	18,9	16 707 336	7,8	10,4
Nordeste	1 554 293	18,3	57 667 842	27,0	37,1
Sudeste	924 612	10,9	89 632 912	42,0	96,9
Sul	576 787	6,8	30 402 587	14,3	52,7
Brasil	8 510 346	100,0	213 317 639	100,0	25,1

Fonte: IBGE, Estimativas de População, 2021.

O crescimento das cidades e a concentração de mais da metade da população nacional nos municípios com mais de 300 mil habitantes é um reflexo da transição urbana que já vinha ocorrendo desde o final do século XIX, mas teve o ritmo acelerado depois da Segunda Guerra Mundial. O **gráfico 4.2** mostra a evolução da população brasileira, por situação de domicílio, entre 1950 e 2010. Nota-se que a população brasileira era de 51,9 milhões de habitantes em 1950, sendo 18,8 milhões (36,2%) no meio urbano e 33,2 milhões (63,8%) no meio rural. A população rural continuou crescendo em termos absolutos até 1970, quando chegou a 41 milhões de habitantes, mas em termos percentuais caiu para 44,1% da população total. A partir de 1970 a população rural iniciou uma trajetória de queda absoluta e relativa caindo para 29,9 milhões de pessoas, representando 15,7% da população total.

A população urbana cresceu continuamente durante todo o período e chegou a 160,9 milhões de habitantes, segundo o censo demográfico de 2010, representando 84,3% da população total. Portanto, o Brasil é um país predominantemente urbano e com um peso enorme das grandes cidades e regiões metropolitanas.

Gráfico 4.2. Números absolutos e relativos da população total, urbana e rural, Brasil: 1950-2010

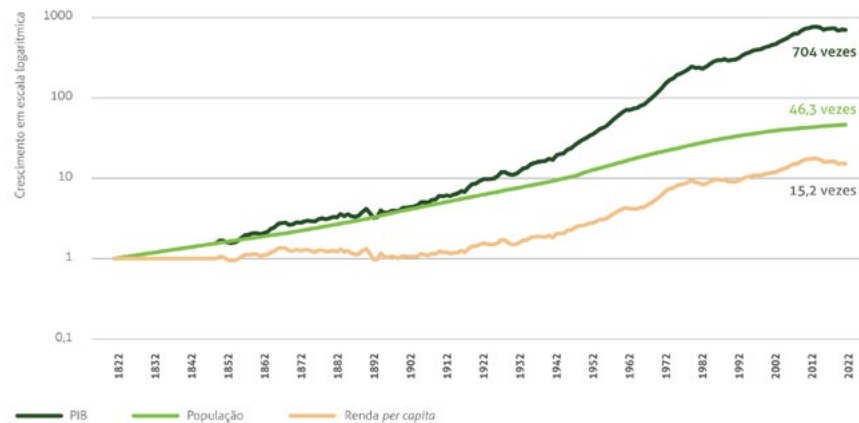
Fonte: IBGE, censos demográficos, séries históricas, 2022.

O crescimento econômico brasileiro nos 200 anos da Independência

O crescimento populacional, urbano e econômico fez parte da maior parte da história dos 200 anos da Independência. O Brasil era o maior país da América do Sul, mas era menor, por exemplo, do que o México e a Irlanda, tanto no tamanho da população, quanto no volume da economia. Todavia, dois séculos depois da Independência, o Brasil se transformou no sexto país do mundo em número de habitantes (atrás apenas da China, Índia, EUA, Indonésia e Paquistão) e encontra-se entre os 10 países com maior valor do Produto Interno Bruto em 2022.

O **gráfico 4.3** mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 704 vezes entre 1822 e 2022, enquanto a população cresceu 46,3 vezes no mesmo período. Em consequência, a renda *per capita* cresceu 15,2 vezes no período. Em outras palavras, um brasileiro médio recebe atualmente, em um mês, uma renda equivalente ao que um indivíduo médio de 1822 demorava cerca de 1 ano e 3 meses para receber. Evidentemente, o Brasil era e continua sendo um país muito desigual, mas, sem dúvida, os avanços foram significativos. A redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida ao nascer apresentaram progressos marcantes, como vimos nos capítulos anteriores. Mas também houve avanços fundamentais na área de educação como veremos no capítulo seguinte.

Gráfico 4.3. População, Produto Interno Bruto (PIB) e Renda *per capita*, Brasil: 1822-2022



Fonte: Maddison Project Database, 2020; FMI. World Economic Outlook, Washington, 2021.

Em 1822, o PIB brasileiro era cerca de 0,4% do PIB mundial, mas como houve um crescimento demoeconômico maior, o PIB brasileiro chegou a 3,1% do PIB mundial em 1980, o maior percentual em toda a história brasileira. Entretanto, a partir da década de 1980, o Brasil começou a perder participação relativa no cenário global.

Assim, comparativamente, o Brasil passou por um ponto de inflexão e está em processo de encolhimento diante do mundo. Desde 1981, o país diminui seu peso na comunidade de nações e se apequena diante da dinâmica mundial. O Brasil, que era um país emergente (crescia mais que a média mundial), se tornou uma nação submergente (crescendo menos que a

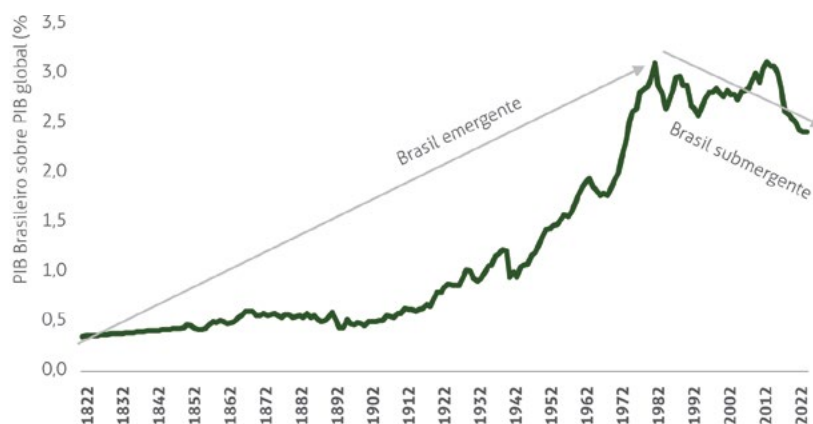
média global). Tal fato alterou a confiança no progresso nacional e as diversas crises econômicas, em grande medida, contribuem para desqualificar as instituições da democracia brasileira.

O **gráfico 4.4** – com base no projeto Maddison (2020) e em dados do FMI, ambos em poder de paridade de compra (ppp, na sigla em inglês) – mostra que, após a Independência, em 1822, o Brasil iniciou uma trajetória de crescimento demoeconômico, de longo prazo, que, a despeito de pequenas oscilações, fez o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescer mais do que o PIB mundial até 1980, colocando o país entre as 10 maiores economias do mundo. O Brasil parecia ter um futuro econômico brilhante pela frente (embora o custo ambiental tenha sido enorme).

Mas a partir de 1981, a curva se inverteu e o país começou a crescer, consistentemente, abaixo da média da economia mundial. O pico da participação brasileira foi de 3,1% no PIB mundial em 1980. Com a grande recessão ocorrida no governo Figueiredo, entre 1981 e 1983, a participação relativa caiu para 2,6% e voltou a subir no restante do século, atingindo 2,8% no ano 2000. Na primeira década do século XXI houve uma recuperação e em 2011 o Brasil voltou ao patamar de 3,1% do PIB global. A partir de então, a trajetória de declínio se acentuou e o Brasil chegou a 2,4% do PIB mundial na data do bicentenário da Independência.

Por outra, em pouco mais de 4 décadas, o PIB brasileiro encolheu em termos relativos, pois o país apresentou maior volume em termos absolutos, mas cresceu menos que a economia internacional. Por isso, diz-se que o Brasil era um país emergente, entre 1822 e 1980, quando crescia acima da média global e aumentava o seu peso econômico na comunidade de nações. Mas a partir de 1981 passou a ser um país submergente, pois cresce estruturalmente menos que a média mundial e perde tamanho relativo na economia internacional.

Gráfico 4.4. Participação do PIB brasileiro no PIB mundial: 1822-2022



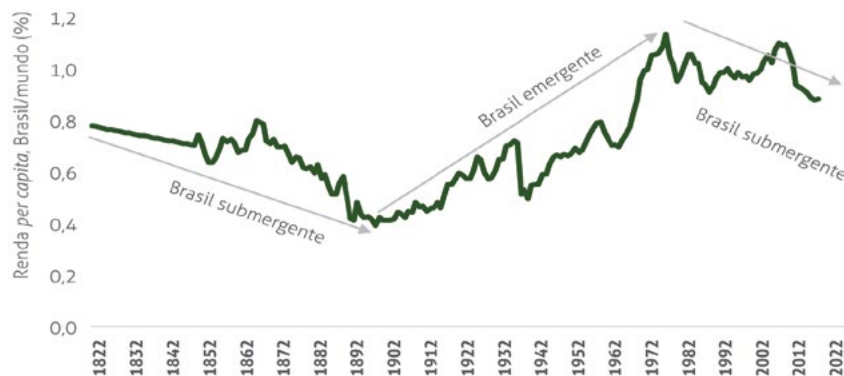
Fonte: Maddison Project Database, 2020; FMI/WEO, 2021.

Se o Brasil ganhou destaque internacional no tamanho da economia, o mesmo não aconteceu em termos de renda *per capita*. Há cerca de 70 a 77 países com renda *per capita* mais elevada do que o Brasil (dependendo das variações anuais). Isso quer dizer que o Brasil tem muito volume de bens e serviços, mas baixa produtividade dos fatores de produção.

Tal realidade é antiga, pois a produtividade brasileira sempre foi muito baixa durante todo o período da escravidão. Dessa forma, após a Independência em 1822, a renda *per capita* caiu em relação à média mundial e a população brasileira ficou mais pobre em termos relativos no período monárquico. A primeira década após a Proclamação da República foi marcada por uma grande crise econômica e o Brasil continuou tendo um desempenho abaixo da média global. O maior crescimento da renda *per capita* ocorreu entre 1900 e 1980, quando o Brasil se tornou uma economia emergente com a renda média da população nacional crescendo mais rápido do que a média mundial. Mas, a partir de 1981, o Brasil deixou de avançar em relação à renda média mundial, oscilou nos anos seguintes e voltou a apresentar uma trajetória submergente a partir de 2014, conforme mostra o **gráfico 4.5**.

O Brasil ultrapassou a renda *per capita* mundial, pela primeira vez, em 1974, e se manteve nessa posição até 1989. A maior diferença em favor do Brasil aconteceu em 1980, com uma renda 15% acima da renda global. Entre 1990 e 2005, a renda *per capita* brasileira voltou a ficar abaixo da média mundial. Mas entre 2006 e 2014 a população brasileira conseguiu recuperar uma renda média pouco acima da renda *per capita* mundial. Todavia, a situação piorou a partir de 2015, o Brasil voltou a ficar mais pobre que a média mundial. Segundo o FMI a renda *per capita* brasileira em poder de paridade de compra (ppp na sigla em inglês) ficou em US\$ 14,8 mil, em 2022, cerca de 11% abaixo da renda média da população mundial.

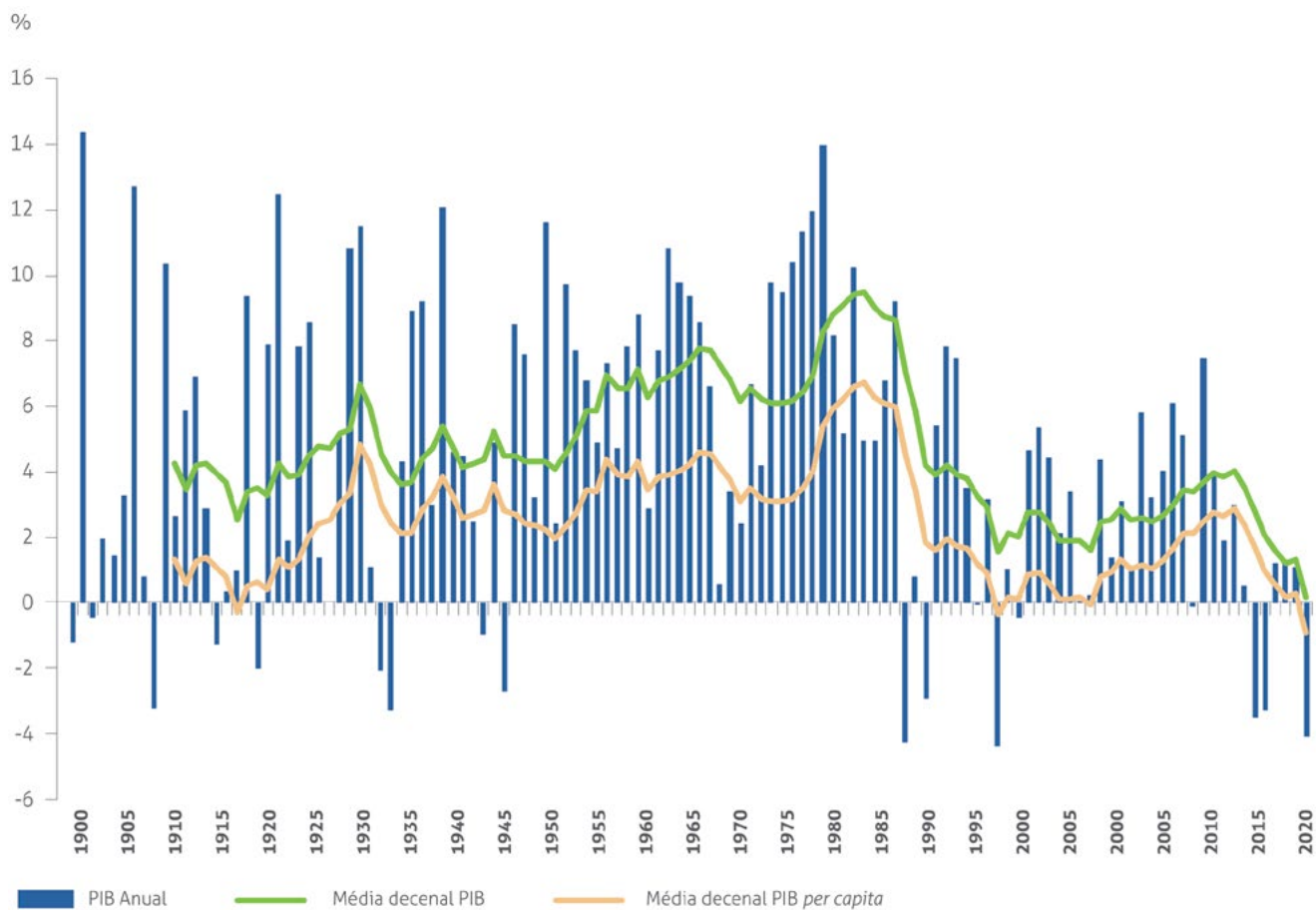
Gráfico 4.5. Participação da renda per capita brasileira na renda média mundial: 1822-2022



Fonte: Maddison Project Database, 2020; FMI/WEO, 2021.

O **gráfico 4.6** mostra a variação anual do PIB brasileiro e a média móvel de 10 anos do PIB e do PIB *per capita*. Nota-se que o desempenho da economia foi muito forte principalmente entre 1930 e 1980, e as décadas de 1950 e 1970 foram as que apresentaram maior variação positiva do PIB e da *renda per capita*. A média decenal da *renda per capita* apresentou uma pequena variação negativa em um ano da década de 1910 – período marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela pandemia de Influenza. A nova variação negativa da média decenal da *renda per capita* ocorreu na década de 1980, sendo que a maior queda acontece exatamente entre 2020 e 2022, no momento do bicentenário da Independência.

Gráfico 4.6. Taxas anuais de variação do PIB, PIB *per capita* e média móvel de 10 anos, Brasil: 1900-2020



Fonte: IPEA DATA e IBGE, Contas Nacionais, séries históricas, 2022.

O processo de convergência de renda entre os países avançados e emergentes

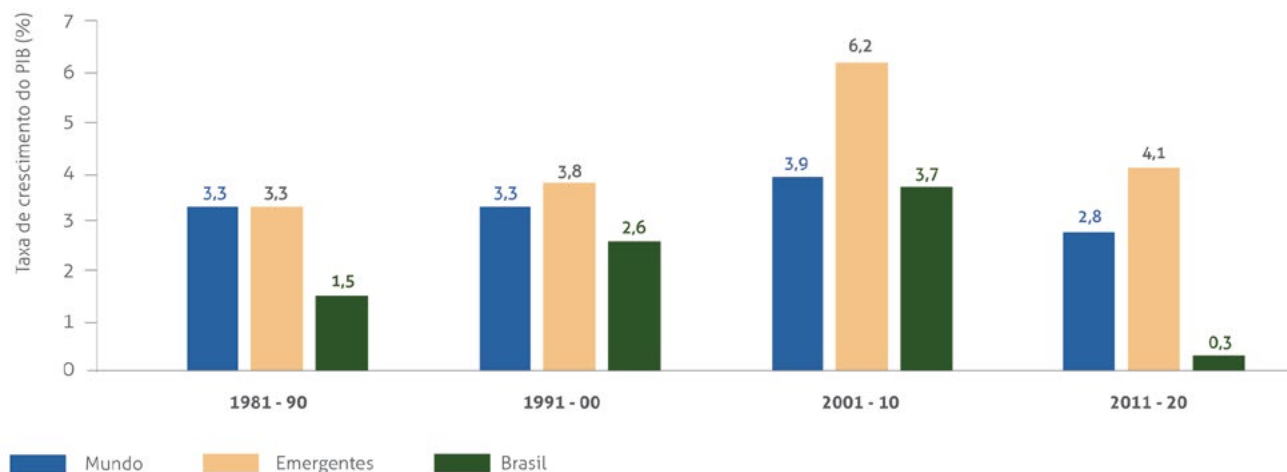
Conforme vimos, o PIB brasileiro de 2022 possui um menor tamanho proporcional do que aquele de 1980 em relação ao PIB mundial, porque, desde os anos de 1980, o Brasil cresce consistentemente abaixo da média da economia mundial. Alguém poderia achar que se trata do padrão dos países em desenvolvimento. Contudo, é exatamente o contrário, já que os países mais pobres, em geral, têm crescido mais rápido do que os países ricos nesse período. O **gráfico 4.7** (também com dados do FMI) mostra que os países emergentes, liderados por China e Índia, possuem uma melhor *performance* do que a média da economia global, e o Brasil tem o pior desempenho em todo o período.

Na década 1981-90, o mundo e os países emergentes cresceram a 3,3% ao ano, enquanto o Brasil teve um aumento do PIB de somente 1,5% ao ano (a diferença foi de 1,8% ao ano). Na década de 1991-2000, o mundo permaneceu no mesmo ritmo, mas os paí-

ses em desenvolvimento aceleraram o ritmo e o Brasil teve uma leve recuperação (a diferença entre o Brasil e os países emergentes caiu para 1,2%).

Na primeira década do século XXI, houve aumento geral do crescimento econômico, com o mundo registrando 3,9% ao ano, o Brasil 3,7% ao ano e os emergentes 6,2% ao ano. O Brasil se aproximou da média mundial, mas se distanciou da média dos países emergentes. Na década de 2011-20, houve uma redução geral no ritmo de crescimento do PIB, em relação às duas décadas anteriores e a situação foi bem pior no Brasil, que apresentou crescimento do PIB de somente 0,3% ao ano (menos que o crescimento populacional). O mundo apresentou crescimento de 2,8% ao ano (a pior média em 40 anos) e os países emergentes com crescimento de 4,1%, ritmo inferior ao da década anterior, mas superior às duas últimas décadas do século passado. O Brasil não só ficou abaixo do mundo e dos emergentes nos últimos 40 anos, como também teve duas décadas perdidas nesse intervalo, com crescimento negativo da renda *per capita* nos anos de 1980 e 2010.

Gráfico 4.7. Crescimento médio anual do PIB do Mundo, Países emergentes e Brasil: 1981-2020



Fonte: FMI; WEO, abril de 2021.

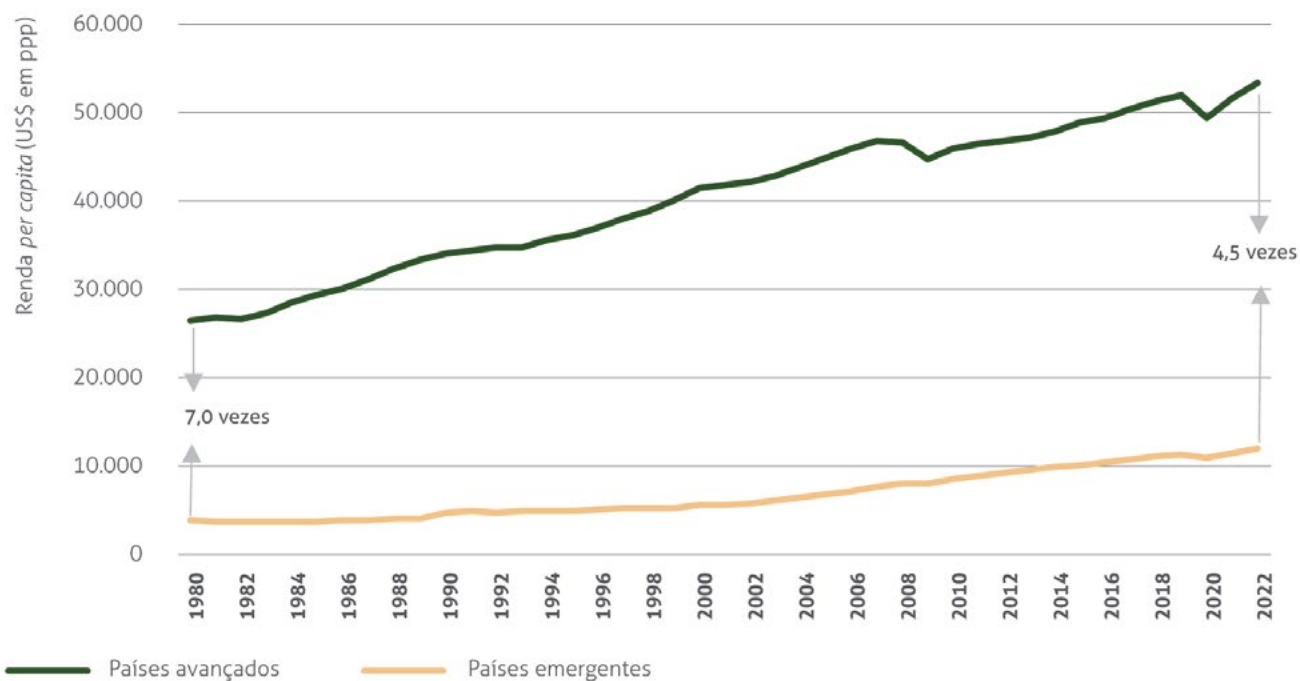
Esses dados apontam para duas constatações. A primeira é que os países emergentes crescem mais rápido do que a média mundial e mais rápido do que a média dos países ricos. A segunda é que o Brasil cresce menos não só do que a variação do PIB dos países emergentes, como também em relação aos países ricos e à média mundial.

Segundo o professor e prêmio Nobel de economia, Michael Spence (2011), antes de 1750, por milhares de anos, o crescimento econômico era insignificante em todo o mundo. A maioria da população mundial era pobre (havia algumas elites ricas) e, em alguns lugares, havia uma pequena classe média orientada para o comércio. Contudo, por volta de 1750, a Inglaterra iniciou uma nova trajetória, a da Revolução Industrial. Os níveis de renda *per capita* começaram a melhorar. O crescimento acelerou e, pela primeira vez na história recente, o desenvolvimento se tornou duradouro. Durante o século XIX, o padrão se espalhou rapidamente para a Europa continental e depois para os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A Revolução Industrial se expandiu por dois séculos, até a Segunda Guerra Mundial, e provocou um processo de divergência da renda, isto é, alguns países ficaram muito mais ricos do que o resto do mundo. A mudança drástica no modelo de crescimento, entre 1750 e 1950, limitou-se ao que hoje entendemos como países avançados ou industrializados (ou, às vezes, maduros). Isso afetou a vida de quase 15% da população do planeta.

Após a Segunda Guerra Mundial, o modelo começou a mudar novamente, embora no início fosse difícil perceber que era realmente uma megatendência. Os países do mundo em desenvolvimento iniciaram seu crescimento, primeiro, muito lentamente e apenas em algumas áreas isoladas. Então, o avanço começou a se espalhar e acelerar. Quando, a partir da década de 1980, a China e a Índia (os dois países mais populosos do mundo) iniciaram uma fase de rápido crescimento econômico, a convergência da renda, em nível internacional, tornou-se mais nítida. É o que Michael Spence chama de “nova convergência”.

Considerando o **gráfico 4.8**, observa-se que os países desenvolvidos (avançados) tinham uma renda *per capita* (em poder de paridade de compra – ppp) de US\$ 26,5 mil em 1980, enquanto os países emergentes uma renda de US\$ 3,8 mil (uma diferença de 7 vezes). Em 2022, a renda *per capita* dos primeiros passou para US\$ 53,4 mil e a dos segundos para US\$ 11,9 mil (uma diferença de 4,5 vezes). Portanto, a despeito das desigualdades, a diferença de renda diminuiu entre 1980 e 2022, o que mostra um processo de convergência. Entre os emergentes, alguns países asiáticos muito populosos, como China, Índia, Indonésia, Vietnã, entre outros, são os principais responsáveis por esse processo.

Já no caso brasileiro, não houve convergência porque aumentou a divergência das tendências históricas da renda *per capita* do Brasil em relação à média mundial e à média dos países avançados. Dessa forma, o Brasil fica atrasado não somente quando comparado aos países avançados e ricos, mas também quando comparado com os países do mesmo nível de desenvolvimento.

Gráfico 4.8. Renda per capita (preços constantes, em ppp) por nível de desenvolvimento: 1980-2022

Fonte: FMI/WEO, abril de 2021.

A desindustrialização brasileira

Uma das explicações para o baixo dinamismo da economia brasileira é a baixa produtividade dos fatores de produção e o processo de desindustrialização precoce pelo qual passa o país. A participação da Indústria de Transformação no PIB estava em torno de 12% no final da Segunda Guerra Mundial e subiu nas décadas seguintes, chegando a 21,8% em meados da década de 1980. Mas desde o início da Nova República (1985), o tamanho proporcional da indústria nacional vem diminuindo e, atualmente, voltou ao nível que estava em 1947.

O processo de desindustrialização não ocorre somente no Brasil, mas em quase todo o hemisfério Ocidental, enquanto a industrialização avança no Oriente. A **Tabela 4.4**, reunindo os 14 países mais industrializados do mundo, revela que a indústria dos Estados Unidos

(EUA) respondia por 22,4% do valor agregado da manufatura mundial, estando em primeiro lugar no *ranking* global, em 2005. A China vinha em seguida com 13,7% e o Brasil respondia por 2,2% do valor agregado global, estando em 9º lugar. Porém, em 2020, a China assumiu a liderança com 31,3% do valor agregado da manufatura global e os EUA caíram para o 2º lugar. Todos os países do Oriente tiveram ganhos no processo de industrialização, com exceção do Japão, que caiu de 9,4% em 2005 para 6,6% em 2020. A Rússia também caiu de 1,8% em 2005 para 1,3%. Todos os países ocidentais tiveram perda e o Brasil passou para 1,3% em 2020, caindo para o 14º lugar entre os países mais industrializados.

Tabela 4.4. Países líderes da indústria de transformação no mundo. Participação % no valor agregado da manufatura mundial (US\$ constante de 2015)

Países	Ranking 2005	2005	2020	Ranking 2020
China	2	13,7	31,3	1
EUA	1	22,4	15,9	2
Japão	3	9,4	6,6	3
Alemanha	4	6,5	4,6	4
Coreia do Sul	7	2,9	3,3	5
Índia	12	1,7	3	6
Itália	5	3,3	1,9	7
Reino Unido	6	3,2	1,9	8
Taiwan	14	1,0	1,8	9
França	8	2,8	1,7	10
Indonésia	13	1,3	1,6	11
México	10	2,0	1,4	12
Rússia	11	1,8	1,3	13
Brasil	9	2,2	1,3	14

Fonte: IEDI, 2021.

O professor da Unicamp e pesquisador da industrialização brasileira, Wilson Cano (2012, p. 43), considera que o Brasil, de fato, está passando por um forte processo de desindustrialização:

“A industrialização atingida nas décadas anteriores deteriorou-se face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial. Nesse contexto, ocorre uma desindustrialização nociva que fragiliza o país e compromete sua economia. Na ausência de uma política macroeconômica consentânea com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido. Por sua vez, cabe lembrar que o subdesenvolvimento não representa uma etapa ou acidente de percurso, mas um processo que se inicia com a inserção no mercado internacional capitalista no século XIX e, desse processo, o Brasil ainda não se libertou”.

Em outros termos, o Brasil passa por um processo de “especialização regressiva” da estrutura produtiva. A cada dia o país fica mais dependente da produção e da exportação de *commodities* minerais e do agronegócio, com forte impacto negativo sobre o meio ambiente. A produtividade da economia brasileira encontra-se estagnada desde os anos 1980, fato que gera perda de competitividade, enquanto o país aumenta os seus déficits fiscais e o montante da dívida pública. O nível atual de emprego formal é inferior do que aquele que havia em 2013.

Portanto, o Brasil regrediu em termos relativos e absolutos, em especial, de 2015 a 2022. Consequentemente, cresceu a pobreza, o desemprego e a violência. Para agravar o cenário, surgiu a pandemia da Covid-19, que dificultou a recuperação brasileira. No capítulo 8, apresentaremos os cenários atuais e as perspectivas para o futuro.

CAPÍTULO 5

As transições na educação,
na estrutura familiar e na
hegemonia religiosa

Além das transições demográfica, urbana e econômica, o Brasil tem passado por diversas outras transições nesses 200 anos da Independência, as quais terão desdobramentos nas próximas décadas. Destacaremos as transições na educação, na estrutura familiar e na dinâmica das filiações religiosas.

No início do século XIX, a maior parte da população era analfabeta e as poucas pessoas alfabetizadas eram quase todas do sexo masculino. Mas, ao longo do século XX, as taxas de escolarização aumentaram significativamente, embora longe ainda do ideal, e as mulheres ultrapassaram os homens em todos os níveis de escolaridade, havendo uma reversão do hiato de gênero.

A família patriarcal brasileira tinha uma estrutura muito hierarquizada, com forte desigualdade de gênero e geração, sendo caracterizada pelo escritor Paulo Prado (2012, p. 277) na seguinte frase: “Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. Evidentemente, não havia apenas um tipo de família, mas predominava a família com núcleo duplo (pai e mãe) e muitos filhos, além de uma costumeira presença de parentes e agregados. Porém, ao longo dos últimos 200 anos, houve diversificação dos arranjos familiares e mudança na caracterização dos domicílios.

Até a Proclamação da República, em 1889, o catolicismo era a religião oficial do país e mais de 99% da população brasileira se declarava católica. No entanto, as filiações católicas diminuíram cerca de 1% por década até os anos de 1980. A partir de 1991, a perda católica passou a ser de 1% ao ano, enquanto cresciam os evangélicos, os praticantes de outras religiões e os sem religião. Nas últimas três décadas, as mudanças se aceleraram e já se vislumbra uma mudança de hegemonia entre os dois grandes grupos cristãos, com os evangélicos ultrapassando os católicos na década de 2030.



Avanços da escolaridade e a transição de gênero na educação

Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e a Independência, em 1822, a sociedade brasileira passou a apresentar uma estrutura social mais complexa. As imigrações internacionais e a diversificação econômica aumentaram a demanda por educação, que passou a ser vista como um instrumento de ascensão social pelas camadas sociais intermediárias. Nesse novo contexto, pela primeira vez, os dirigentes do país manifestaram preocupação com a educação feminina. Os primeiros legisladores do Império estabeleceram que o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e extensivo às meninas, cujas classes deveriam ser regidas por professoras. Porém, devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse nos pais, houve dificuldade para aumentar significativamente o número de alunas.

Na primeira metade do século XIX, surgiram as primeiras instituições destinadas a educar as mulheres, embora em um quadro de ensino dual, com evidentes especializações de gênero. Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento do papel da mulher enquanto mãe e esposa. A educação secundária feminina permanecia restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX e a tônica permanecia na agulha, não na caneta.

A Constituição da República, de 1891, consagrou a descentralização do ensino em um esquema dualista: a União ficou responsável pela criação e controle das instituições de ensino superior e secundário e aos Estados coube a criação de escolas e o monitoramento e controle do ensino primário, assim como do ensino profissional de nível médio, que na época, compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes. Nessa época, houve expansão quantitativa do sistema educacional, mas pouca mudança qualitativa. A taxa de alfabetização da população brasileira cresceu durante a República Velha (1889-1930) apesar da manutenção de altos níveis de analfabetismo.

Os motivos do baixo grau de investimento educacional brasileiro tiveram suas origens no modelo econômico baseado na economia primário-exportadora, com base em uma estrutura escravocrata. Enquanto a população permaneceu enraizada no campo, utilizando meios arcaicos de produção, a escola não exerceu papel importante na qualificação dos recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais, no caso dos homens, ou para professoras primárias e donas de casa, no caso das mulheres.

Nesse sentido, a chamada Revolução de 1930, ao redirecionar o desenvolvimento brasileiro para o mercado interno e para o setor urbano-industrial, propiciou o surgimento das primeiras políticas públicas de massa, especialmente para as populações urbanas. As novas exigências da industrialização e dos serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão do ensino. Porém, como a expansão do capitalismo não se fez de forma homogênea em todo o território nacional, a maior expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas regiões onde as relações capitalistas estavam mais avançadas.

Dessa forma, durante o período do chamado Pacto Populista (1945-1964), o sistema escolar passou a sofrer pressão social por níveis crescentes de acesso à educação, porém o acordo das elites no poder manteve o caráter "aristocrático" da escola, contendo a pressão popular em prol da democratização do ensino. Sendo assim, não estranha que a expansão da cobertura escolar tenha ocorrido de forma improvisada e insuficiente. Somente em 1961, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira, foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade de as mulheres que faziam magistério disputarem os vestibulares. Portanto, foi a partir dos anos 60 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na educação superior. Exatamente por isso, a reversão do hiato de gênero no ensino superior começou nos anos 70.

Com a intensificação da industrialização e da urbanização do país, o sistema educacional cresceu horizontalmente e verticalmente. Os governos militares, instalados no país após 1964 e inspirados no modelo norte-americano, tomaram medidas para atender à demanda crescente por vagas e qualificação profissional, de acordo, inclusive, com os compromissos internacionais. A aliança, os interesses da industrialização e a tecnoburocracia possibilitaram grande crescimento da pós-graduação, com o objetivo de formar professores competentes para atender à demanda da própria universidade, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e assegurar a formação de quadros intelectuais qualificados para acatar as necessidades do desenvolvimento nacional (CUNHA, 2000).

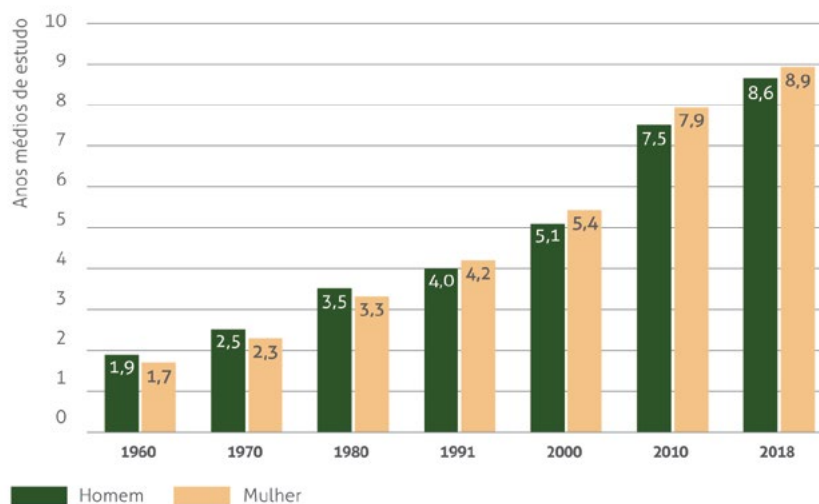
A expansão do ensino no Brasil continuou após o processo de redemocratização do país, com a instalação da chamada "Nova República", em 1985. Nos anos 1990, houve um desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a manutenção das crianças na escola (Bolsa Escola) e um esforço para a universalização da educação básica. No ensino superior, houve grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados em relação à universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino. Na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações sociais ocorridas no país (BELTRÃO; ALVES, 2007).

Avanços das taxas de escolaridade e reversão do hiato de gênero nos cursos superiores

No passado, o Brasil deu pouca atenção à educação. Em 1960, a população brasileira tinha, em média, menos de dois anos de estudo. Como mostra o **gráfico 5.1**, a escolaridade média dos brasileiros estava abaixo de 2 anos, sendo 1,9 ano dos homens e 1,7 ano de estudo das mulheres. O atraso brasileiro na educação era enorme. Em 1991, os brasileiros atingiram cerca de 4 anos médios de estudo e, em menos de 30 anos depois, a escolaridade média foi duplicada novamente, chegando a quase 9 anos de estudo. O progresso na educação foi significativo nos últimos 60 anos, mas o Brasil ainda encontra-se atrás da posição alcançada por países com o mesmo nível de educação.

Cabe destacar que, se a escolaridade média cresceu para ambos os sexos, as mulheres conseguiram avançar em uma maior velocidade. Os dados agregados mostram que a reversão do hiato de gênero aconteceu na década de 1980, pois em 1991 as mulheres atingiram 4,1 anos de estudo contra 4 anos dos homens. Já em 2018, esses números passaram a 8,6 e 8,9 anos, respectivamente. A diferença, que era de 0,2 ano em favor dos homens no censo de 1960, passou a 0,3 anos em favor das mulheres, em 2018. Portanto, o século XXI começa com taxas de escolaridade bem superiores àquelas dos séculos anteriores.

Gráfico 5.1. Anos médios de estudo, por sexo, Brasil: 1960-2018



Fonte: IBGE, Microdados dos Censos demográficos 1960 a 2010 e PNADC 2019.

O aumento da escolaridade brasileira aconteceu em todos os níveis de ensino, em especial, no ensino superior. Segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, havia 13,5 milhões de pessoas com formação universitária no país, representando cerca de 10% entre a população com 20 anos ou mais de idade. Em outras palavras, o Brasil avançou muito em relação ao que acontecia no passado, mas ainda tem muito a melhorar na inserção da população adulta em cursos superiores.

A **tabela 5.1** mostra que na população com curso superior, as mulheres são 7,8 milhões e os homens 5,6 milhões, ou seja, havia em 2010 cerca de 2,2 milhões de mulheres a mais que os homens, representando 58,2% para o sexo feminino e 41,8% para o sexo masculino. Nota-se que a diferença de gênero é maior nas gerações mais novas. Na parcela da população com mais de 70 anos de idade com curso superior, em 2010, havia 47,7% de mulheres e 52,3% de homens, refletindo a hegemonia masculina que existia no passado. Todavia, no grupo 60-69 anos, as mulheres já representavam 51,1% e os homens 48,9%. Quanto mais novo o grupo etário, maiores são as vantagens do sexo feminino. No grupo etário 20-24 anos, em 2010, as mulheres já representavam 62,5% das pessoas com curso universitário contra apenas 37,5% dos homens. Houve, portanto, uma reversão do hiato de gênero na educação superior. As desigualdades de gênero mudaram de lado. E estão se ampliando a favor das mulheres.

Tabela 5.1. Pessoas de 20 anos e mais com curso superior, por sexo e grupos de idade, Brasil: 2010

Total e grupos	Total	Homens	Mulheres	H %	M %
20 a 24 anos	941.146	352.548	588.598	37,5	62,5
25 a 29 anos	2.218.550	894.069	1.324.480	40,3	59,7
30 a 34 anos	2.122.480	868.658	1.253.822	40,9	59,1
35 a 39 anos	1.705.017	688.711	1.016.306	40,4	59,6
40 a 44 anos	1.516.328	610.062	906.267	40,2	59,8
45 a 49 anos	1.416.051	584.011	832.040	41,2	58,8
50 a 54 anos	1.166.956	499.644	667.312	42,8	57,2
55 a 59 anos	895.778	401.506	494.271	44,8	55,2
60 a 69 anos	969.029	473.467	495.561	48,9	51,1
70 anos ou +	451.827	236.347	215.481	52,3	47,7
Total	13.463.757	5.634.092	7.829.666	41,8	58,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

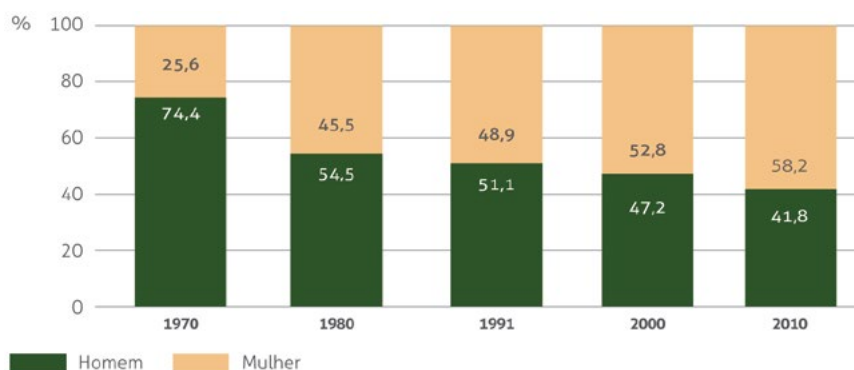
A maior conquista feminina na história brasileira aconteceu na área da educação. As mulheres aumentaram significativamente as suas taxas de matrícula, reverteram o hiato de gênero e superaram os homens em todos os níveis educacionais.

Esse processo de entrada das mulheres no sistema educacional ocorreu de forma lenta, mas se mostrou estratégico no longo prazo. Primeiro, as mulheres passaram a ser maioria no nível primário de ensino e, em seguida, atingiram a maioria no nível secundário. Até a década de 1960 continuavam, de forma absoluta e proporcional, praticamente fora das universidades, pois o ensino superior era acanhado e as mulheres representavam apenas um quarto das pessoas com educação superior no Brasil.

O **gráfico 5.2** mostra que em 1970 os homens constituíam quase 75% dos universitários do país. Contudo, a situação mudou rapidamente. Em 1980, as mulheres alcançaram 45,5% das pessoas com educação superior e praticamente chegaram em uma situação de equilíbrio em 1991. Mas no ano 2000, as mulheres alcançaram quase 53% do total e constituíram 58,2% dos universitários brasileiros em 2010. Conclui-se que a reversão do hiato de gênero na educação superior do Brasil ocorreu na virada do século.

O Brasil é um exemplo de país que conseguiu reverter o hiato de gênero na educação, em geral, e na educação superior, em particular. O caso brasileiro pode servir de exemplo na medida em que as políticas universalistas adotadas no Brasil – tais como o direito de voto feminino, a educação igualitária, os direitos civis e de família da Constituição de 1988 – contribuíram para que as mulheres brasileiras avançassem na conquista de maiores níveis educacionais. Todavia, qualquer desigualdade entre homens e mulheres contraria as recomendações das Conferências Internacionais da ONU que apontam para a equidade de gênero em todos os campos de atividade. O que se espera de uma sociedade justa e igualitária é que o crescimento dos níveis educacionais ocorra para todas as pessoas e ninguém seja excluído.

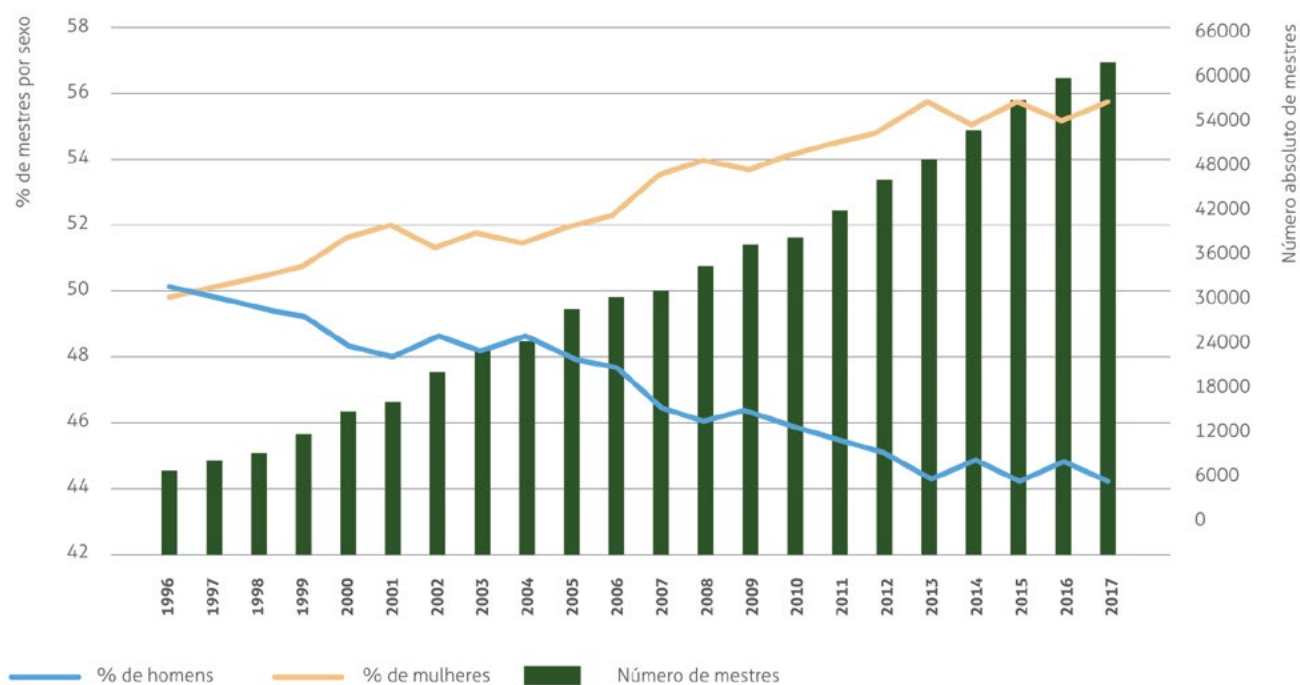
Gráfico 5.2. Distribuição da população brasileira com educação superior, por sexo, Brasil: 1970-2010



Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

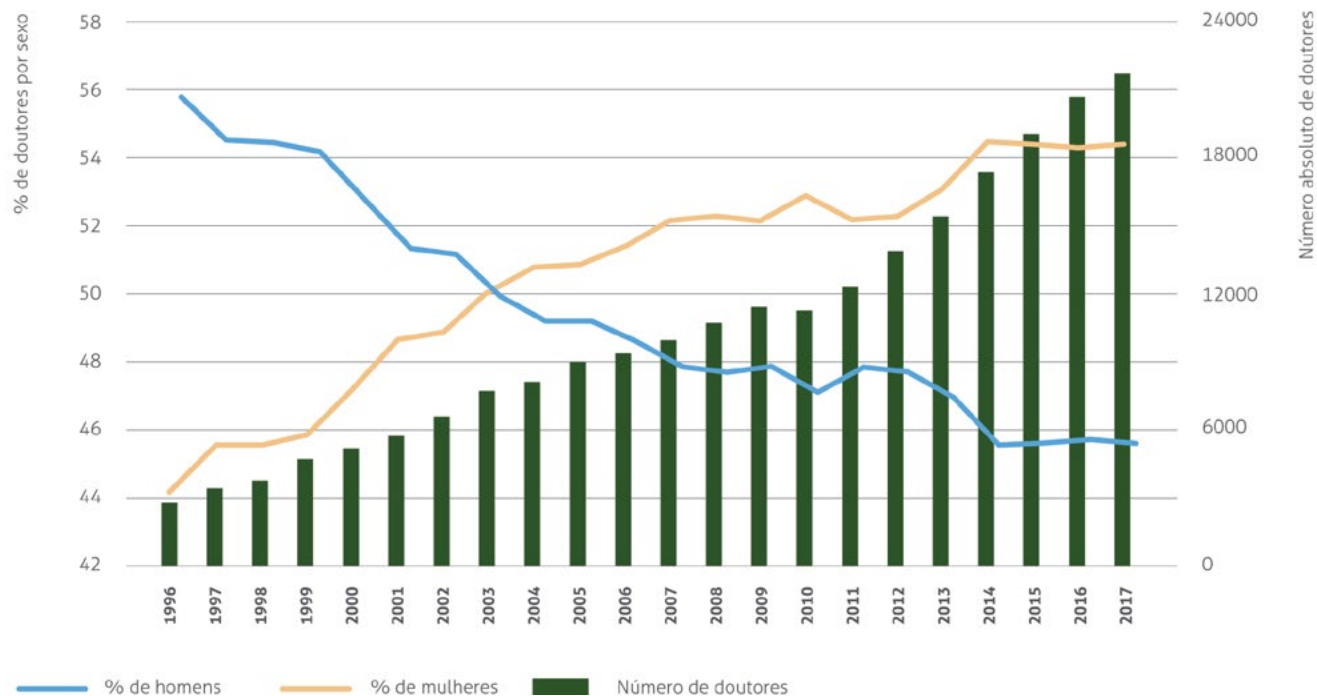
O avanço educacional feminino ocorre também na pós-graduação. O **gráfico 5.3** mostra que o número de mestres formados anualmente passou de 12 mil em 1996 para 61 mil em 2017, um aumento de cinco vezes. Nesse período, houve uma reversão do hiato de gênero, pois em 1996 o Brasil formava mais homens (50,5%) nos cursos de mestrado do que mulheres (49,5%). Todavia, este quadro se inverteu nos anos seguintes e, em 2017, chegou-se a 56% de mulheres e 44% de homens entre os novos diplomados com título de mestrado.

Gráfico 5.3. Número de mestres, por ano de conclusão e percentagem por sexo, Brasil: 1996-2017



Fonte: CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Relatório estatístico de Mestres e Doutores, 2019.

Da mesma forma, houve avanços na formação de doutores no Brasil e as mulheres ultrapassaram os homens. O **gráfico 5.4**, mostra que em 1996, entre os novos títulos de doutorado, os homens representavam 56% e as mulheres 44%. Em 2003, houve empate. E em 2017 as mulheres ultrapassaram os homens em uma proporção de 54% a 46%.

Gráfico 5.4. Número de doutores, por ano de conclusão e percentagem por sexo, Brasil: 1996-2017

Fonte: CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Relatório estatístico de Mestres e Doutores, 2019.

O Brasil teve bastante sucesso do ponto de vista do aumento da taxa de matrícula e de inserção da mulher em todos os níveis da educação nacional. Porém, do ponto de vista qualitativo, o desempenho escolar do Brasil, medido pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é baixo. Em 2018, 50% dos estudantes com 15 anos não possuíam o nível mínimo de proficiência em leitura, matemática e ciências. Ao invés de melhorar, a situação piorou entre 2020 e 2022 pelo efeito da pandemia da Covid-19. Crianças do ensino fundamental foram muito prejudicadas pela falta do ensino presencial e a evasão escolar nas universidades aumentou.

Mudanças nos padrões de família e nupcialidade

A chamada família patriarcal brasileira nunca existiu em um formato único e onipresente. Mas, sem dúvida, a família formada por um casal heterossexual com muitos filhos e com laços de família extensa predominou na história brasileira. Sob perspectiva antropológica, a formação da família depende de três componentes: laços de sangue (parentesco); filiação ou adoção; e união conjugal. O estudo da união conjugal (nupcialidade), assim como das separações é importante para se entender o processo de formação das famílias. Lembrando que a Lei do Divórcio foi aprovada no Brasil apenas em 1977.

A taxa bruta de nupcialidade (considerando os casamentos legais) tem diminuído no Brasil, passando de oito casamentos por mil habitantes, em 1980, para 5,1 em 1991 e 4,1 em 2010. Isso ocorre devido ao aumento das uniões consensuais no mesmo período. A **tabela 5.2**, com dados dos últimos censos demográficos, mostra um grande crescimento da união consensual, que passou de 6,5% em 1960 para 36,4% em 2010. O casamento apenas no civil também aumentou de 12,8% para 17,3%, no período. O grande declínio se deu nas formas de casamento religioso, tanto o civil e religioso, quanto o casamento exclusivamente religioso. No conjunto, os dois caíram de 80,7%, em 1960, para 46,3%, em 2010, o que reflete um certo processo de perda de influência das religiões e de secularização da sociedade.

Tabela 5.2. Distribuição percentual das pessoas de dez anos e mais, por tipo de união, Brasil: 1960-2010.

Tipo de união	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Civil e religioso	60,5	64,6	63,8	57,8	50,1	42,9
Só civil	12,8	14,1	16,3	18,3	17,3	17,3
Só religioso	20,2	14,4	8,1	5,2	4,3	3,4
União consensual	6,5	6,9	11,8	18,3	28,3	36,4

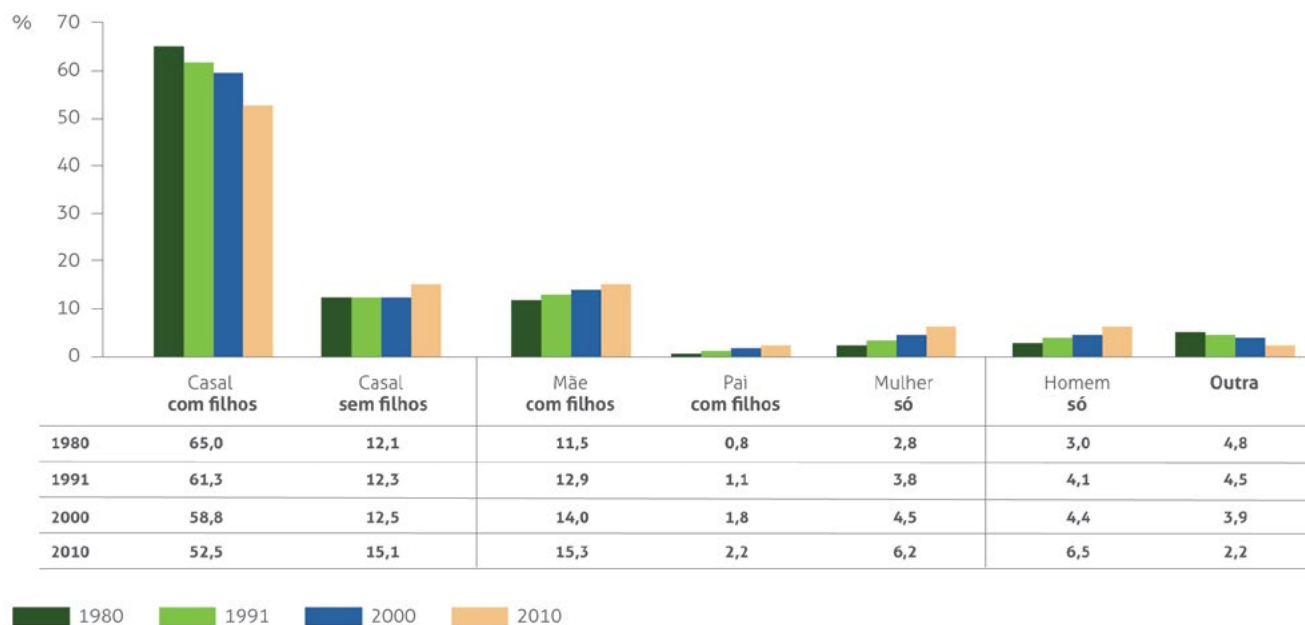
Fonte: IBGE, Censos demográficos 1960-2010.

Juntamente com a mudança da nupcialidade, que também tem relação com a transição urbana, a transição demográfica e a transição na estrutura etária, o Brasil também passa por uma mudança na estrutura familiar, pois as famílias estão ficando plurais e diversificadas.

O **gráfico 5.5** mostra as principais formas de família medidas pelos arranjos domiciliares. Nota-se que os casais com filhos eram quase 65% em 1980, caiu para 61,3% em 1991,

depois para 58,8% em 2000 e chegou a 52,5% em 2010. De outra maneira, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares. Isso devido à queda da fecundidade, ao maior número de separações e à maior expectativa de vida, especialmente das mulheres.

Gráfico 5.5. Diversificação dos arranjos familiares no Brasil; 1980-2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980 a 2010.

Por outro lado, cresce o arranjo casal sem filhos. Esse arranjo não quer dizer que os casais não tiveram filhos. De fato, esse agrupamento reúne os casais que não tiveram filhos com aqueles em que os filhos já cresceram e saíram de casa (ninho vazio). Os casais sem filhos passaram de 12,1% em 1980 para 15,1% em 2010. Outro arranjo que apresentou grande crescimento foi o monoparental feminino, ou seja, a configuração familiar de mães solteiras, separadas ou viúvas com filhos passou de 11,5% em 1980 e para 15,3% em 2010. O arranjo monoparental masculino é muito pequeno, mas também apresentou crescimento no período, passando de 0,8% em 1980 para 2,2% em 2010. A categoria Outra (chefes com outros parentes) apresentou redução de 4,8% em 1980 para 2,2% em 2010.

Família brasileira: cada vez mais plural, complexa e diversa

Contudo, são os domicílios unipessoais que devem apresentar os maiores crescimentos, sendo que o percentual de mulheres morando sozinhas passou de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010 e o de homens morando sozinhos passou de 3% em 1980 para 6,5% em 2010. Como vimos anteriormente, a maior porcentagem de pessoas vivendo sozinhas é encontrada nas idades mais avançadas, especialmente para o caso das mulheres que possuem maior expectativa de vida e maior longevidade.

Além desses tipos de arranjos, há as famílias reconstituídas, que são cada vez mais frequentes no cenário nacional como, por exemplo, famílias em que tanto o marido quanto a esposa trazem para a nova união os filhos de casamentos anteriores, somando-os aos novos filhos nascidos do novo enlace. De repente, se juntam filhos, enteados, irmãos, madrasta, padrasto, ex-cônjuges e avós. Dá-se o nome de família “mosaico” a este tipo de arranjo. A família “mosaico” é apenas mais um tipo de arranjo familiar ou doméstico dentre o leque de arranjos possíveis em uma sociedade cada vez mais marcada pela pluralidade, por dinâmicas inovadoras e fora do modelo padrão.

Há, inclusive, o crescimento das famílias formadas por um casal do mesmo sexo e o crescimento das famílias poliafetivas, com núcleo familiar formado por mais de duas pessoas. Com o crescimento dos casais sem filho, mas que adotam algum animal de estimação, em geral cão ou gato, surgem as famílias “multiespécies”, aquelas em que o animal fica dentro da casa, participando da rotina da família.

O Brasil passou por grandes transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas décadas. As transições urbana e demográfica possibilitaram avanços na conquista dos direitos de cidadania das mulheres e mudanças na configuração dos arranjos familiares. Esse processo abriu espaço para uma mudança das relações de gênero no seio das famílias e gerou um grande aumento do percentual de mulheres chefes de família.

Houve um aumento quantitativo e qualitativo no montante de mulheres chefes de família no Brasil nos primeiros 15 anos do século XXI. Enquanto o total de famílias brasileiras aumentou 39% em 15 anos, passando de 51,5 milhões em 2001 para 71,3 milhões em 2015, o número de famílias chefiadas por homens aumentou somente 13%, passando de 37,4 milhões para 42,4 milhões à medida que o percentual de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos (105%), subindo de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015, conforme gráfico a seguir. Em termos percentuais, o número de famílias chefiadas por homens diminuiu de 72,6% em 2001 para 59,5% em 2015, enquanto o percentual de famílias chefiadas por mulheres subiu de 27,4% para 40,5% no mesmo período.

Nas últimas três décadas do século XX, o aumento da chefia feminina ocorreu, fundamentalmente, em arranjos familiares de núcleo uniparental ou unipessoal: família monoparental feminina (mulher com filho e/ou outros parentes e agregados, mas sem cônjuge) e pessoas morando só. Nesses dois casos a chefia feminina ocorre, automaticamente, devido à ausência de um marido ou

companheiro. No caso dos arranjos familiares de núcleo duplo (marido e esposa) a percentagem de mulheres chefes era muito pequena, quase residual.

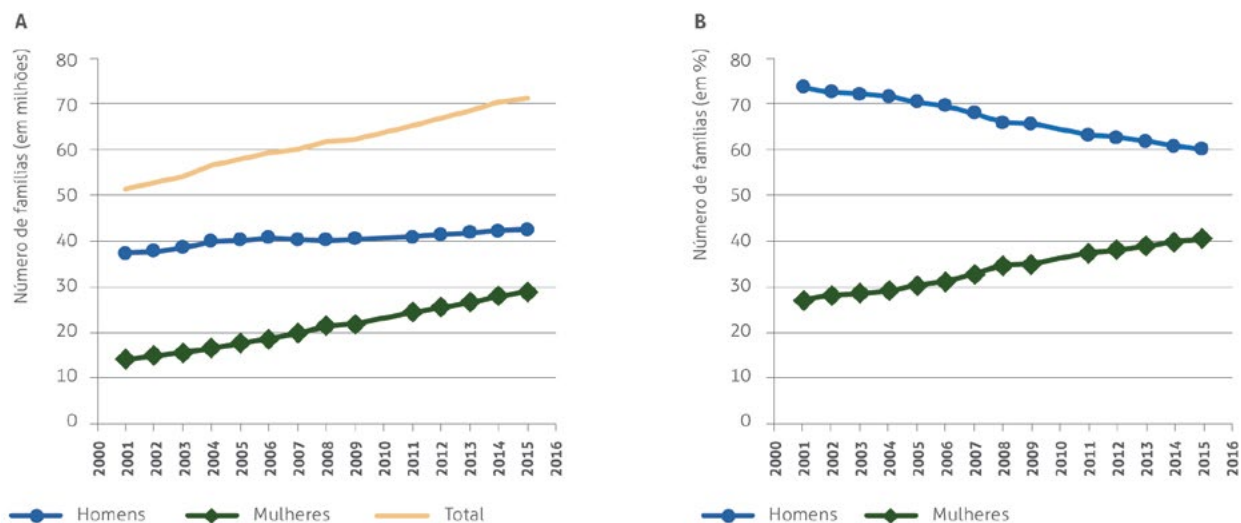
Porém, esse quadro mudou no século XXI. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, enquanto o crescimento das mulheres chefes de família no arranjo monoparental passou de 9 milhões em 2001 para 11,6 milhões em 2015 – um crescimento de 20% em 15 anos – e o crescimento no arranjo unipessoal passou de 2,3 milhões para 5,2 milhões – aumento de 124% entre 2001 e 2015 –, o crescimento da chefia feminina no arranjo casal com filhos foi de 1 milhão em 2001 para 6,8 milhões em 2015 – um aumento de 551% em 15 anos. Entre os casais sem filho, o número de mulheres chefes passou de 339 mil, para 3,1 milhões entre 2001 e 2015, um aumento expressivo de 822% em 15 anos. Dessa forma, nas famílias de núcleo duplo (casais com e sem filho), o percentual de mulheres chefes de família passou de 4% em 2001 para 22,5% em 2015.

Em relação às moradias, cabe destacar que o crescimento do número de domicílios foi maior do que o da população e o das famílias. Entre 1950 e 2010, o crescimento médio da população foi de 2,4% ao ano, o dos domicílios foi de 3% ao ano e os das famílias de 3,2% ao ano. Isso porque o IBGE trabalha com o conceito de família principal e secundária. Nesse sentido, um domicílio que contar com um casal, uma filha e um neto será considerado uma moradia com duas famílias.

Mas o importante a notar é que houve uma ampliação dos cômodos e uma diminuição na densidade média das moradias. O **gráfico 5.7** mostra que os domicílios com cinco cômodos ou mais representavam apenas 48% do total das moradias em 1960, passando para 70% em 2010. No mesmo período, o número médio de pessoas por domicílio caiu de 5,3 pessoas em 1970 para 3,3 pessoas em 2010. Tal constatação se deve à queda da fecundidade e ao fato de o número de domicílios ter crescido de modo mais rápido do que o ritmo de crescimento da população. Dessa forma, os domicílios particulares permanentes, ocupados por brasileiros, aumentaram em muito a disponibilidade de cômodos e diminuíram a quantidade de moradores, sugerindo aumento da disponibilidade de espaço por pessoa.

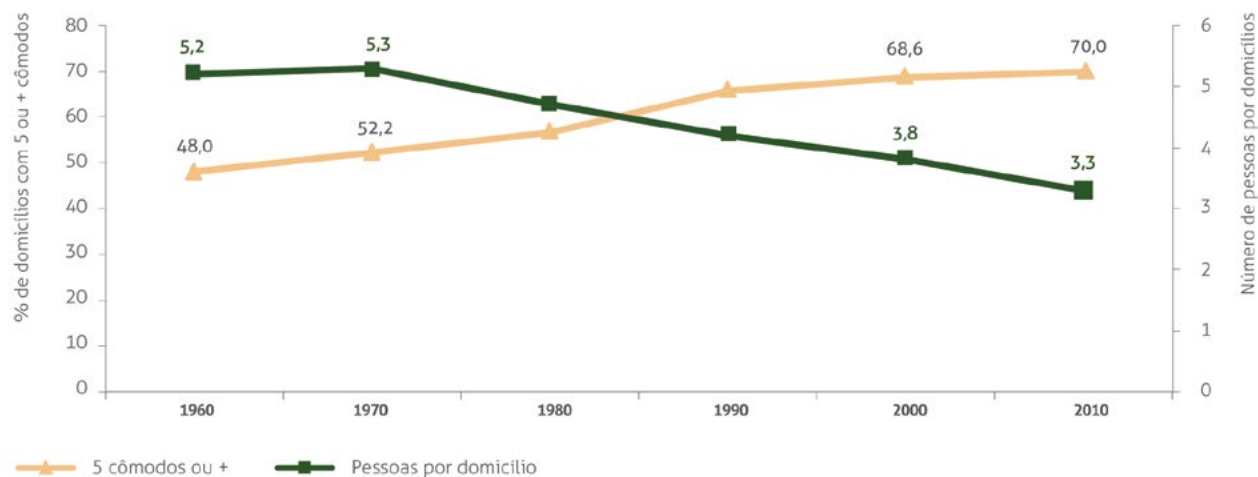
No Brasil do século XXI, a família patriarcal e extensa cede espaço para a família nuclear, com maior pluralidade de arranjos, com alta mobilidade espacial e social e com as mulheres tendo um protagonismo cada vez maior nas famílias. Com o aumento do custo e a diminuição dos benefícios, os filhos deixam de ser um seguro para os pais na velhice. Os casais passam a contar menos com os descendentes e mais com o sistema (público e privado) de proteção social na aposentadoria e na cobertura de riscos. Os brasileiros vivem mais e buscam meios para conquistar diversos tipos de seguros contra os riscos inerentes à maior longevidade e para proteger o crescente patrimônio.

Gráfico 5.6. Evolução (absoluta e relativa) do número de famílias por tipo de chefia, Brasil: 2001-2015



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNADs anuais, 2001-2015.

Gráfico 5.7. Média de pessoas por domicílios e domicílios com 5 cômodos ou mais, Brasil, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1960 a 2010.

A transição religiosa brasileira

A história do Brasil se confunde com a participação da Igreja Católica no país. Os religiosos, em sua maioria frades franciscanos, fizeram parte da frota de Pedro Álvares Cabral ao país com a incumbência de rezar missas e ouvir confissões, tendo sido Dom Henrique Soares de Coimbra (1465-1532) o celebrante da primeira missa no Brasil, quatro dias depois do desembarque. A religião católica foi a religião oficial do Brasil até a Proclamação da República e continuou como a religião mais influente do país durante todo o século XX.

Na segunda metade do século XX, devido ao crescimento demográfico, o Brasil tornou-se, em termos absolutos, o maior país católico do planeta. Até 1950, a Itália era o país com o maior contingente de católicos do globo. No ano de 2022, dos dez países mais populosos do mundo, apenas o Brasil professava de forma majoritária a religião católica apostólica romana. Contudo, o panorama religioso está mudando e já se vislumbra o fim da hegemonia católica no Brasil.

Os dados do censo demográfico de 1940 mostraram uma configuração das filiações religiosas com 95,2% de católicos, 2,6% de evangélicos, 0,2% de sem-religião e 1,9% de outras religiões. Trinta anos depois, a situação havia mudado pouquíssimo, conforme mostra a **tabela 5.3**, que aponta para uma ligeira redução do percentual de católicos e um pequeno crescimento dos outros grupos. Todavia, a dinâmica das filiações religiosas começou a apresentar rápidas alterações a partir dos anos 1970, quando todos os grupos religiosos cresceram em termos absolutos, porém, só os católicos decresceram em termos relativos enquanto o grupo das outras religiões permaneceu praticamente constante. A redução do percentual de católicos tornou-se mais célere ao longo das três últimas décadas, passando de 83% em 1991 para 64,6% em 2010, enquanto cresciam as filiações evangélicas de 9% para 22,2% no mesmo período. Os sem-religião e as outras religiões também cresceram, mas em menor proporção.

Tabela 5.3. População brasileira por grupos religiosos (em milhares) e percentagem: 1970-2010

Religião	1970		1980		1991		2000		2010	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Católicos	85 472	91,8	105 861	89,0	121 813	83,0	124 980	73,6	123 280	64,6
Evangélicos	4 815	5,2	7 886	6,6	13 189	9,0	26 452	15,4	42 275	22,2
Outras	2 146	2,3	3 311	2,8	4 868	3,3	6 215	3,7	9 865	5,2
Sem-religião	702	0,8	1 953	1,6	6 946	4,7	12 492	7,4	15 336	8,0
Total	93 135	100	119 011	100	146 816	100	169 871	100	190 756	100



A Primeira Missa . Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

O Brasil ainda é o maior país católico do mundo, pois possui mais de 100 milhões de habitantes que se autodeclaram católicos praticantes ou não praticantes. Em termos percentuais, os católicos representavam mais de 90% da população em meados do século XX. Mas o quadro mudou rapidamente nas últimas décadas e há 4 tendências evidentes:

1. As filiações católicas vêm caindo em termos relativos durante todas as décadas do século XX, mas o declínio se acentuou entre 1991 e 2010 (queda de 1% ao ano), sendo que houve declínio absoluto entre 2000 e 2010.
2. As filiações evangélicas crescem de forma consistente e com aceleração nas últimas décadas, mas o crescimento é abaixo do percentual de perda católica (também houve diversificação das denominações e aumento dos evangélicos não institucionalizados).
3. Há também crescimento do percentual das religiões não cristãs.
4. Por fim, nota-se um aumento absoluto e relativo do número de pessoas que se autodeclaram sem religião, incluindo ateus e agnósticos.

As referidas mudanças religiosas acontecem concomitantemente às três mudanças fundamentais de longo prazo que aconteceram no país. A primeira delas ocorreu na estrutura econômica, que deixou de ser agrária e primário-exportadora (muito dependente do mercado externo), com um grande setor de subsistência e com o predomínio de relações informais de trabalho, baixa monetarização da economia e baixa integração regional. O Brasil se transformou, pouco a pouco, em uma economia industrial e de serviços, com ampliação do leque ocupacional e incorporação da mulher no mercado de trabalho, avanços quantitativos na educação, ampliação e diversificação do consumo, avanço da telecomunicação e da mídia de massa (rádio, televisão, telefone/celular, internet etc.), com a questão social deixando de ser “assunto de polícia” (como era até a República Velha) e construindo-se, mesmo com dificuldades, um sistema de proteção social (Previdência, Bolsa Família, seguro-desemprego etc.) que abarca dezenas de milhões de pessoas.

A segunda grande mudança na configuração da sociedade brasileira decorre da transição urbana, pois a maioria da população que na maior parte da história brasileira viveu no meio rural se deslocou progressivamente para o meio urbano. A população rural que representava 63,8% da população total em 1950 caiu para

15,7% em 2010, enquanto a população urbana passou de 36,2% para 84,3% no mesmo período. Ademais, o meio urbano antes da Segunda Guerra era influenciado pela sociabilidade rural e, nas décadas seguintes, passou a ser influenciado pela sociabilidade urbana.

A terceira grande mudança de massa no Brasil aconteceu com a transição demográfica. As mortes precoces que eram consideradas inevitáveis (justificada pelo fatalismo católico) diminuíram e a expectativa de vida ao nascer, que estava abaixo de 30 anos no final do século XIX, chegou a 76 anos em 2019. A Taxa de Fecundidade Total que ficou acima de 6 filhos por mulher de 1500 até 1970, caiu e chegou a 1,7 filho por mulher (abaixo do nível de reposição) em 2019. Com isso, a Igreja Católica, que na encíclica *Humanae Vitae*, condena os métodos contraceptivos modernos, se distanciou da prática reprodutiva da maioria da população brasileira.

O fato é que o Brasil do Bicentenário da Independência é um país muito diferente depois de passar pela transição econômica, urbana e demográfica. Quem sentiu mais essas mudanças foi a Igreja Católica, a qual havia lançado raízes profundas no Brasil pré-transicional. Durante 450 anos o catolicismo influenciou e foi influenciado por uma estrutura social, econômica e cultural que não existe mais ou que só permanece existindo com modificações, em locais específicos e pouco influentes do país (como em algumas áreas rurais do Nordeste).

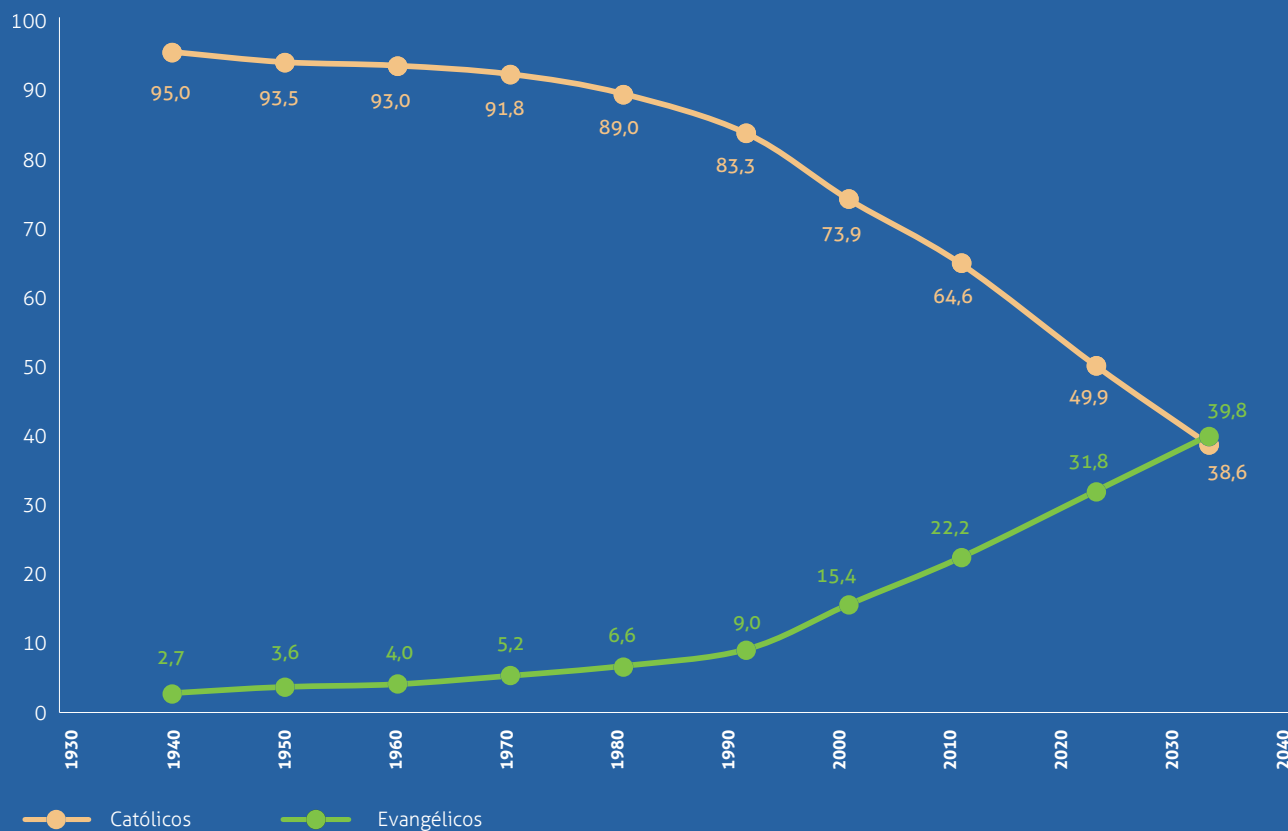
A Igreja Católica não conseguiu acompanhar o ritmo do novo Brasil, pois tem uma estrutura centralizada, hierarquizada, lenta e muito avessa às modificações. Por exemplo, os católicos possuem igrejas no centro de praticamente todas as cidades do país, mas não conseguiu acompanhar a expansão demográfica da periferia dos grandes centros urbanos. A falta de padres e a distância em relação aos fiéis dificulta a propagação da doutrina católica e inviabiliza a agregação de amplas parcelas da população nas atividades cotidianas da igreja. O clericalismo atua em benefício do clero e em detrimento de uma participação de base. E, sobretudo, os escândalos de pedofilia lançam dúvidas sobre a honradez e a integridade moral de muitos padres, enquanto a questão do celibato clerical divide a igreja e os dois Papas.

Já os evangélicos começaram a crescer no Brasil pós-transicional. Enquanto tratamos a Igreja Católica no singular, os evangélicos precisam ser analisados no plural, pois são dezenas de denominações sem uma estrutura centralizada e com mensagens diversas e plurais. Eles, seguindo as regras do *marketing*, customizam a pregação, adaptando a mensagem ao perfil dos usuários, e atingem públicos diferenciados. Os evangélicos têm conseguido alcançar um público mais amplo por meio da “Cura divina” e da “teologia da prosperidade”. Eles possuem grande descentralização e autonomia, rápida formação de pastores, cultos dinâmicos e alegres, abertura de templos pequenos perto das comunidades, fazem uso de músicas e outras formas de atração de fiéis, entre outros. Um marco do crescimento evangélico no Brasil é o uso de diversas mídias (jornais, rádios, televisão, internet, WhatsApp etc.) e a presença atuante na política (inclusive na Frente Parlamentar Evangélica).

O sociólogo Max Weber é famoso por evidenciar que a ética protestante se encaixa melhor com o espírito do capitalismo. Pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo sobre o imaginário social dos moradores da periferia de São Paulo retratou como o avanço do consumo, do neopentecostalismo e do empreendedorismo popular estão correlacionados a uma intensa presença dos valores liberais do “faça você mesmo”, do individualismo, da competitividade e da eficiência. Em outras palavras, boa parte da população pobre das periferias não compartilha o ideal estatista receitado por grande parte da esquerda brasileira.

Dessa forma, devido ao ativismo evangélico, à lentidão da reação católica e à maior interação entre igreja evangélica e política, a correlação de forças entre os grupos religiosos está mudando e a transição religiosa tem se acelerado no Brasil. No **gráfico 5.8**, é apresentada uma projeção que leva em consideração um declínio das filiações católicas em torno de 1,2% ao ano bem como um crescimento de 0,8% ao ano das filiações evangélicas a partir de 2010.

Nessa projeção, a presença católica na população chegaria a 49,9% em 2022 e a 38,6% em 2032, enquanto a presença evangélica seria de 31,8% e 39,8% nas respectivas datas. Portanto, no

Gráfico 5.8. Percentagem de filiações católicas e evangélicas, Brasil: 1940-2032

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940 a 2010 e projeções próprias de 2022 e 2032.

ritmo atual da transição religiosa, estima-se que os católicos já fiquem com menos de 50% das filiações nacionais em 2022 e sejam ultrapassados pelos evangélicos até 2032.

Indubitavelmente, a mudança de hegemonia entre os dois grandes grupos religiosos do Brasil encontra-se em curso. Parece que a mudança na correlação de forças é irreversível. A dúvida é sobre a data exata em que ocorrerá a ultrapassagem e até que ponto chegará a queda das filiações católicas.

CAPÍTULO 6

População, meio ambiente e degradação ecológica

Não resta dúvida de que o Brasil passou por grandes transformações econômicas, sociais e demográficas durante os 200 anos da Independência. Seguindo o lema positivista estampado na bandeira nacional “Ordem e Progresso”, o Brasil deixou de ser um país pouco povoado, rural, agrário e com baixa integração entre suas diversas regiões, para se tornar um país com grande ocupação territorial, liderado pela dinâmica urbana e industrial. Houve um esforço intencional de ampliar a ocupação territorial, abrir estradas, expandir o agronegócio e fazer crescer as cidades e suas atividades econômicas, assim como elevar o padrão de consumo e os serviços sociais. Mas todo o progresso humano foi feito às custas de um retrocesso ambiental. Os avanços na economia não aconteceram na ecologia.

Os ciclos da cana-de-açúcar, do café e soja, juntamente com a expansão da pecuária e a mineração, provocaram grande desmatamento e poluição. O Brasil é um dos países com maior disponibilidade de água potável, mas o represamento dos grandes rios, a degradação dos solos, bem como a erosão, e a canalização dos rios urbanos provocaram a escassez hídrica em meio à abundância. No século XXI, os problemas nacionais do meio ambiente foram agravados pela crise ecológica global, criando um duplo desafio para as próximas décadas.

A história poderia ter sido diferente se o Brasil tivesse ouvido os conselhos do “Patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), também conhecido como o ecologista do Império. Para José Bonifácio, que estudou em Coimbra e foi membro das principais academias de ciências da Europa, o crescimento do país não poderia se basear na destruição das florestas e na poluição dos rios. Em 1828, ele afirmou que “nossas preciosas matas desaparecem, vítimas do fogo e do machado, da ignorância e do egoísmo. Sem vegetação, nosso belo Brasil ficará reduzido aos desertos áridos da Líbia. Virá então o dia em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos crimes” (Pádua, 2002, p. 35).

Governar é povoar e abrir estrada

A baixa densidade demográfica era a característica mais marcante do Brasil em 1822. O volume populacional e o tamanho da economia não exerciam grande pressão sobre o meio ambiente em todo o território nacional, mas já havia diversos sinais do descaso ecológico, como alertou José Bonifácio, que terminou os seus dias isolado em sua casa na ilha de Paquetá. Durante o Império (1822-1889), houve um crescimento demoeconômico, mas a população brasileira em 1890 era de apenas 14 milhões de habitantes, muito menos do que a cidade de São Paulo hoje em dia.

Entretanto, esse quadro sofreu rápida alteração a partir da Proclamação da República em 1889. Na ausência de uma mobilização popular em defesa do meio ambiente e na falta de um claro projeto nacional alternativo, assumiram relevância os pensadores positivistas, que também com um certo atraso, buscaram colocar em prática os ideais de Augusto Comte (1798-1857), que tinha como lema central do positivismo o seguinte: "Amor como princípio e ordem como base; o progresso como meta". Desse tripé, os seguidores do sociólogo francês cravaram na bandeira nacional apenas o binômio.

O regime republicano herdou um país de grande extensão territorial, com enorme biodiversidade e com baixa integração entre suas diversas regiões. Seus recursos naturais eram aparentemente ilimitados e vinham sendo explorados ao longo do período colonial e imperial por meio de uma sucessão de ciclos extrativistas ou agrícolas. A extensão e diversidade do país incentivaram uma mentalidade exploradora, na qual a natureza era apenas um obstáculo a ser superado. Dessa forma, não é de se estranhar que a ideia republicana de progresso estivesse relacionada ao crescimento populacional, ao desenvolvimento econômico, à dominação da natureza e à grandeza da Pátria. Não havia preocupação expressa com as questões ambientais e a preservação dos biomas.

Os primeiros dirigentes da República consideravam vantajosa uma população numerosa para ocupar o vasto território nacional. Durante mais de quatro séculos, a perseguição de enriquecimentos rápidos diversos no setor primário tinha favorecido um padrão de ocupação descontínua, comandado por aglomerações isoladas ao longo da costa marítima. Dessa forma, o Brasil entrou no século XX com seu imenso interior praticamente vazio de atividades humanas. Por isso, o quinto presidente do Brasil, Afonso Pena (1906-1909), dizia: "Governar é povoar". Já Washington Luís (1926-1930), ampliando esta concepção, afirmava que "Governar é abrir estradas". A frase completa deste, o último presidente da República Velha, dando ênfase à ocupação do território, era: "Governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; Governar é, pois, fazer estradas" (ALVES; MARTINE, 2017).

As características do padrão de ocupação brasileira por ciclos econômicos diversos do setor primário criaram demandas de mão de obra que nem a escravização de indígenas ou negros conseguiu preencher. Antes mesmo da abolição, o país tinha começado a recorrer aos



Abertura de estrada no Norte do Estado do Rio de Janeiro, 1940. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

imigrantes europeus para atender suas pretensões de expansão agrícola.

O Presidente Getúlio Vargas, que governou em dois períodos, 1930-1945 e 1951-1954, chegou ao poder prometendo redirecionar o desenvolvimento brasileiro para o mercado interno e para o interior. Ele apoiou a família extensa, o crescimento populacional e a migração para o Oeste. Os trabalhadores assalariados da CLT foram premiados com um “salário-família” a título de estimular uma prole numerosa. No governo Vargas, foram implantadas políticas sociais que, de forma intencional, tinham objetivos pronatalistas visando o engrandecimento nacional. Também incentivou com medidas explícitas a imigração estrangeira para “fomentar o trabalho agrícola” bem como para conseguir o “branqueamento” da população. As duas constituições do período Vargas promoviam o crescimento demográfico e utilizavam uma linguagem espantosamente eugenista. Como mostrou Brito (2020), tratava-se do incentivo à migração europeia de um forte componente racial.

Mas, além da política positivista voltada para o crescimento econômico e populacional, na era Vargas houve uma legislação nitidamente anticontrolista, por exemplo: a) o Decreto Federal n. 20.291, de 11 de janeiro de 1932 estabelecia “É vedado ao médico dar-se à prática que tenha por fim impedir a concepção ou interromper a gestação”; b) a Constituição de 1937 em seu artigo 124 diz: “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. As famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”; c) em 1941, durante o Estado Novo, foi sancionada a Lei das Contravenções Penais que em seu artigo 20 proibia: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou



Amazônia. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

evitar a gravidez”. Existia uma política de apoio às famílias numerosas e o complemento de renda aos casados com filhos (Fonseca, 2001).

População numerosa era considerada fundamental para a ocupação e proteção das fronteiras. Os recursos naturais generosos do Brasil eram vistos como a chave do futuro e era preciso ter uma grande população para extrair essas reservas e proteger as fronteiras. O Marechal Rondon, adepto dos ideais positivistas, tornou-se colaborador do governo Getúlio Vargas e encarregado de conduzir a bandeira política da interiorização, visando ao alargamento do povoamento do sertão e de seu aproveitamento agropecuário integrado, com fundamentos econômicos mais sólidos e eficientes. A Marcha para o Oeste tinha o objetivo de acelerar o processo de ocupação dos espaços vazios na concepção desenvolvimentista do “Departamento Nacional de Povoamento”.

A maior obra do presidente seguinte, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foi a construção da BR 116 (conhecida como a Via Dutra), inaugurada em 19 de janeiro de 1951, para ligar as duas maiores cidades do Brasil. O segundo governo Vargas intensificou o processo de industrialização e iniciou a exploração do petróleo com a criação da Petrobras. O presidente Juscelino Kubitschek (1956-60) tinha como lema central do seu projeto desenvolvimentista a bandeira: “50 anos em 5”. Ele prometia acelerar a modernização do país, construindo hidrelétricas, indústria de base, automóveis, bens de consumo em geral e, principalmente, a construção de Brasília no centro geográfico do país, assim como a conquista do Cerrado. Para todos esses feitos, os governantes brasileiros sempre consideraram a natureza uma fonte

inesgotável de riquezas que deveriam ser exploradas e seguiram a visão cornucopiana de Pero Vaz de Caminha: “Aqui, nesta terra, em se plantando, tudo dá.”

Os militares, que tomaram o poder em 1964, deram continuidade aos ideais positivistas e se colocaram na linha de frente da exploração desenfreada do meio ambiente e da política populacional expansionista do “Brasil potência”. Mesmo com as precárias condições de vida e a falta de investimentos no bem-estar qualitativo da população, os primeiros governos militares adotaram uma política pronatalista, como mostrou Canesqui (1985, p.11):

“A doutrina da Segurança Nacional, adotada pelo regime militar no período 1964-1970, assegurou a posição natalista, incluindo expectativas quanto ao crescimento demográfico e o preenchimento dos espaços vazios de regiões a serem colonizadas (Amazonas e Planalto Central). Esta preocupação ficou bastante clara no Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) do governo Costa e Silva. Este mesmo governo reafirmou suas convicções natalistas face ao desenvolvimento e à segurança, em mensagem dirigida ao Papa Paulo VI, por ocasião da publicação da Encíclica *Humanae Vitae* (1968) de forma a não contrariar a posição oficial da Igreja Católica, diante da política controlista da natalidade”.

“Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas
mais que a dos mísseis.
Tenho em mim
esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância
de ser feliz por isso.
Meu quintal
É maior do que o mundo”

Manoel de Barros
(1916-2014)

Seguindo a linha dos regimes autoritários, o presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) chegou a estabelecer a seguinte orientação para o processo de ocupação territorial: “Levar os homens sem terras à terra sem homens”. Na Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, o General Costa Cavalcante, Ministro do Interior e representante do governo, proferiu um discurso antiecológico: “*Para a maioria da população mundial, a melhoria de condições é muito mais uma questão de mitigar a pobreza, dispor de mais alimentos, melhorar vestimentas, habitação, assistência médica e emprego, do que ver reduzida a poluição atmosférica*” (ROCHA, 1987, p. 16).

Após o processo de redemocratização, os governos José Sarney (1985-1989), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) pouco fizeram para reverter o quadro de degradação ambiental e redirecionar o processo de desenvolvimento do país. A crise do endividamento e da hiperinflação provocou a “década perdida” (anos 1980) e o lento aumento do PIB dos anos 1990 não eliminou o sonho do crescimento econômico como carro-chefe do progresso brasileiro.

Da mesma forma, os governos Luís Ignácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) adotaram a linha neodesenvolvimentista, dando incentivo aos grandes projetos, como o pré-sal, a transposição do rio São Francisco, as hidrelétricas na Amazônia e a venda de

commodities do agronegócio (intensivo em fertilizantes químicos e agrotóxicos), assim como de produtos minerais altamente poluidores (ferro, bauxita, nióbio, ouro e outros metais). O uso do mercúrio e do cianeto na separação e limpeza da exploração mineral transforma a mineração e o garimpo em uma das atividades mais poluidoras, tendo como consequência a contaminação de peixes e animais silvestres, afetando inclusive a saúde humana.

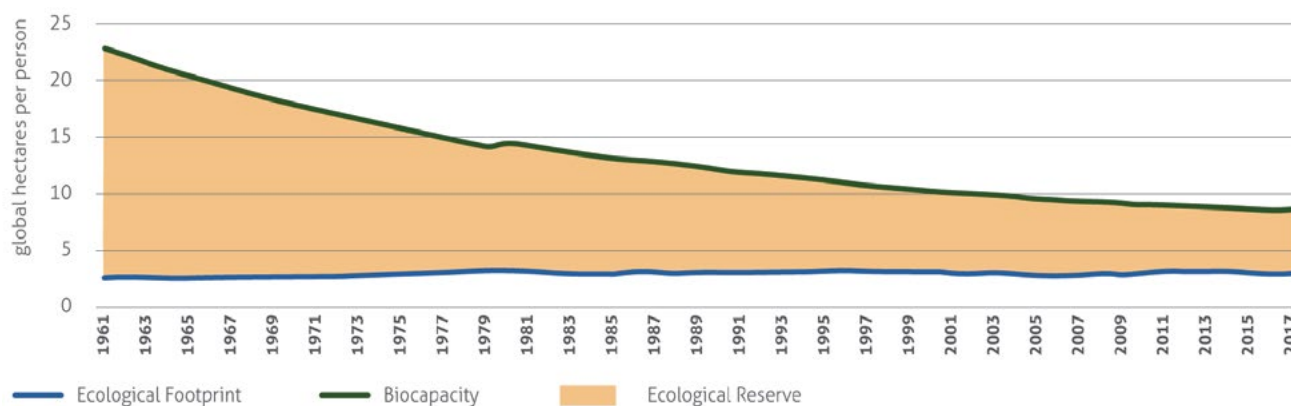
A ideologia positivista do desenvolvimentismo a qualquer custo virou quase uma religião ou uma ideologia de Estado. Evidentemente, a ideia de progresso tal como efetivada no país tem sido questionada por muitas pessoas e diversos movimentos populares. Por exemplo, em entrevista à Revista Época (04 jun. 2012), Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu, realizou várias críticas sobre a forma como o progresso brasileiro possibilitou o aumento do genocídio dos indígenas e o ecocídio das espécies vivas do Cerrado e da Floresta Amazônica. O fato indiscutível é que o desenvolvimento nacional ocorreu às custas da degradação dos ecossistemas e da perda de biodiversidade (ALVES; MARTINE, 2017).

A degradação dos principais ecossistemas brasileiros

O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, com uma área de 8.515.767 km². A densidade demográfica de 24 hab/km², em 2015, é bem maior do que a do Canadá (4 hab/km²) e da Rússia (8 hab/km²), mas bem menor do que a da China (146 hab/km²) e da Índia (390 hab/km²). Contudo, a baixa densidade demográfica não tem evitado a degradação dos principais ecossistemas do país.

O Brasil possui a maior reserva ambiental absoluta do mundo, segundo a Footprint Network (2021). Em 1961, a biocapacidade *per capita* do Brasil era de 23 hectares globais (gha) e a pegada ecológica *per capita* 2,4 gha, ou seja, havia um superávit de mais de 20 gha *per capita*, conforme mostrado no **gráfico 6.1**. Contudo, tal superávit diminuiu muito, pois em 2017 a biocapacidade *per capita* havia caído para 8,6 gha e a pegada ecológica tinha subido para 2,8 gha. Em outros termos, o Brasil perdeu biodiversidade *per capita*, pois a área geográfica do país é a mesma, mas a população passou de cerca de 72 milhões para 207 milhões de habitantes entre 1961 e 2017.

Gráfico 6.1. Pegada ecológica e Biocapacidade, Brasil: 1961-2017



Fonte: Global Footprint Network, 2021.

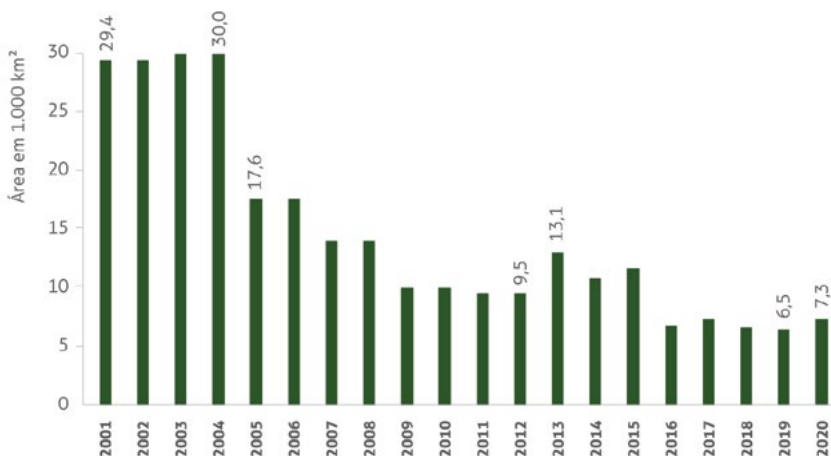
Toda a riqueza natural desse imenso país tem sido ameaçada pelo descuido, pela degradação e exploração descontrolada dos ecossistemas. O aumento da poluição nas cidades, a destruição dos rios, o uso generalizado de fertilizantes e agrotóxicos, a construção de hidrelétricas, toda a cadeia produtiva industrial, a rede de comércio e serviços, a acidificação dos solos e das águas, a desertificação, a expansão da agricultura e da pecuária, o desmatamento, a malha de rodovias, os incêndios e queimadas, a exploração da biomassa – tudo isto – tem provocado uma redução do “capital” natural do país. O empobrecimento da natureza compromete o avanço do desenvolvimento humano. No *site* do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2021) há muitas informações sobre os ecossistemas brasileiros e sobre as ameaças ao patrimônio natural. Todos os biomas estão ameaçados.

A Mata Atlântica, à guisa de ilustração, ocupava uma área de aproximadamente 1.300.000 km², estendendo-se por 17 estados do território brasileiro. Hoje, os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 8% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza remanescente é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e, por isso, a região é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes. Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, tem importância vital para aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seu domínio, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro, prestando importantíssimos serviços ambientais, inclusive boa parte da água consumida pela população brasileira.

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. Em seu espaço, encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade. O Cerrado apresenta extrema abundância de espécies endêmicas, abrigando cerca de 11,6 mil espécies de plantas nativas já catalogadas. Cerca de 200 espécies de mamíferos são conhecidas e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Há elevado número de espécies de peixes (1.200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies). Contudo, inúmeras espécies de plantas e animais correm risco de extinção. Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais do bioma.

Além disso, a região é palco de uma exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão. Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, o Cerrado é o ecossistema que possui a menor porcentagem de áreas sob proteção integral e calcula-se que mais de 50% do bioma foi degradado em função das atividades antrópicas. Dados do INPE indicam que o desmatamento do cerrado estava em torno de 30 mil km² no início do século XXI e caiu nos anos seguintes, mas continua em nível elevado de mais de 7 mil km², conforme mostra o **gráfico 6.2**.

Gráfico 6.2. Desmatamento anual do Cerrado: 2001-2020



Fonte: INPE, 2021.

O Pantanal é considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta. Sua área aproximada mede 150 mil km², ocupando assim 1,76% da área total do território brasileiro. Em seu espaço territorial, o bioma é influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai. O Pantanal mantém 86,8% de sua cobertura vegetal nativa. Estudos indicam que o bioma abriga os seguintes números de espécies catalogadas: 263 espécies de peixes, 41 espécies de anfíbios, 113 espécies de répteis, 463 espécies de aves e 132 espécies de mamíferos sendo 2 endêmicas. Segundo a Embrapa Pantanal, quase duas mil espécies de plantas já foram identificadas no bioma. Apesar de sua beleza natural exuberante, o bioma vem sendo muito impactado pela ação humana, principalmente pela atividade agropecuária e especialmente nas áreas de planalto adjacentes. Apenas 4,4% do Pantanal encontra-se protegido por unidades de conservação.

A caatinga ocupava uma área de cerca de 844 mil quilômetros quadrados entre o norte de Minas Gerais e o Nordeste, o equivalente a 11% do território nacional. Com uma rica biodiversidade, o bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. Apesar de sua importância, a Caatinga tem sido desmatada de forma acelerada, principalmente nos últimos anos, devido principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e indústrias, ao sobre pastoreio e a conversão para pastagens e agricultura.

O Pampa, localizado no estado do Rio Grande do Sul, ocupa uma área de 176.496 km², correspondendo a 63% do território estadual e a 2,07% do território nacional. As estimativas indicam a existência de algo em torno de 3.000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas. A fauna ainda é expressiva, com quase 500 espécies de aves. Porém, a progressiva introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas têm levado a uma rápida degradação e descaracterização das paisagens naturais do Pampa. Estimativas de perda de hábitat dão conta de que em 2008 restavam apenas 36,03% da vegetação nativa do bioma Pampa.

A Mata de Araucária ocupava 36,67% da área do estado do Paraná (ou 73 mil km²), 60,1% do estado de Santa Catarina (ou 57 mil km²), 21,6% da área do estado de São Paulo (ou 53 mil km²) e 17,4% do estado do Rio Grande do Sul (ou 48 mil km²). Atualmente, a mata está em perigo, pois foi excessivamente explorada, a maioria das vezes de forma ilegal. Relativamente poucas iniciativas de reflorestamento são realizadas com esta espécie, cujas populações e áreas de ocorrência vêm se reduzindo em pelo menos 50% nos últimos 10 anos.

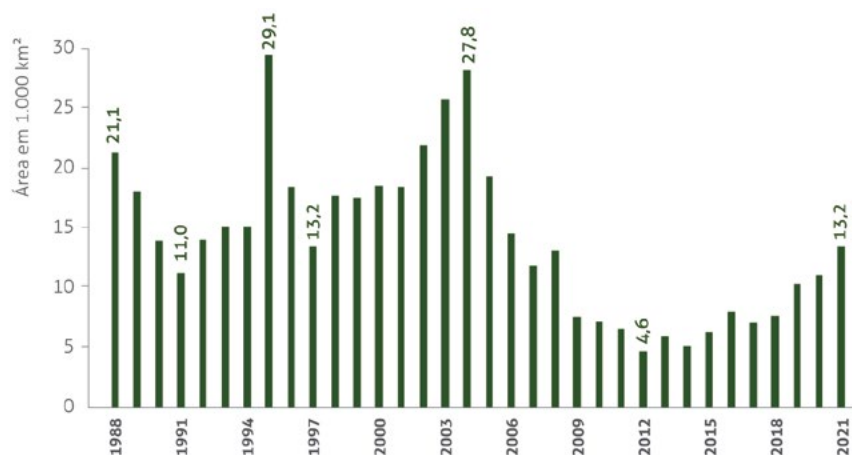
Os Mangues desempenham um importante papel como exportador de matéria orgânica para os estuários, contribuindo para a produtividade nas zonas costeiras. Por essa razão, constituem-se ecossistemas complexos e dos mais férteis e diversificados do planeta. Sua biodiversidade faz com que essas áreas se constituam em grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies típicas desses ambientes, como para animais, aves, peixes, moluscos e crustáceos, que encontram as condições ideais para reprodução. Constituem ainda importante banco genético para a recuperação de áreas degra-

dados, por exemplo, como aquelas por metais pesados. Ajudam também a atenuar os efeitos de tempestades e ondas marítimas, a redução da erosão e a manutenção do perfil costeiro. A destruição dos manguezais gera grandes prejuízos, inclusive para a economia, direta ou indiretamente, uma vez que são perdidas várias importantes funções ecológicas desempenhadas por esses ecossistemas.

A Mata de Cocais está situada entre uma zona de transição dos biomas da Amazônia e da caatinga nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pará e norte do Tocantins. O bioma é naturalmente fragilizado, e a procura de solos férteis, extração de minérios e de madeira, além de instalações industriais e comerciais, estão poluindo o aquífero Tocantins-Araguaia e acelerando o desmatamento. Em um futuro não muito distante, a maior parte desse bioma poderá estar savanizada ou desertificada.

A Floresta Amazônica é o maior bioma do Brasil: em um território de 4,196.943 milhões de km² crescem 2.500 espécies de árvores (ou um-terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul). A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km² e tem 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros de água a cada segundo. A floresta vive a partir de seu próprio material orgânico, e seu delicado equilíbrio é extremamente sensível às interferências externas.

Dados anteriores do Prodes, do INPE, de 1988 a 2014, mostram que o desmatamento atingiu o montante de 408 mil km². Essa área desflorestada é maior do que a soma dos territórios dos estados de São Paulo (248.209 km²), Rio de Janeiro (43.696 km²), Espírito Santo (46.078 km²), Alagoas (27.768 km²), Sergipe (21.910 km²) e Distrito Federal (5.801 km²). No total, as seis unidades da federação possuem uma área de 393.462 km², menor, portanto, do que os 408 mil km² destruídos da Floresta Amazônica entre 1988 e 2014. Outros 400 mil km² foram destruídos entre 1965 e 1988. O **gráfico 6.3**, também com dados do INPE, o desmatamento da Amazônia caiu entre 2004 e 2012, mas aumentou de 2013 a 2021, contrariando as promessas brasileiras nas Conferências e em Acordos sobre o Meio Ambiente da ONU.

Gráfico 6.3. Desmatamento anual da Amazônia Legal: 1988-2021

Fonte: INPE, 2021.

Estudo do cientista Antônio Nobre (2104), que revisou 200 pesquisas sobre o cenário, concluiu que a floresta já dá sinais de desgaste em seu papel de bombear umidade do oceano para o interior da América do Sul. Desse modo, pode estar em risco o papel de “bomba d’água biótica” que a floresta exerce, o que afeta os “rios voadores” e diminui a quantidade de água que segue para o Sudeste brasileiro, contribuindo para a crise hídrica e energética do país. Em outras palavras, o desmatamento da Amazônia gera prejuízos para as atividades industriais, para o agronegócio e para a população brasileira em geral.

A degradação dos rios e a crise hídrica e energética

As grandes cidades brasileiras cresceram degradando e enterrando seus rios e suas fontes locais de geração de água potável. As florestas e a vegetação natural foram substituídas pela “selva de pedra”, sem os devidos cuidados com a preservação das fontes de água.

O caso de São Paulo, a maior cidade do Brasil, é exemplar. O rio Ipiranga, citado no hino nacional e em cujas margens D. Pedro I deu o grito da “Independência”, integra um triste cenário, pois a sujeira, o mau cheiro e esgoto foi o que sobrou das antigas “margens plácidas”. Em frente ao Monumento da Independência, no bairro do Ipiranga, centro da cidade, um cheiro podre infesta o ar. Segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a



O Grito do Ipiranga, 1822. Fonte: www.commonswikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

qualidade da água deste ponto específico do rio foi avaliada como “péssima”. Em todos os seus 9,5 km de extensão pela cidade, só há um ponto em que o rio pode ser considerado limpo: em sua nascente, no Jardim Botânico. Após o Jardim Botânico, no entanto, o Ipiranga praticamente morre, pois, quer sob galerias fechadas, quer a céu aberto, suas águas recebem esgoto e perdem os sinais básicos de vida.

A degradação do rio Ipiranga não é uma exceção. De modo geral, os rios da cidade de São Paulo foram aviltados, enterrados vivos e transformados em “línguas negras”. Os rios Tamanduateí e Anhangabaú que abasteciam o Pátio do Colégio – o marco inicial do nascimento da capital paulista – não existem mais como leito natural de água limpa e livre. O Rio Tietê se transformou em um esgoto a céu aberto, enquanto suas matas ciliares foram destruídas, suas vargens drenadas e suas margens estreitadas. A reportagem de Gustavo Angimahtz (01 out. 2014) mostra que os afluentes do rio Pinheiros foram canalizados e transformados em esgoto. No encontro dos rios Tietê e Pinheiros – as duas principais artérias hídricas da cidade – ao invés de ser um local rodeado de parques e de biodiversidade ecossistêmica, há uma miríade de viadutos e construções do Complexo Viário Heróis de 1932 (mais conhecido como Complexo do Cebolão). O abastecimento de água potável dos paulistanos depende de fontes cada vez mais distantes como o complexo Cantareira e os rios que nascem no sul de Minas Gerais.

A cidade do Rio de Janeiro, apesar de ter a palavra Rio no nome, não é banhada por nenhum grande rio, mas apenas por córregos e ribeirões. O rio Carioca – que designa os gentílicos da cidade – foi fundamental para o crescimento do Rio de Janeiro, tendo sido a principal fonte de água doce desde os primórdios da colonização. O rio Carioca tem suas nascentes nos morros do maciço da Tijuca. Desde o século XVI, suas águas foram utilizadas para o abastecimento do centro da cidade, tendo sido canalizadas na construção dos Arcos da Lapa, aqueduto terminado em 1750 e que fornecia água doce e limpa para os chafarizes e fontes, especialmente do Largo da Carioca, do Paço Imperial e da Praça XV. Porém, com o

passar do tempo, o leito do rio foi canalizado e suas lagoas foram drenadas. Durante as obras de remodelação e ampliação do centro da cidade, as águas passaram para o nível subterrâneo e desapareceram da vista dos cariocas. Sendo pequeno e frágil, o rio Carioca não resistiu ao processo de desenvolvimento da cidade. O abastecimento de água potável dos cariocas depende das águas do rio Guandu e da transposição do rio Paraíba do Sul.

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, também não possui nenhum grande rio em seu território. As duas principais bacias hidrográficas são as do Ribeirão Arrudas e do Ribeirão da Onça, os quais cortam a região mais urbanizada da cidade, área com cerca de três milhões de habitantes. No processo de adensamento, os córregos serviam para a drenagem dos esgotos e resíduos industriais, o que provocava sua morte biológica. A represa da Pampulha, pertencente à bacia do ribeirão da Onça, não possui condições de pesca nem de lazer aquático, devido à baixa qualidade da água. Toda a poluição dos ribeirões do Arrudas e Onça desaguam no rio das Velhas que leva a sujeira a jusante até o rio São Francisco. A maior fonte de água potável dos belorizontinos vem do Rio das Velhas a montante dos referidos ribeirões, sendo que, a cada dia, as fontes do velho rio são menos suficientes para o abastecimento da região metropolitana.

O que acontece nas três principais capitais do Sudeste se repete em outras grandes cidades do país. A degradação dos rios e a crise hídrica são fenômenos que se tornaram recorrentes e generalizados. Histórias locais de deterioração aliados aos processos globais de mudanças climáticas comprometem a continuidade do processo de desenvolvimento, imaginado pelos positivistas que participaram do sonho republicano de 1889. Mas o problema não se restringe ao meio urbano.

O Rio São Francisco – conhecido como o rio da integração nacional – é um dos mais afetados pelo processo de desmatamento, assoreamento e pela construção de barragens para as usinas hidrelétricas. O “Velho Chico”, como o rio é carinhosamente chamado, tem 2,7 mil quilômetros de extensão, corta cinco estados Brasileiros (MG, BA, PE, AL e SE) e sua bacia abarca 500 muni-

cípios, com uma população aproximada de 15 milhões de habitantes. Pela primeira vez na história, em 2014, a nascente do Rio São Francisco secou na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas. Esse desastre anunciado aconteceu por conta do desmatamento e do fogo, ambos eliminaram a vegetação que retém as águas e abastece os lençóis freáticos. O Parque Nacional da Serra da Canastra foi criado em 1972 com o objetivo de proteger uma área de 200 mil hectares, mas somente 71.525 hectares estão demarcados e parcialmente protegidos.

O rio pede socorro, mas em vez de um projeto de recuperação e revitalização, as políticas adotadas pelo Governo Federal propõe sugar mais água do leito, por meio da transposição, porém o volume de água segue diminuindo e o assoreamento aumentando. Um rio que outrora fora navegável tem se tornado, em várias ocasiões, uma pista de barro seco. A pesca predatória agrava a ameaça de extinção de peixes como o Surubim, o Dourado e outros peixes de piracema. A migração entre locais de alimentação e de reprodução é impedida pelas barragens hidrelétricas que são um dos principais obstáculos para a reprodução desses peixes.

O “Velho Chico” sofre com o assoreamento, o desmate das matas ciliares, a erosão, a sobreutilização das águas, os represamentos, a poluição dos esgotos e dos efluentes industriais, a contaminação de metais pesados e os agrotóxicos. Por ironia, a falta de água já compromete os grandes lagos das represas hidrelétricas que represam e impedem o livre fluxo das águas.

As atuais crises hídrica e energética do Brasil estão interligadas e são o resultado do desmatamento, da destruição das nascentes, do assoreamento e do desrespeito e sobre uso do livre fluxo das águas. Termelétricas usando combustíveis fósseis foram acionadas para compensar a queda da produção das hidrelétricas. O governo brasileiro que alardeia o orgulho de ter uma “matriz energética limpa” não tem sabido enfrentar a nova crise que atinge o país com a maior disponibilidade *per capita* de água doce do mundo. O plano de construir usinas hidrelétricas na Amazônia esbarra na resistência dos povos da floresta e na avaliação dos altos custos ambientais.

Não há dúvidas de que o Brasil precisa incrementar a produção e eficiência de sua matriz energética. O Brasil já é altamente dependente da energia hidrelétrica e a maioria dos investimentos previstos para o setor de energia são do mesmo tipo. Ocorre que todas as avaliações atuais sugerem redução significativa na disponibilidade hídrica nos próximos anos. O Brasil precisaria urgentemente acelerar os investimentos em energias renováveis, com inúmeras vantagens. Poderia haver também incentivos para a promoção de meios de aproveitamento por outras fontes naturais. Entretanto, nem os governos federais como os estaduais renunciam suas receitas tradicionais, deixando que a politicagem tradicional obstaculize a renovação da matriz energética e insista em projetos insustentáveis.

Desafios para a restauração ecológica no século XXI

A ideologia do desenvolvimento brasileiro – sucedânea do binômio “Ordem e Progresso”, pertencente aos positivistas que participaram da construção da República – aproxima-se de um impasse diante da trífurcação que dificulta a conciliação de uma política integrada para todo o território nacional. O Brasil encontra-se diante de um desafio triplo em função dos problemas econômicos, sociais e ambientais de um crescimento econômico não sustentado e não sustentável – por um lado, carece de sustentação ecológica e, por outro, carece de aumento da produtividade e justiça distributiva em sua arquitetura social.

O Brasil está envelhecendo antes de ficar rico, ou seja, o país caminha aceleradamente para uma estrutura etária típica dos países desenvolvidos, mas ainda não superou seus gargalos econômicos e sociais. A estrutura produtiva tem baixa produtividade e competitividade internacional, dificultando o crescimento da renda *per capita* e a sustentação de um amplo sistema de proteção social. O Brasil ainda não conseguiu criar um bom padrão para as políticas de educação, saúde e moradia, e pior, provavelmente desper-

diça as últimas chances de uma decolagem no desenvolvimento humano com a preservação ambiental.

Se nas áreas da sociedade e da economia as fronteiras são mais definidas, no espaço ambiental os problemas são gerais, pois o planeta é a nossa casa comum. Com o crescimento das atividades antrópicas, tem sido cada vez mais difícil conciliar o desenvolvimento com a preservação ecológica. A economia é parte da ecologia e, sem garantir a permanência das bases naturais que sustentam a civilização, compromete-se o bem-estar humano.

A emergência climática e a perda de biodiversidade são duas fronteiras planetárias que, se ultrapassadas, podem levar a um colapso ecológico sistêmico. Esses não são simplesmente problemas nacionais, mas desafios globais. As ondas letais de calor, as inundações, os ciclones, tufões e furacões, os eventos climáticos extremos, a crise hídrica e a elevação do nível dos oceanos colocam milhões de vidas em perigo e geram grandes prejuízos econômicos todos os anos.

A principal causa do aquecimento global é a crescente emissão de gases de efeito estufa (GEE) que aumentam a concentração de CO₂ na atmosfera. As Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima buscam articular as ações da governança global na área climática e a maioria dos países do mundo se comprometeram com os resultados do Acordo de Paris e da 26ª Conferência das Partes (COP26), ocorrida em Glasgow, em 2021. Para a redução das emissões de GEE o Brasil se comprometeu, dentre outras medidas, a diminuir o desmatamento, recuperar áreas degradadas, reduzir as emissões de CO₂ decorrentes da queima de combustíveis fósseis bem como as emissões de metano da pecuária.

Para atender as exigências ambientais do século XXI, o mundo precisa promover uma transição da matriz energética, substituindo a energia fóssil por energias renováveis, investir mais na agricultura orgânica, aumentar a eficiência energética e reduzir o desperdício assim como a poluição. Programas como o Green New Deal (Novo Acordo Verde) servem de baliza para a mudança do sistema de produção e consumo. O Brasil e o mundo necessitam ser sustentáveis ou não haverá futuro.

CAPÍTULO 7

Mercado de trabalho e desperdício do potencial produtivo da força de trabalho

A economia brasileira foi construída com base no trabalho escravo, na coerção, na desigualdade, no desincentivo ao aumento da produtividade e na restrição à livre iniciativa. O Brasil foi responsável por maior parte do tráfico de africanos do que qualquer outro país. No território nacional, a escravidão durou mais tempo do que em qualquer outra parte do Ocidente. A escravidão foi uma mácula que provocou muitos danos na população escravizada e contribuiu para deixar o país pobre (com renda *per capita* aquém do potencial), assim como atrasou seu desenvolvimento econômico e social.

A renda *per capita* brasileira não só estava abaixo da média global, como apresentou tendência de queda ao longo do século XIX. No mesmo período, o padrão de vida aumentava em diversas regiões do mundo onde o trabalho assalariado se ampliava e diversificava. Indubitavelmente, as relações escravistas de produção reduziram as perspectivas de crescimento econômico e atrasaram o processo de industrialização bem como o desenvolvimento social do país.

O trabalho compulsório de indígenas e negros, além de injusto por si só, contribuiu para gerar uma estrutura social hierarquizada, desigual, racista e sexista, que deixou marcas indelévels no longo prazo, tanto nas áreas econômicas e sociais, como no aspecto cultural e no tipo de sociedade que prevaleceu nos 200 anos da Independência.

A transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado começou antes mesmo do fim da escravidão, em 1888, pois em 1850 o tráfico internacional de escravos foi oficialmente encerrado e começou a haver certa escassez de mão de obra, uma vez que a taxa de mortalidade da população escrava era maior do que a taxa de natalidade (com uma tendência de decréscimo vegetativo). O censo demográfico de 1872 indicou uma população nacional de 10 milhões de habitantes e a existência de 1,5 milhões de escravos (15% da população total).

Evidentemente, havia uma população livre em grande parte envolvida em uma economia de subsistência, que não estava totalmente disponível para ampliar a oferta de mão de obra. As mulheres sempre mantiveram uma alta carga de trabalho dentro do domicílio, mas tinham muitas restrições à entrada no mercado de trabalho extradoméstico. Além do mais, a maior parte da população era analfabeta, em especial, as pessoas do sexo feminino.

Dessa forma, pode-se considerar que a ordem escravocrata não foi enterrada com a abolição, mas, em grande medida, teve vários de seus elementos constitutivos transferidos para o momento posterior, afetando a dinâmica do mercado de trabalho no longo prazo. Nesse sentido, o aumento da imigração internacional veio acrescentar novos elementos e complexificar o processo de mudança do regime de trabalho no Brasil.

Escravidão, transição para o trabalho assalariado e industrialização

A escravidão foi, evidentemente, uma instituição espúria, violenta e cruel que se manteve ativa durante mais de 300 anos, responsável pela escravização de milhões de indígenas e africanos, além de inviabilizar e retardar a possibilidade de um ambiente de maior justiça no desenvolvimento econômico e social do país. O Brasil recebeu cerca de 5 milhões de cativos africanos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América ao longo de três séculos e meio. Como resultado, o país tem hoje a maior população negra do planeta, com exceção apenas da Nigéria. Foi também, entre os países do Novo Mundo, o que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico de pessoas e o último a abolir o cativeiro, por meio da Lei Áurea de 1888 – quatro anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba (Gomes, 2019).

O trabalho compulsório e sem recompensas individuais, além de ser a violação de um direito humano, por definição, é menos produtivo e não contribui para a geração de um mercado consumidor dinâmico. Em *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre (2004) caracterizou o Brasil como uma civilização original, onde a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre as raças. Florestan Fernandes (2008), por outro lado, entendia que os obstáculos pelos quais passavam as populações negras eram de ordem social, cultural e estrutural.

O desenvolvimento econômico requer não apenas o crescimento econômico, como o crescimento da renda *per capita*, ou seja, aumento da produção de bens e serviços por trabalhador e uma melhor distribuição da riqueza. Isso só acontece, historicamente, quando há aumento da vida média dos trabalhadores, aumento da educação, melhoria das condições de trabalho e avanço da infraestrutura econômica e social, com aperfeiçoamento da ciência e tecnologia.

Como mostrou Adam Smith, na primeira frase de seu famoso livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776: "O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente". Infelizmente, o Brasil demorou muito para absorver os ensinamentos da economia política inglesa, pois o fim da escravidão no Brasil só ocorreu mais de um século após a publicação da obra clássica da ciência econômica.



Momentos depois da assinatura da Lei Áurea. Fonte: www.commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 11 abr. 2022.

Na distribuição setorial, cerca de dois terços da força de trabalho estava inserida em atividades rurais e agrárias, aproximadamente 25% nas atividades de serviço e menos de 10% nas atividades industriais e de extração mineral. No entanto, como mostrou Celso Furtado (1998), não havia oferta ilimitada de mão de obra naquele momento, pois a força de trabalho livre estava envolta em atividades de subsistência e havia muita dificuldade para a adaptação dos ex-escravos ao novo regime assalariado de trabalho. A migração interna foi capaz de garantir a migração de nordestinos para a produção de borracha na Amazônia e a produção de algodão no Ceará e no Maranhão.

Mas a grande novidade na segunda metade do século XIX foi o acelerado crescimento da produção cafeeira na região Sudeste, especialmente em São Paulo. Como mostrou Brito (2021), a solução foi recorrer à imigração internacional para resolver a questão da escassez relativa de mão de obra na segunda metade do século XIX. O governo paulista financiou a vinda de migrantes, especialmente da Europa e depois do Japão.

A cultura do café constituiu o principal motor da economia brasileira e o café se tornou principal produto de exportação e de geração de divisas. Pela forma de organização da produção, a cultura cafeeira possibilitou a expansão da pequena produção criando

um complexo produtivo e uma classe média produtora que foi fundamental para a constituição de um mercado interno. Segundo Cano (1977), o complexo cafeeiro incluía: 1) atividade principal que envolvia a plantação do café; 2) agricultura produtora de alimentos e matérias primas; 3) atividade industrial; 4) desenvolvimento do sistema ferroviário; 5) aumento do sistema bancário; 6) atividades de importação e exportação; 7) atividades para criação de infraestrutura; 8) participação do Estado nesse complexo.

A economia cafeeira se expandiu e gerou produção e renda transformando o estado de São Paulo no principal centro econômico do país, incentivando o processo de urbanização e a construção de ferrovias para o escoamento do café, que era direcionado à exportação principalmente pelo porto de Santos. Muitos migrantes estrangeiros que vieram para trabalhar na cultura do café não suportaram as precárias condições de trabalho e foram fundamentais para a expansão da indústria no século XX, já que tinham maior nível educacional e conhecimento dos processos industriais de seus países de origem.

A aliança entre Minas Gerais e São Paulo, reunindo a força do café com leite, predominou no período da República Velha (1889-1930) com base na estrutura de uma economia primário-exportadora, com pouca integração interna e muita dependência do dinamismo da economia internacional.



Contudo, a República Velha chegou ao fim com a chamada “Revolução de 1930”. A eleição do paulista Júlio Prestes, em março de 1930, rompeu com a alternância da presidência entre Minas Gerais e São Paulo e abriu espaço para o rompimento institucional com a velha ordem marcada pelo Estado oligárquico e a economia primário-exportadora. Getúlio Vargas conquistou o poder em outubro de 1930 e se manteve no comando até 1945 (antes de voltar pelo voto popular em 1950).

O governo Vargas foi marcado pela centralização, por uma maior presença do Estado, tanto na área econômica, quanto na área social, como a política trabalhista (criação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – e da legislação sindical) e as políticas educacionais e previdenciária. Acima de tudo, a nova configuração política de 1930 marcou o início do processo de aceleração da urbanização e industrialização, via processo de substituição de importações.

A urbanização e a industrialização são fenômenos geoeconômicos de perspectiva mais ampla, que possuem suas raízes no século XIX, avançaram nas primeiras décadas do século XX, mas aceleraram depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A primeira fase da industrialização foi marcada pela produção de bens de consumo. Os principais ramos industriais eram têxtil, alimentos e bebidas, vestuário e transporte. A segunda fase foi marcada pela indústria de base (cimento, ferro, aço, alumínio e outros bens intermediários). A terceira fase tem a ver com a indústria de bens de capital e com uma maior participação do setor industrial no Produto Interno Bruto.

Todo esse processo gerou, no longo prazo, uma enorme mudança no mercado de trabalho, já que a maioria dos empregos localizavam-se nas atividades primárias e agrícolas e se transferiram para os setores secundário (indústria) e terciário (serviços). As novas distribuições do emprego e a mudança na estrutura etária reconfiguraram a composição do mercado de trabalho na segunda metade do século XX.

A composição do mercado de trabalho e taxas de atividade por gênero

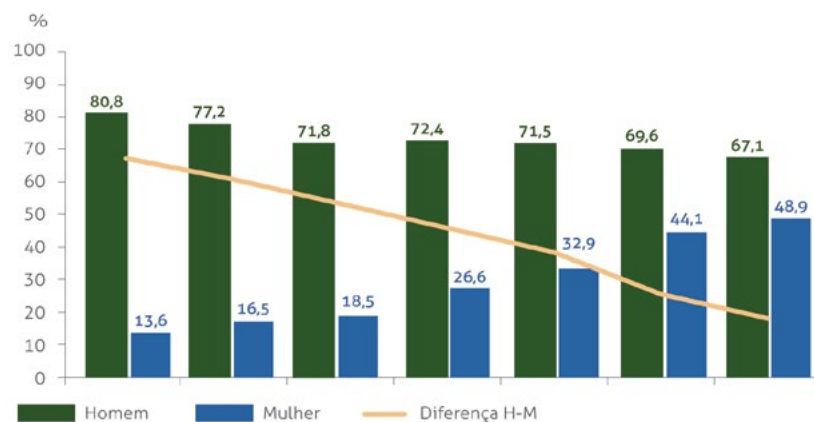
As transformações econômicas, urbanas e demográficas, especialmente o avanço dos níveis educacionais, tiveram impactos positivos no mercado de trabalho. O Brasil apresentou um grande crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) em seis décadas, como mostram os dados do censo demográfico do IBGE entre 1950 e 2010.

A PEA total passou de 17 milhões de pessoas, em 1950, para quase 93,5 milhões de pessoas, em 2010 (aumento de 5,5 vezes), conforme mostra o **gráfico 7.1**. A PEA masculina passou de 14,6 milhões para 52,8 milhões (incremento de 3,6 vezes), enquanto a PEA

feminina teve uma elevação extraordinária, passando de 2,5 milhões, em 1950, para 40,7 milhões, em 2010 (crescimento de 16,3 vezes). Parte dessa expansão deve-se a mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta do censo e das pesquisas domiciliares, mas a tendência de aumento de longo prazo é inegável e são as mulheres a principal força por detrás do crescimento da força de trabalho.

Analisando o comportamento das taxas de atividade para homens e mulheres, entre 1950 e 2010, observa-se a redução das taxas masculinas, que passaram de 80,8% em 1950 para 67,1% em 2010 e aumento das taxas femininas, que passaram de 13,6% para 48,9%, no mesmo período. A queda das taxas masculinas de participação na PEA foi muito acentuada. Por um lado, teve um lado positivo, pois os homens começaram a entrar mais tarde na força de trabalho (ficando mais tempo na escola) e começaram a sair mais cedo em função da aposentadoria. Por outro lado, a queda foi além do esperado e significa que em 2010 somente cerca de dois terços dos homens em idade de trabalhar estavam participando do mercado de trabalho.

Gráfico 7.1. Taxas de participação na PEA, por sexo, Brasil: 1950-2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1950-2010.

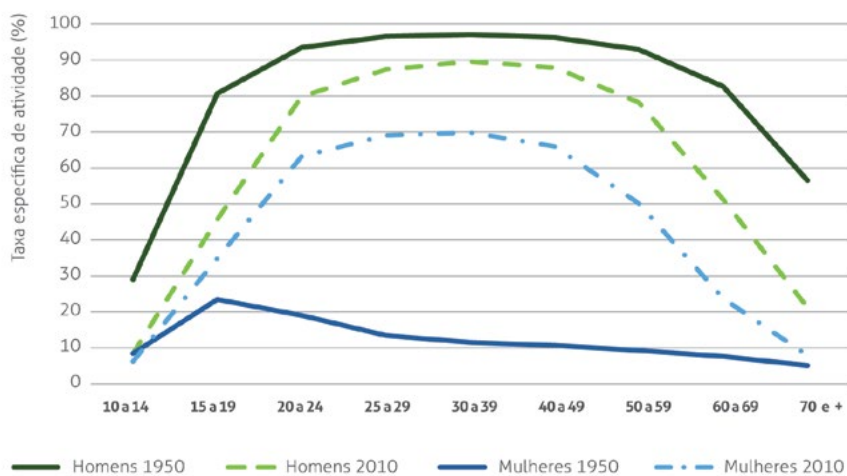
Todavia, o grande destaque foi o aumento da participação feminina na PEA que representou uma grande conquista histórica da sociedade e das mulheres brasileiras. Em meados do século XX, pouco mais de 1 em 10 mulheres em idade ativa estavam no mercado de trabalho e por volta de 1972, no ano do sesquicentenário da Independência, apenas 2 em 10 mulheres em idade ativa estavam inseridas no mercado de trabalho. Mas este quadro de exclusão mudou

rapidamente a partir de 1970 (quando começa o 1º bônus demográfico) e taxa de participação feminina em 2010 quase triplicou. A linha do **gráfico 7.1** mostra a tendência de decréscimo do hiato de gênero, já que houve um processo de convergência no nível de inserção de ambos os sexos na população economicamente ativa entre 1950 e 2010.

Cabe destacar que aumento das taxas de atividade femininas ocorreu em todas as idades, conforme mostra o **gráfico 7.2**. As diferenças de gênero nas taxas de atividades eram muito grandes em 1950 (linhas cheias) e diminuíram muito em 2010 (linhas pontilhadas). Nota-se que a curva de inserção feminina de 1950 tinha a cúspide na idade 15-19, caindo para as idades posteriores. Isto quer dizer que as mulheres entravam no mercado de trabalho em proporção muito menor do que os homens e saíam depois do casamento, apresentando taxas de atividade muito baixas a partir dos 20 anos.

Porém, ao longo das últimas décadas, as taxas de atividade feminina continuaram crescendo até o grupo etário 30-39 anos, só apresentando uma tendência de queda rápida a partir dos 49 anos. Em outras palavras, o padrão das taxas específicas de atividade de homens e mulheres ficaram mais parecidas ao longo das últimas seis décadas, havendo apenas uma diferença de nível. Sendo assim, o padrão da inserção no mercado de trabalho, por sexo, torna-se cada vez mais parecido, mas, devido a divisão sexual do trabalho, as mulheres continuam com menor participação nas atividades produtivas e nas atividades remuneradas, embora com maior presença no trabalho doméstico não remunerado.

Gráfico 7.2. Taxas de Atividades Específicas masculinas e femininas, Brasil: 1950 e 2010



Fonte: IBGE, 1950-2010.

Evidentemente, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não eliminou os problemas de segregação ocupacional e discriminação salarial, embora estes tenham sido abrandados. Nos estudos de gênero, além da análise das taxas de atividade e da segregação ocupacional, outro aspecto importante é o olhar sobre os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres e a questão da discriminação salarial. Como as mulheres vivem mais do que os homens e possuem um grau de escolaridade mais elevado, era de se esperar que as diferenças entre os rendimentos entre os sexos fossem reduzidas com o tempo. O rendimento é uma das principais variáveis para se mensurar a autonomia feminina e o hiato de gênero, já que a renda, principalmente aquela decorrente do trabalho, é fonte de bem-estar das mulheres e um indicador de desigualdade social.

O relatório Estatísticas de Gênero (IBGE, 2014) mostra que 19,4% dos homens e 30,4% das mulheres de 16 anos ou mais de idade não tinham qualquer tipo de rendimento. Juntamente com o aumento da chefia feminina em famílias monoparentais, esse é um indicador do chamado fenômeno da “feminização da pobreza”, termo polissêmico e que mostra que as mulheres estão sobrerrepresentadas na situação de pobreza. Outros diferenciais, como menos horas de trabalho remunerado e ocupações de menor prestígio também contribuem para explicar as desigualdades salariais.

A **tabela 7.1** mostra que os diferenciais do rendimento médio mensal entre homens e mulheres são elevados em todas as regiões do Brasil, mas se reduziram um pouco na primeira década do século XXI. As mulheres recebiam 65% do rendimento dos homens em 2000 e passaram para 68% em 2010. Na região Sudeste o diferencial de gênero é pouco maior do que na região Norte, mas as mulheres no Sudeste ganhavam R\$ 1.271,00 por mês em 2010, o que era maior do que o rendimento dos homens (R\$ 1.221,00) da região Norte. Já o rendimento das mulheres no Nordeste (R\$ 716,00), em 2010, era apenas 56% do rendimento das mulheres no Sudeste. De outra maneira, considerando a variável geográfica, os diferenciais intramulheres foram maiores do que os diferenciais de gênero.

Além de terem menores taxas de atividade e menores níveis de rendimento, as mulheres brasileiras possuem maiores taxas de desemprego, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE. Acompanhando a série histórica percebe-se que as mulheres tinham taxas mensais de desemprego entre 15% e 16% no período de março de 2002 e abril de 2004, enquanto os homens tinham taxas em torno de 10%, nas regiões metropolitanas pesquisadas. De 2004 a 2014 as taxas de desemprego caíram para ambos os sexos e chegaram a 3,8% para os homens e 5% para as mulheres em dezembro de 2014. Em outros termos, o desemprego caiu, mas o diferencial de gênero não desapareceu.

Tabela 7.1. Rendimento médio real mensal, de todas as fontes, das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões: 2000-2010

Grandes Regiões	2000 (1)			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1.253	1.471	959	1.340	1.587	1.074
Norte	973	1.092	776	1.048	1.221	846
Nordeste	760	864	623	881	1.053	716
Sudeste	1.514	1.792	1.147	1.575	1.847	1.271
Sul	1.293	1.550	947	1.431	1.693	1.142
Centro-Oeste	1.392	1.621	1.059	1.586	1.835	1.293

Fonte: IBGE, censos demográficos 2000 e 2010.



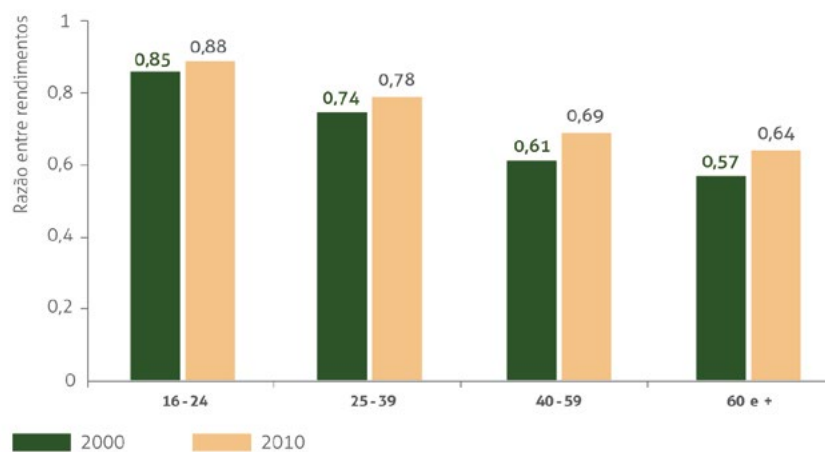
Entre os jovens, o desemprego é mais elevado. Além disso, existe outro fenômeno que afeta principalmente a juventude e as mulheres. Trata-se dos jovens que nem estudam nem trabalham, comumente conhecidos como “geração nem-nem”. Segundo o relatório Síntese de Indicadores Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) havia cerca de 10 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam no Brasil em 2013. Destes, por volta de 70% eram mulheres (IBGE, 2014).

Além dos diferenciais observados nas taxas de atividade, a inserção de homens e mulheres é bastante diferenciada quanto à ocupação que exercem no mercado de trabalho. Em 2012, apesar de, predominantemente, homens e mulheres estarem inseridos na categoria de empregado com carteira assinada (43% dos homens e 36% das mulheres ocupados com mais de 16 anos) e em segundo lugar como trabalhadores por conta própria (25% dos homens e 16% das mulheres), as mulheres, praticamente sozinhas, se ocuparam do emprego doméstico (15% das mulheres para somente 1% dos homens). Sobre o emprego doméstico, observa-se que este é ainda mais presente para as mulheres negras, as quais chegam a ter uma proporção quase duas vezes maior do que as mulheres brancas, 19% das negras contra 11% das brancas (IPEA, 2014). Isso, associado ao fato de que a maior taxa de participação na ocupação das mulheres pobres é a prestação de serviços, contribui para maior vulnerabilidade feminina no mercado de trabalho, pois são ocupações com as piores remunerações das atividades econômicas e maior precariedade do trabalho. Não bastasse isso, as mulheres também estão mais presentes na informalidade.

Apesar do aumento progressivo da taxa de formalização (50,5%, em 2000 para 57,9%, em 2010 entre mulheres ocupadas de 16 anos ou mais), esse foi inferior entre as mulheres do que o observado para os homens, os quais apresentam uma taxa de formalização de 59%. É importante destacar que essa formalização ocorreu de forma mais intensa entre os jovens e os trabalhadores negros de ambos os sexos, grupos com os menores crescimentos percentuais da taxa de atividade (IBGE, 2014). O aumento da formalização revela melhorias na qualidade dos empregos, mas também apontam para especificidades importantes, que acabam por existir entre e intra homens e mulheres.

Considerando os diferenciais de rendimentos por geração e gênero, o **gráfico 7.3** mostra que eles se reduziram na última década, mas manteve-se o padrão de aumento com a idade. Enquanto as mulheres de 16 a 24 anos recebiam 88% do rendimento dos homens em 2010, as mulheres com 60 anos e mais recebiam somente 64% do rendimento dos homens do mesmo grupo de idade. A menor diferença de gênero entre os jovens pode significar que as desigualdades de gênero estão diminuindo em termos intergeracionais ou que, ao longo do ciclo de vida, as mulheres tendam a investir menos nas carreiras devido à “dupla jornada de trabalho” e, com o tempo, percam possíveis vantagens remuneratórias. Contudo, só pesquisas longitudinais poderiam esclarecer essa questão.

Gráfico 7.3. Razão entre os rendimentos médios mensal, de todos os trabalhos, de mulheres e homens ocupados de 16 anos ou mais de idade, por grupos de idade, Brasil: 2000-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.
Nota: Excluídas as pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimentos.

Os dados anteriores mostram que, embora as diferenças de gênero tenham diminuído ao longo dos anos, ainda persistem fortes desigualdades no mercado de trabalho. Para completar o quadro de análise é preciso considerar a política de previdência social, que pode ter o poder de amenizar essas desigualdades. A **Tabela 7.2** mostra que, mesmo sendo um contingente minoritário no mercado de trabalho, as mulheres predominam entre a população coberta pela previdência social. Considerando-se somente os aposentados, os homens são

maioria, passando de 7,6 milhões, em 2001, para 9,3 milhões, em 2009. Entre os pensionistas, as mulheres são ampla maioria, passando de 3,7 milhões, em 2001, para 4,3 milhões, em 2009. Somando-se os aposentados e pensionistas, as mulheres eram 10,2 milhões em 2001 e passaram para 13,1 milhões em 2009, enquanto os homens correspondiam a 8,1 milhões e 10,2 milhões, respectivamente.

Entre as pessoas que acumulam aposentadoria e pensão, o sexo feminino também predomina e as mulheres já somavam 1,6 milhão de pessoas nesta situação, em 2009. Pode-se considerar que a política previdenciária brasileira tem um desenho pró-mulher, já que o sexo feminino, em média, contribui por menos tempo e passa mais tempo na situação de beneficiárias, seja como aposentadas ou pensionistas. Portanto, de certa forma, a maior cobertura feminina e os maiores benefícios (por exemplo, a acumulação de benefícios de aposentadoria e pensão) compensam, pelo menos em parte, as diferenças salariais no mercado de trabalho.

Tabela 7.2. Número de pessoas aposentadas e/ou pensionistas (em milhares), segundo sexo, Brasil: 2001, 2007 e 2013

Categorias	Sexo	2001	2007	2013
Total de aposentados e pensionistas	Homem	8.065	9.623	11.533
	Mulher	10.232	12.503	15.235
	Total	18.296	22.126	26.768
Somente aposentados	Homem	7.627	8.771	10.649
	Mulher	5.625	6.502	9.220
	Total	13.252	15.273	19.869
Somente pensionistas	Homem	341	642	564
	Mulher	3.718	4.651	4.139
	Total	4.059	5.292	4.703
Aposentados e pensionistas	Homem	97	210	320
	Mulher	889	1.351	1.876
	Total	986	1.561	2.196

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001, 2007 e 2013.

As desigualdades de gênero muito se reduziram no mercado de trabalho brasileiro nas últimas seis décadas, embora ainda houvesse grande segregação ocupacional e discriminação salarial. Uma situação de equidade de gênero e de justiça na distribuição do tempo entre atividades produtivas e reprodutivas ainda é uma perspectiva distante.

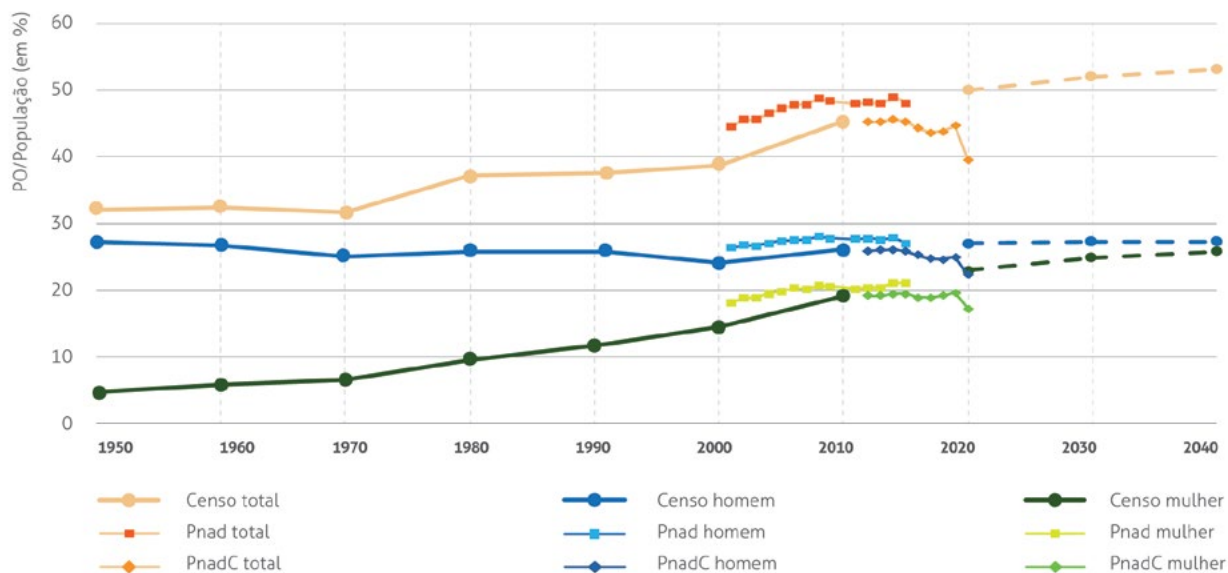
Sem dúvida, o mercado de trabalho brasileiro, a despeito de algumas crises conjunturais, apresentou um dinamismo muito forte entre 1950 e 2010. Além de apresentar taxas de ocupação em crescimento, conseguiu expressivos aumentos das taxas de atividade das mulheres e uma redução das desigualdades de gênero.

Entre os anos de 2002 e 2014, o estoque de empregos formais passou de 23 milhões de trabalhadores para 41,6 milhões, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O ganho foi expressivo embora o emprego formal representasse menos de 50% da força de trabalho brasileira em 2014, que foi o ano com maior volume de empregados no setor formal. Contudo, a situação mudou e o desempenho do mercado de trabalho foi decepcionante, pois o emprego formal caiu para 38 milhões de trabalhadores em 2016 e se manteve abaixo de 40 milhões nos anos seguintes, voltando ao patamar de 2014 somente em 2022.

Panorama do mercado de trabalho 1950-2040: ganhos e perdas do bônus demográfico

Para sintetizar a situação do mercado de trabalho, o **gráfico 7.4** mostra a evolução da relação entre a população ocupada total (e por sexo) em relação ao conjunto da população brasileira de 1950 a 2020, com projeção até 2040, com base em três fontes de dados do IBGE.

Analisando-se os dados dos censos demográficos, o conjunto dos ocupados (homens + mulheres) em relação à população total caiu ligeiramente de 32% em 1950 para 31,7% em 1970. Isso ocorreu porque houve um pequeno rejuvenescimento da estrutura etária brasileira nesse período, pois as taxas de mortalidade infantil caíram, enquanto as taxas de fecundidade continuaram altas. Porém, a taxa de ocupação da população total deu um salto para 45,3% em 2010, significando que, entre 1970 e 2010, houve uma ampliação do volume da força de trabalho no Brasil.

Gráfico 7.4. População ocupada (PO) sobre a População Total (PT), por sexo, Brasil: 1950-2040

Fonte: IBGE, censos demográficos (1950-2010), PNAD (1999-2015) e PNADC (2º tri 2012-2020).

Nota: Projeções para as séries de 2020 a 2040.

Esse período vantajoso para a economia e para o avanço social é conhecido como janela de oportunidade ou 1º bônus demográfico, pois é um momento de melhora na relação entre “produtores líquidos” potenciais e “consumidores líquidos”. Como mostrou Turra (2018), o bônus demográfico deve ser avaliado pela relação entre trabalhadores efetivos (população ocupada) e consumidores efetivos (população não ocupada): “Durante a transição demográfica, espera-se que o crescimento relativo da população em idade ativa (PIA) amplie a disponibilidade de produtores efetivos em relação aos consumidores efetivos” (TURRA, 2018, p. 292).

A particularidade do Brasil é que a população ocupada masculina em relação à população total do país ficou praticamente constante, em torno de 27% entre 1950 e 2010. Já a população ocupada feminina em relação à população total cresceu de 4,7% em 1950 para 19,2% em 2010, mostrando que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi o principal componente da expansão da força de trabalho. Por isso se diz que o bônus demográfico no Brasil é um bônus feminino, pois a inserção de um contingente maior de mulheres significa maior produção total e, sendo mulheres com níveis educacionais mais elevados, significa maior produtividade.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) também mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava aumentando entre 2001 e 2014 (2015 já teve uma pequena queda). Da mesma forma, os dados da PNAD Contínua, para o segundo trimestre do ano, mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava aumentando até 2014, quando ficou em 45,6%.

Dessa forma, entre 1970 e 2015, o Brasil aproveitava o momento favorável da estrutura etária, no caminho de atingir melhores níveis de renda e de bem-estar. Porém, não foi um aproveitamento total, pois o valor de 45,6% não chegou perto do que ocorreu na China e no Vietnã, países que atingiram uma taxa de ocupação próxima de 60% da população total no auge do 1º bônus demográfico. De fato, houve uma melhora no mercado de trabalho, mas os antigos problemas estruturais brasileiros continuaram inviabilizando um aproveitamento completo do potencial produtivo da população brasileira.

Para piorar a situação, o quadro mudou completamente com a recessão econômica e a crise no mercado de trabalho a partir de 2014. Além da crise no mercado formal, os dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, mostram que a piora foi ampla, geral e irrestrita.

A **tabela 7.3** mostra que a população ocupada (PO) no meio do ano de 2014 era de 91,5 milhões de pessoas, o que representava 56,7% da população em idade ativa (PIA) e 45,7% da população total (PT). Nota-se que havia 6,8 milhões de pessoas procurando emprego e um montante de 16,7 milhões de pessoas consideradas subutilizadas. Dessa forma, havia 109,7 milhões de pessoas não ocupadas, representando 54,5% da população nacional do trimestre jun-jul-ago de 2014. As condições do mercado de trabalho pioraram muito em 2015 e 2016, quase voltando para o patamar de 2014 somente em 2019.

Lastimavelmente, a deterioração do mercado de trabalho aumentou muito em 2020, com o quadro geral piorando acentuadamente com a pandemia da Covid-19. A população ocupada no trimestre jun-jul-ago de 2020 foi de somente 81,7 milhões de pessoas, representando apenas 38,4% da população total de 212,7 milhões de brasileiros, portanto, voltando aos níveis de 1980. A população subutilizada ultrapassou o montante de 33 milhões de pessoas e 61,6% da população nacional não estava ocupada.

Tabela 7.3. População Total (PT), População em Idade Ativa (PIA), População Ocupada (PO) e indicadores do mercado de trabalho, Brasil: jun-jul-ago de 2014, 2019, 2020 e 2021

População e força de trabalho (em milhares)	jun-jul-ago 2014	jun-jul-ago 2019	jun-jul-ago 2020	jun-jul-ago 2021
População total - PT	201 214	209 544	212 681	212 681
Pessoas de 14 anos ou mais de idade - PIA	161 376	171 123	177 215	177 215
Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas - PO	91 465	93 631	81 666	90 188
Pessoas de 14 anos ou mais desempregada	6 752	12 565	13 794	13 755
Pessoas de 14 anos ou + na força de trabalho, PEA	98 217	106 196	95 460	103 943
População subutilizada	16 672	27 810	33 295	31 100
População não ocupada	109 749	115 913	131 015	122 493
Pessoas de 14 anos ou + ocupadas sobre PIA (%)	56,7	54,7	46,1	50,9
Pessoas de 14 anos ou + ocupadas sobre PT (%)	45,5	44,7	38,4	42,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

“Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros”

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) # 8

Em outras palavras, a capacidade de geração de renda fica muito prejudicada com um volume de 60% dos brasileiros sem uma ocupação efetiva. Todos os países que aproveitaram verdadeiramente o 1º bônus demográfico tiveram no mínimo 50% da população ocupada e, nos casos mais bem sucedidos, esse percentual chegou próximo de 60%. Para efeito de comparação, os 31,1 milhões de brasileiros desempregados ou subutilizados em 2021 correspondem ao conjunto da força de trabalho de Portugal e Espanha. Isso significa que o Brasil está desperdiçando o potencial produtivo de uma Península Ibérica.

Vale lembrar novamente que o trabalho é um direito e a fonte de riqueza das nações. O Art. 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, afirma que: *“Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual”*. Nesse sentido, o desemprego em massa é um fenômeno que agride os direitos humanos assim como compromete o desenvolvimento do país. Logo, uma política de emprego atende não somente aos direitos humanos de todos os habitantes, como também cria a possibilidade de maior geração de riqueza e maior bem-estar para todos.

Para o aproveitamento do 1º bônus demográfico não basta apenas o aumento da proporção da população ocupada. Mesmo sendo essencial a inserção produtiva da maioria dos habitantes, também é fundamental a implementação de três políticas públicas: saúde, educação e infraestrutura de transporte e comunicação. Além do pleno emprego e trabalho decente, a população trabalhadora precisa ser saudável, ter alto nível educacional e ter boa mobilidade espacial, com acesso à informação e ao aprendizado contínuo.

Por tudo isso, fica evidente que o Brasil precisa de uma política universal para garantir o direito ao trabalho e superar os gargalos históricos que dificultaram o pleno aproveitamento do potencial produtivo da população brasileira. Essa tarefa é urgente, pois o prazo para aproveitar o 1º bônus demográfico está se esgotando. A experiência internacional mostra que o grande salto para enriquecer a população só acontece, em geral, antes da estrutura etária envelhecer. O país que não aproveita a janela de oportunidade tende a ficar preso eternamente na armadilha da renda média.

Para efetivar o destino de “País do futuro”, o Brasil precisa redirecionar o rumo do seu desenvolvimento e aproveitar os momentos de reflexão das comemorações dos 200 anos da Independência para encontrar o caminho do desenvolvimento sustentado e sustentável. No próximo capítulo, discutiremos as perspectivas futuras e avaliaremos as possibilidades de avanços econômicos, sociais e ambientais para o país para as próximas décadas.

CAPÍTULO 8

O cenário dos 200 anos da Independência e perspectivas futuras

Nunca é demais repetir que o Brasil passou por grandes transformações nos 200 anos da Independência. Mas o fim da história ainda está distante e novas mudanças ocorrerão nas próximas décadas. O Brasil teve uma grande conquista com a transição demográfica. Em primeiro lugar, a queda da taxa de mortalidade evitou a continuidade das mortes precoces, fato absolutamente extraordinário e que é a base de todas as outras conquistas. Não há país desenvolvido com alta mortalidade infantil. A expectativa de vida ao nascer, que estava abaixo de 30 anos no final do século XIX, ultrapassou 75 anos em 2019. A maior longevidade da população é essencial para o acúmulo do capital humano e o aumento da produtividade geral da economia.

Em segundo lugar, a queda da taxa de fecundidade foi acompanhada de uma mudança cultural fundamental, pois as mulheres e os casais mudaram o investimento na formação das famílias e, ao invés da quantidade, passaram a investir na qualidade de vida dos filhos. Houve uma mudança no fluxo intergeracional de riqueza que beneficiou toda a sociedade, pois as novas gerações se beneficiaram dos investimentos feitos pelas gerações anteriores (ALVES, 1994). A base para o progresso de qualquer nação, no longo prazo, é ter filhos com melhores perspectivas do que as de seus pais e avós.

Logo, a redução das taxas de mortalidade e natalidade está entre as maiores conquistas do bicentenário da Independência. A transição demográfica é um fenômeno por excelência da modernidade e acontece de maneira sincrônica com o desenvolvimento socioeconômico. Esse novo padrão demográfico é, inexoravelmente, acompanhado por uma transição da estrutura etária que, por sua vez, gera uma janela de oportunidade que favorece o desenvolvimento humano e possibilita um salto na qualidade de vida de toda a população. O Brasil teve cinco décadas extremamente favoráveis, do ponto de vista demográfico e econômico, quando a PIA (pessoas em idade ativa) cresceu em ritmo mais rápido do que a população total até o quinquênio 2015-20.

Mas a janela de oportunidades atingiu sua abertura máxima exatamente no quarto quinquênio do século XXI. A data comemorativa dos 200 anos da Independência coincide, aproximadamente, com o período em que a janela começa a se fechar. Nos próximos anos, o número de pessoas em idade ativa continuará a crescer, mas em ritmo cada vez menor até a janela se fechar definitivamente por volta de 2040. O Brasil tem uma vantagem comparativa em relação à média mundial, pois a Razão de Dependência brasileira permanecerá abaixo da RD global pelo menos até a década de 2040.

As últimas projeções da população brasileira foram divulgadas pelo IBGE, em 2018, e não foram atualizadas por conta do adiamento do censo demográfico. Novas projeções que levem em consideração os efeitos da pandemia da Covid-19 serão feitas apenas depois da divulgação dos resultados do censo demográfico de 2022.

Porém, mesmo sem ter uma data muito exata, podemos dizer que a população em idade ativa no Brasil continuará crescendo até por volta de 2035 e, portanto, a janela de oportunidade se fechará, encerrando esse ciclo histórico de transformação da estrutura etária. Esse momento marcará o fim do 1º bônus demográfico, pois, a partir da segunda metade da década de 2030, a PIA terá decréscimo não só relativo, mas também absoluto.

Em resumo, a janela de oportunidade demográfica começou a se abrir no início da década de 1970, chegou em sua abertura máxima no quinquênio 2015-20 e deve se fechar definitivamente no quinquênio 2035-40. Grosso modo, podemos dizer que o 1º bônus demográfico brasileiro cobre o período compreendido entre 1970 e, no máximo, 2040.

Evidentemente, essas datas estão sujeitas às revisões periódicas, em função das alterações na dinâmica demográfica. A pandemia da Covid-19 provocou o aumento da mortalidade e a diminuição da natalidade em 2020 e 2021. Mesmo que o impacto do novo coronavírus seja menor em 2022, a perspectiva atual é que o fim do 1º bônus demográfico brasileiro possa ocorrer um pouco mais cedo. De qualquer forma, a fase em que a demografia oferece um estímulo à economia aproxima-se de seu fim. O progresso econômico e social terá de contar com outros fatores de impulsionamento, em especial, com o 2º e o 3º bônus demográfico.

O 2º bônus demográfico e o aumento das taxas de poupança e investimento

Como vimos, o 1º bônus demográfico é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, mas trata-se de um fenômeno passageiro, pois tem data de começo e término. A temporalidade do 1º bônus é determinada pela mudança da estrutura etária e ocorre depois que o país abandona a estrutura etária rejuvenescida e antes de ocorrer a estrutura envelhecida. Cobre um espaço de tempo, de modo geral, entre 50 e 70 anos.

No 1º bônus, há dois fatores positivos para o aumento da renda *per capita* e a melhoria do padrão de vida: 1) aumento quantitativo da proporção da população ocupada, denominada razão de suporte; 2) aumento qualitativo da população ocupada em função do aumento dos níveis educacionais e dos avanços científicos e tecnológicos que propiciam o crescimento da produtividade dos fatores de produção. O 1º bônus chega ao fim quando diminui a razão de suporte e termina o efeito puro decorrente da estrutura etária.

Mas o 2º bônus demográfico é definido apenas pelo efeito da produtividade e acontece independentemente do benefício temporário da estrutura etária. Em outros termos, mesmo com o aumento do percentual de idosos na população total – fenômeno conhecido como envelhecimento populacional – poderá haver benefícios econômicos se o país conseguir elevar as taxas de poupança e investimento para gerar um impacto indefinidamente positivo em função dos maiores níveis de produtividade da força de trabalho.

A figura 8.1 mostra os componentes do 1º e do 2º bônus demográfico. O aumento da renda *per capita*, Produto Interno Bruto dividido pela População Total (PIB/PT), pode ocorrer em função de dois componentes. O aumento do coeficiente (PO/PT) representa o 1º bônus na medida em que existe maior número de pessoas ocupadas (PO) sobre a população total (PT). A partir do final da década de 2030, esse componente será decrescente, indicando o fim do 1º bônus. Mas o segundo componente (PIB/PO) pode crescer indefinidamente, pois uma população ocupada mais produtiva pode resultar em crescimento do PIB, mesmo com diminuição do número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho. Evidentemente, uma população ocupada mais produtiva requer maiores investimentos em volume de capital físico, com avanço da ciência e tecnologia, e aumento do capital humano via elevação quantitativa e qualitativa da educação.

Figura 8.1. 1º e 2º Bônus Demográfico

$$\frac{\text{PIB}}{\text{PT}} = \frac{\text{PO}}{\text{PT}} \times \frac{\text{PIB}}{\text{PO}}$$

↓
↓
↓

Renda
per capita
Razão de suporte
(1º bônus)
Produtividade
(2º bônus)

PO = População ocupada PT = População total



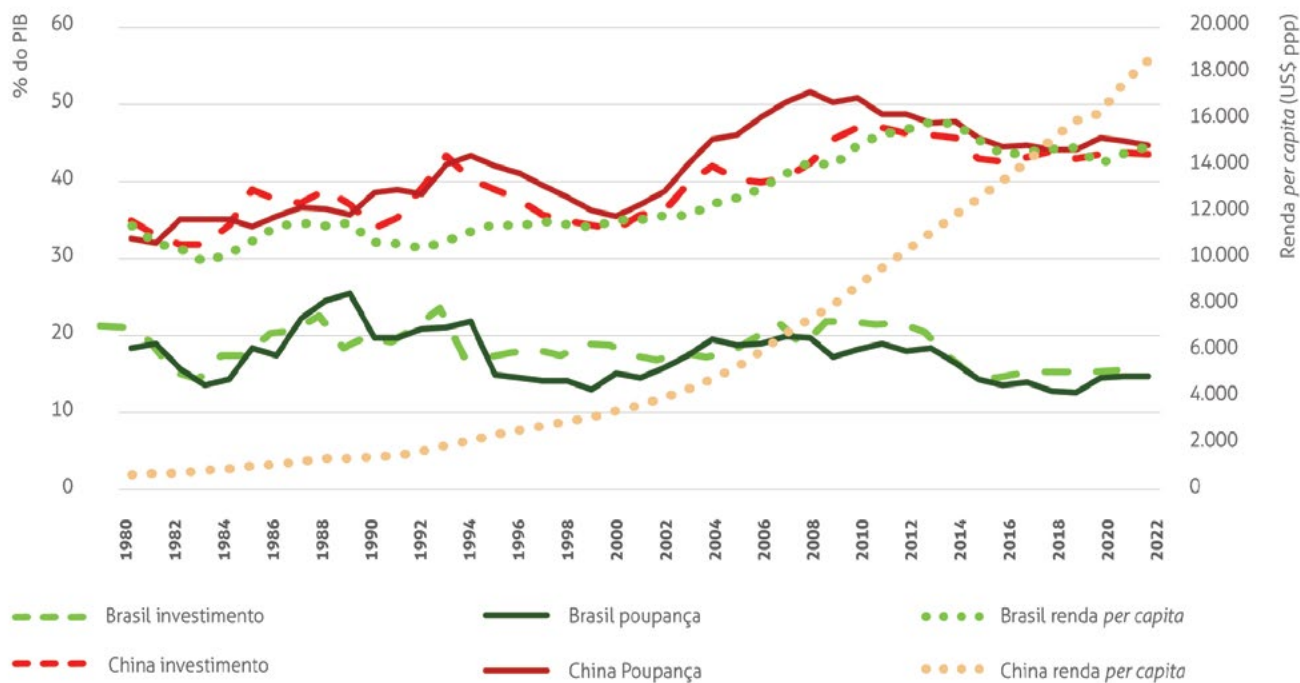
Fonte: www.envatoelements.com/. Acesso em: 11 abr. 2022.

A produtividade econômica cresce com o aumento das taxas de poupança e investimento. O **gráfico 8.1**, com base nos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), mostra que as taxas brasileiras de poupança e de investimento são, consistentemente, muito abaixo das taxas chinesas. Em 1980, o Brasil tinha uma renda *per capita* (em poder de paridade de compra – ppp) de US\$ 11,4 mil, uma taxa de poupança de 18,3% do PIB e uma taxa de investimento de 21,3% do PIB. No mesmo ano, a China tinha uma renda *per capita* bem menor, de US\$ 674 (17 vezes menor), mas uma taxa de poupança de 32,6% do PIB e uma taxa de investimento de 35% do PIB. Chama a atenção que a China já tinha taxas de poupança e investimento muito altas para o nível de renda da época, enquanto o Brasil tinha taxas relativamente baixas para o nível de renda prevalecente na década de 1980.

Com altas taxas de poupança e investimento, a China garantiu um expressivo crescimento econômico nos últimos 40 anos, operando os fundamentos macroeconômicos em situação de pleno emprego, aumentando a capacidade produtiva do país, com aumentos consideráveis de produtividade. Dessa forma, com uma renda *per capita* US\$ 22,6 mil, em 2022, a China já tem um rendimento médio 25% superior ao rendimento médio brasileiro. Além de todo o esforço já realizado, o país asiático mantém taxas de poupança e investimento, respectivamente, acima de 40% do PIB na década de 2020.

O Brasil, ao contrário, não conseguiu superar as baixas taxas de poupança e investimento prevalecentes na década de 1980, não ultrapassou 25% do PIB nos melhores momentos dos últimos 40 anos e chegou em 2022, com taxa de poupança de somente 17,4% do PIB e taxa de investimento de 18,7% do PIB. Não é de se estranhar que a renda *per capita* tenha apresentado variação muito pequena nos últimos 42 anos e que esteja estagnada na última década.

Portanto, a China aproveitou o 1º bônus demográfico e, ao mesmo tempo, tem aproveitado também o 2º bônus demográfico. Os dados mostram que as taxas de poupança e investimento eram altas na China mesmo quando a renda *per capita* era

Gráfico 8.1. Taxa de poupança e investimento e renda *per capita*, Brasil e China: 1980-2022


Fonte: FMI/WEO, abril de 2021.

muito baixa, colocando em questão a ideia de que países pobres não possuem capacidade de poupança. A China também coloca em xeque a ideia de que o investimento precede a poupança. O gigante asiático se mostrou capaz de ampliar a estrutura produtiva em termos horizontais, se transformando na “fábrica do mundo”, mas também avançou em termos verticais, provendo um aperfeiçoamento tecnológico de toda a manufatura.

O desafio chinês da atualidade não passa por um dilema do tipo indústria *versus* serviços, como caracteriza a maioria dos países ocidentais. O último plano quinquenal do governo chinês busca incorporar tecnologias de internet industrial à robusta base industrial, especialmente robótica, automação e inteligência arti-

ficial, para manter ganhos de produtividade e competitividade e evitar a desindustrialização do país.

A China tem trilhado o caminho que possibilita o crescimento contínuo da renda *per capita*, saindo da classificação de país pobre para país de renda média e caminhando para o clube dos países ricos. O Brasil também conseguiu sair da situação de pobreza e entrar no clube dos países com renda intermediária. Porém, com baixas taxas de poupança e investimento não terá condições de garantir um aperfeiçoamento da estrutura produtiva e de aumento da produtividade do trabalho, podendo ficar preso na chamada “armadilha da renda média”.

O 3º bônus demográfico e o envelhecimento ativo

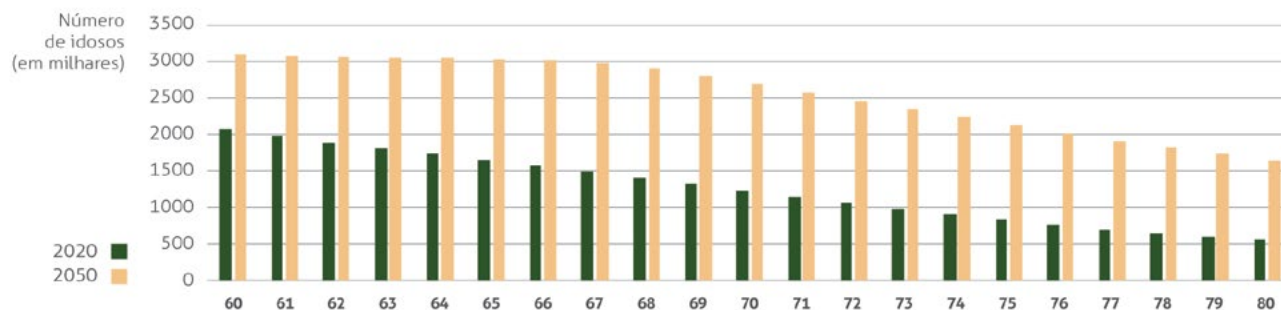
Além do 1º bônus demográfico (que ocorre principalmente em função do aumento da proporção da população em idade ativa 15 a 59 anos) e do 2º bônus demográfico (que ocorre em função do aumento da produtividade dos fatores de produção), há também a possibilidade de um 3º bônus demográfico que pode ser aproveitado com o processo de envelhecimento populacional.

O artigo *Population Aging and the Three Demographic Dividends in Asia*, de Ogawa et. al. (2021), mostra que é possível aproveitar o 3º bônus demográfico em função do aproveitamento do potencial de inserção da população idosa no mercado de trabalho, que tem o efeito de contrabalançar a diminuição da PIA. Assim, em países que envelheceram antes de enriquecer, o processo de envelhecimento não implica necessariamente em cair na armadilha da renda média, se houver um processo de envelhecimento saudável e ativo, aproveitando as novas configurações do trabalho no século XXI.

O **gráfico 8.2** mostra a evolução do número de idosos em cada idade simples de 60 a 80 anos, entre 2020 e 2050 no Brasil. Em 2020, havia 2,1 milhões Idosos com 60 anos, 1,3 milhão de idosos com 70 anos e 549 mil idosos com 80 anos. As projeções para 2050 indicam 3,1 milhões de idosos de 60 anos, 2,7 milhões de idosos de 70 anos e 1,7 milhão de idosos de 80 anos. No conjunto, a quantidade de idosos de 60 a 80 anos deve passar de 26,2 milhões de pessoas em 2020 para 53,6 milhões em 2050. Logo, a quantidade de idosos nessa faixa etária vai mais que dobrar nos próximos 30 anos. Muitos idosos permanecem no mercado de trabalho e outros gostariam de permanecer se houvesse boas condições de inserção.

Por conseguinte, existe um grande potencial produtivo entre grupo de pessoas. A inserção no mercado de trabalho pode ocorrer em vários níveis e em várias modalidades. Mesmo pessoas com aposentadoria podem (e muitas vezes desejam) manter um vínculo empregatício ou participar de atividades como voluntárias.

Gráfico 8.2. População idosa de 60 a 80 anos, Brasil: 2020 e 2050



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

A inserção produtiva na etapa do envelhecimento saudável pode ser uma via da mão dupla, pois seria bom para o bem-estar dos idosos e bom também para o mercado de trabalho. Na perspectiva da estrutura etária, uma maior inserção produtiva dos idosos contribuiria para adiar o “prazo de validade” do bônus demográfico.

Brasil, país em construção

O Brasil ainda é o país do futuro, se considerarmos que até agora não se alcançou um patamar adequado de progresso e de bem-estar humano e ambiental. Uma parte da caminhada já foi trilhada. O Brasil chegou ao século XXI com diversas conquistas e uma nova configuração econômica, social e demográfica. Mas também manteve velhos desequilíbrios que persistem desde a época de sua fundação colonial. Os problemas do passado condicionam as ações do presente e restringem as possibilidades do porvir.

Evidentemente, o passo mais fundamental é reduzir as desigualdades sociais e garantir os direitos humanos básicos, tal como estabelecido no Artigo 5º da Constituição de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O Estado de Direito é o ambiente mais justo e propício para a promoção do desenvolvimento humano e ambiental. Mas para garantir o progresso do país, os desafios são multifacetados e precisam ser enfrentados em conjunto. Não existe apenas uma prioridade (no singular), mas um conjunto de prioridades (no plural) que devem ser articuladas e solucionadas de maneira integrada. Por exemplo, o trabalho é não apenas um direito, mas a fonte da riqueza das pessoas, das famílias e da nação. Todavia, para que o trabalho dê bons frutos é preciso estar articulado, por exemplo, com ótimas condições de saúde e educação. Portanto, existem tarefas que são importantes e urgentes para se garantir o futuro do Brasil. A lista a seguir, sintetizada de maneira breve, apresenta algumas prioridades para o Brasil garantir bem-estar para sua população e de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Pleno emprego e trabalho decente

O Brasil chega ao bicentenário da Independência com cerca de 13 milhões de pessoas procurando trabalho (desemprego aberto), mais de 30 milhões de pessoas subutilizadas, algo como 12 milhões de jovens sequer estudando ou trabalhando e cerca de 50% da população economicamente ativa na informalidade. Se todo esse potencial fosse aproveitado, o país estaria não apenas garantindo um direito humano básico, mas poderia elevar a proporção

da população ocupada para 55% da população total, aproveitando definitivamente o 1º bônus demográfico, aumentando a produção de bens e serviços e elevando a renda das pessoas e das famílias.

Educação

A educação universal e de qualidade é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país. O investimento em capital humano é tão importante quanto a expansão do capital físico e tecnológico e ambos se complementam. A educação é um direito humano básico e um indutor do desenvolvimento. O Brasil avançou na redução do analfabetismo, na ampliação dos ensinos fundamental e médio e o atraso do ensino superior em relação a outros países latino-americanos foi praticamente eliminado, com a construção de um dos sistemas de pós-graduação mais complexos da América Latina. Contudo, as conquistas educacionais foram parciais e ainda falta um longo caminho para que a educação brasileira possa se colocar à altura dos desafios contemporâneos. O desempenho escolar do Brasil, medido pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é baixo. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado em 2014, com prazo de cumprimento até 2024 para melhoria de diversos indicadores educacionais. Mas faltando dois anos para o fim do período de vigência do PNE, nenhuma meta foi alcançada e a educação brasileira sofreu vários reveses com a pandemia da Covid-19, que afastou os estudantes de sala de aula, prejudicando o desempenho escolar, além de aumentar a evasão em todos os níveis de ensino. Os esforços terão de ser redobrados nos próximos anos para colocar a educação brasileira no rumo da humanização do ensino e na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Saúde e bem-estar

O Brasil conviveu com altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida na maior parte de sua história. Mas o quadro começou a mudar no século XX e o país apresenta atualmente indicadores acima da média mundial. Mas, evidentemente, ainda exis-

tem muitos desafios a serem superados, pois a saúde, de acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.

Na agenda 2030 da ONU, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 3 diz: “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Isso implica reduzir a mortalidade materna, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, reduzir as mortes por acidente de trabalho e de acidentes de trânsito, bem como as mortes por causas externas, especialmente os homicídios, que são extremamente altos no Brasil, diminuir significativamente as doenças transmissíveis, universalizar os serviços de saneamento básico e atingir a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso à saúde sexual e reprodutiva e a serviços essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. A pandemia do novo coronavírus provocou uma redução da expectativa de vida ao nascer nos anos de 2020 e 2021 (a primeira redução em um século) e fez o Brasil atingir o maior volume de óbitos da história. A Covid-19 não apenas aumentou a morbimortalidade do país, mas provocou a paralisação da economia, afastou os estudantes das escolas, além de provocar o aumento do preço dos alimentos, agravando a situação de insegurança alimentar. Portanto, garantir a saúde e o bem-estar da população é a tarefa mais primordial e a base para a conquista do progresso em todas as demais áreas da sociedade e do meio ambiente.

Poupança e investimento

O principal desafio para qualquer país se tornar uma nação desenvolvida é aumentar o nível de poupança interna. A poupança externa pode desempenhar um papel, mas sempre secundário, pois o capital se faz em casa, ou seja, o desenvolvimento depende basicamente do esforço interno de poupança e acumulação. A China, por exemplo, com uma renda *per capita* muito menor do

que a brasileira conseguiu manter elevadas taxas de poupança e investimento e, com isso, cresceu em termos econômicos e sociais. Atualmente, a taxa de poupança brasileira está abaixo de 20% do PIB e necessita chegar, pelo menos, na casa dos 30%. O esforço tem de ser conjunto, envolvendo os trabalhadores, as famílias, as empresas e o governo.

Esse esforço de poupança é a base para o aumento da taxa de investimento, que é o fator essencial para a geração de emprego, o aumento da capacidade produtiva e a incorporação dos benefícios da ciência e tecnologia. Para o Brasil avançar em uma agenda de produtividade e competitividade precisa modernizar e ampliar a infraestrutura; reduzir o custo; diminuir o custo dos financiamentos; garantir responsabilidade fiscal; reduzir a burocracia; aprimorar a legislação, acabando com a insegurança jurídica; melhorar a eficiência e a equidade da carga tributária; fortalecer o mercado de seguros; investir em qualificação profissional, dentre outras medidas para aumentar a eficiência e o retorno do esforço produtivo. O desafio é ainda maior quando considera que o custo global da pandemia de Covid-19 deve ultrapassar a estimativa de US\$ 12,5 trilhões, segundo o Fundo Monetário Internacional.

Meio ambiente e bioeconomia

Nos 200 anos da Independência, houve progresso considerável em todas as áreas sociais: a longevidade aumentou, a renda subiu, a escolaridade melhorou e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) teve grande avanço. A única área que não apresentou melhoria foi o meio ambiente. O Brasil, em termos ecológicos, regrediu com aumento do desmatamento, da poluição, da degradação dos ecossistemas, além de perda da flora e da fauna. O Brasil se tornou um dos dez países com maior emissão de gases de efeito estufa e, assim como os demais países do mundo, enfrenta os efeitos do aquecimento global. Nesse cenário, a retomada da economia para o restante do século XXI precisa ocorrer em um contexto de um novo pacto de desenvolvimento (tipo Green New Deal) com redução da Pegada Ecológica, a mudança da matriz energética com o

aumento das energias renováveis, o fortalecimento da agricultura orgânica, o incentivo da bioeconomia, o fim do desmatamento, a recuperação e o reflorestamento das áreas degradadas e a restauração da biodiversidade.

O Brasil é uma nação estruturada a partir de diversas conjunturas históricas e que se encontra ainda em processo de construção. No momento da chegada da corte portuguesa, em 1808, não existia unidade entre os vários núcleos coloniais do país, sendo que alguns se comunicavam diretamente com a metrópole em Lisboa. A Independência, em 1822, teve o inegável mérito de internalizar o controle em relação às decisões definidoras sobre os rumos nacionais e consolidar a unificação do território, assim como a edificação de um sentimento patriota. Mas a arquitetura social e política brasileira se deu de forma heterogênea e fortemente marcada pela desigualdade. A população brasileira avançou em termos quantitativos e qualitativos, apresentando melhores indicadores gerais de desenvolvimento humano. Mas nada é permanente e tudo está sujeito a transformações. Passado, presente e futuro estão sempre se interagindo e se autocondicionando. Nas comemorações do bicentenário da Independência, o Brasil se debruça sobre uma herança complexa e cheia de elementos contraditórios. Entender a história e a dinâmica das transições que ocorrem no país é essencial para erguer, no século XXI, uma nação estruturada na concepção de equidade, liberdade, justiça e felicidade.

CAPÍTULO 9

Linha do tempo e mercado de seguros

Francisco Galiza

O objetivo desse capítulo é apresentar os principais fatos econômicos ligados ao setor de seguros no Brasil ocorridos nos últimos 200 anos; ou seja, desde a independência do país. Claro que, em qualquer lista, existem questionamentos. Uns sempre podem dizer que ficou faltando algo; outros, que esse fato não poderia ser incluído; e por aí vai. De qualquer maneira, mesmo com tal desafio, acreditamos que foi possível abarcar diversos aspectos do setor de seguros, em uma visão ampla da evolução do segmento. E, assim, determinar as transformações principais.

Achamos necessário começar essa lista um pouco antes da própria independência (1822), com a vinda da família real (1808) e a criação da primeira seguradora no país. A partir daí, vamos até o ano de 2021, em um momento específico de desafios para a sociedade, ainda dentro de um cenário pandêmico com extensões inéditas.

Ao todo, esse capítulo é composto de 30 tópicos. Em cada um desses itens, um pequeno texto explicando qual é o fato em si e, em seguida, a sua importância para o setor de seguros.

1808 | Primeira seguradora no Brasil

Se avaliarmos o seguro no sentido amplo – como proteção e assistência –, podemos citar o ano de 1543, quando são criadas as primeiras Santas Casas de Misericórdia no país. Em 1584, já existiam Casas de Misericórdia em todas as capitanias. Porém, este período ainda não pode ser incluído na história do setor do Brasil, pois as apólices de seguros eram todas subscritas em Portugal. Dessa forma, oficialmente, consideramos como data referência somente o início do século 19.

Conforme citado no site da SUSEP, “A atividade seguradora no Brasil teve início com a abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808. A primeira sociedade de seguros a funcionar no país foi a “Companhia de Seguros BOA-FÉ”, em 24 de fevereiro daquele ano, que tinha por objetivo operar no seguro marítimo”¹.

A abertura dos portos aconteceu em 28 de janeiro. Menos de um mês, foi criada essa seguradora. Essa seguradora seguiu o mesmo molde das “Regulações da Caza dos Seguros de Lisboa”. Também em 1808, surge a seguradora “Conceito Público”, e, em 1818, a seguradora “Indenidade”. Historicamente, podemos interpretar que a abertura dos portos está inserida dentro da política de retribuição à ajuda dos ingleses². Lembrar que a família real saiu de Portugal como resultado da invasão das forças napoleônicas na Península Ibérica. Esse movimento conto com o apoio da Inglaterra.

A abertura dos portos foi a primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe-regente no Brasil. Ela ocorreu em Salvador, apenas seis dias após a chegada da família real ao país. Em um sentido amplo, esse foi o primeiro passo no próprio processo de Independência do Brasil.

1808 a 1849 | Situação até o Código Comercial

Em um período de praticamente 40 anos, já entrando nos primeiros anos da independência, podemos dizer que o setor de seguros ainda era regulado pelo mesmo arcabouço legal das leis portuguesas.

Nesse período, podemos ainda citar como fatos relevantes, em 1828, a autorização para o funcionamento da empresa Seguros Mútuos Brasileiros. Em 1829, temos também a regulamentação da Administração dos Correios, o que permitiu o seguro de cartas e documentos.

1 Texto extraído de: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>.

2 Fonte: Economia do Seguro: Fundamentos e Aplicações. Cláudio Contador. Editora Atlas, 2014.

Na área de montepios, em 1835, temos, no Rio de Janeiro, a criação do “Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado”, a precursora da previdência social no Brasil³. Em 1852, o “Montepio Casa dos Artistas de Salvador”, criado na capital da província da Bahia e, em 1874, a “Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos”, sociedade de pecúlio fundada 1874 na cidade de Cachoeira na mesma província (SARAIVA; ALMICO, 2009).

É interessante observar que o termo “Montepio” tem o significado de “monte santo”. Em outras palavras, nesse caso, acreditava-se que a poupança era sagrada e se destinava apenas ao pagamento das pensões.

essas sociedades tinham natureza mutualista e buscavam, além de pecúlio sob a forma de poupança, trazer alguma segurança para o trabalhador ou sua família em casos de necessidade. Como não havia no Brasil uma legislação trabalhista, e, por ser uma sociedade escravista, os trabalhadores livres buscavam nesse tipo de associação uma forma de se resguardar de imprevistos e como forma de precaução para mortes e acidentes (SARAIVA; ALMICO, 2009, p. 2).

1850 | Promulgação do Código Comercial

O surgimento do “Código Comercial Brasileiro” foi fundamental para o desenvolvimento do seguro no Brasil. Criado em 1850, depois de 15 anos tramitando na Assembleia Geral, ele foi baseado nos Códigos de Comércio de Portugal, da França e da Espanha.

Sobre a legislação, concordamos com Cabral (2016, online), quando afirma que:

fez parte do arranjo jurídico-institucional ocorrido ao longo das primeiras décadas após a Independência, constituindo-se um dos aspectos do processo de consolidação do Estado brasileiro. O ato não só regulamentou as atividades comerciais e a profissão de comerciante, como estabeleceu garantias para a realização das operações comerciais e instituiu um aparato burocrático exclusivo para as causas mercantis, os tribunais e juízos comerciais.

³ A Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado ainda existe, com o nome de MAG Seguros e Previdência.

Com essa nova estruturação legal, foi possível haver o aparecimento de inúmeras seguradoras, que passaram a operar em diversos tipos de seguros, tanto marítimos como terrestres. Até mesmo a exploração do seguro de vida, proibida expressamente pelo Código Comercial, foi autorizada em 1855, sob o fundamento de que o Código Comercial só proibia o seguro de vida quando feito juntamente com o seguro marítimo.

Posteriormente, outros decretos de 1860 regularam, ainda que de forma inicial, as operações de seguro no Brasil. Nesse mesmo ano, se estabeleceu a obrigatoriedade da divulgação de balanços. Em função disso, a partir desse momento, já é possível avaliar numericamente, e de forma consistente, a história do seguro no país.

1862 | Primeira seguradora estrangeira no país

Com a expansão do setor, além da sua melhor organização, as empresas de seguros estrangeiras começaram a se interessar pelo mercado brasileiro. Assim, em 1862, pela primeira vez, seria concedida autorização para se instalar aqui a primeira empresa com esse perfil: a seguradora portuguesa Garantia da Cidade do Porto Cia de Seguros.

Posteriormente, outras empresas também fizeram o mesmo movimento, como a Liverpool and London & Globe Insurance Co., a Northern Assurance Co. Ltd; a The Commercial Union Assurance Co., a North British and Mercantile Insurance Co., a The Royal Insurance Co. Ltd., a The Phoenix Assurance Co. Ltd., dentre outras. Algumas dessas empresas ainda operam no Brasil, mas com outras denominações, por exemplo, em 1895, a New York Life Insurance Co. suspendeu suas operações no Brasil, transformando-se na Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, empresa tradicional no mercado brasileiro nos dias de hoje.

Ainda nessa área de empresas estrangeiras, naquela ocasião, tais sucursais transferiam para suas matrizes os recursos financeiros obtidos pelos prêmios cobrados, provocando uma evasão de divisas. Desse modo, visando proteger os interesses econômicos do país e para estimular os investimentos daqui, foi promulgada, em 1895, a Lei nº 294, determinando que as reservas técnicas de tais companhias fossem constituídas e tivessem seus recursos aplicados no Brasil, para fazer frente aos riscos aqui assumidos.

Em resumo, esse é o cenário ao final do século 19, um segmento com atuação satisfatória, já bem estabelecido no país. Como pontos fortes, um Código Comercial que definia as regras mínimas necessárias para o funcionamento do setor e, além disso, o interesse das empresas estrangeiras no país.

Com esse cenário, chegamos ao fim do império.

1901 | Regulamento Murtinho

No início do século 20, existiam 24 seguradoras no país, sendo seis estrangeiras. Com a República, o seguro dá um mais um salto estrutural com o Decreto 4270, de 1901, conhecido como Regulamento Murtinho, que possibilitará a normatização do funcionamento das companhias de seguros já existentes no país ou as que vierem a se organizar no território nacional. Além disso, a legislação criava a Superintendência Geral dos Seguros.

Existem, porém, registros de alguma regulamentação na área em datas anteriores. Em 1791, foram promulgadas as Regulações da Casa de Seguros de Lisboa, e mantidas até a Proclamação da Independência em 1822. Em 1831, havia a instituição da Procuradoria de Seguros das Províncias Imperiais, que atuava com fundamento nas leis portuguesas.

Essa nova entidade, criada sob a esfera republicana, era subordinada diretamente ao Ministério da Fazenda e concentrava todas as questões atinentes à fiscalização de seguros, antes distribuídas entre diferentes órgãos. Sua jurisdição alcançava todo o território nacional e constavam as fiscalizações preventiva e repressiva. Nesse último caso, sob a forma de inspeção direta, periódica, das sociedades. Em 1906, essa Superintendência foi substituída por uma Inspetoria de Seguros, também subordinada ao Ministério da Fazenda.

1916 | Promulgação do Código Civil

Em 1916, o setor de seguros, e a sociedade, de um modo geral, deu um grande avanço em termos jurídicos, com a promulgação do Código Civil Brasileiro. É importante ressaltar que essa legislação vigorou por quase cem anos, até 2003, quando foi implantado um novo Código Civil.

Com isso, criou-se um capítulo específico dedicado ao contrato de seguro. Os preceitos formulados pelo Código Civil (de 1916) e pelo Código Comercial (de 1850) passaram a compor legalmente, em conjunto, o que se chama Direito Privado do Seguro. Nesses preceitos, foram fixados os princípios essenciais do contrato e disciplinados os direitos e as obrigações das partes, a fim de evitar e dirimir conflitos entre os interessados. Foram esses princípios fundamentais que garantiram o desenvolvimento da instituição do seguro.

1923 | Lei Elói Chaves

A Lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. Essa legislação obrigou cada companhia ferroviária do país a criar

uma caixa de aposentadorias e pensões (CAP), departamento incumbido de recolher a contribuição do patrão e a dos funcionários, e pagar o benefício aos aposentados e pensionistas.

Após a promulgação dessa Lei, outras empresas seguiram o mesmo caminho, e seus empregados também passaram a ser protegidos por tal mecanismo. No decorrer de 1923, esse modelo já tinha sido repetido e outras 27 empresas instituíram suas respectivas CAPs.

Essa legislação, de forma indireta, trouxe consequências importantes para o setor privado de seguros, criando uma cultura de proteção, com influência direta no mercado de previdência privada do país.

1932 | Primeira empresa de capitalização no país

A história é conhecida para quem trabalha na área. Em 1850, Paul Viget, diretor de uma cooperativa de mineradores franceses, decidiu criar um fundo para ajudar os seus associados. Os participantes contribuía mensalmente com um valor definido, durante um determinado período, e tinham a garantia de resgatar o que acumularam no final do prazo, ou antecipadamente caso fossem sorteados. Sucesso entre os associados, a capitalização ganhou o mundo.

Em 1932, como um dos reflexos da revolução de 30, foi promulgada a autorização para o funcionamento das sociedades de capitalização, também sob o controle da Inspetoria de Seguros. A primeira empresa de capitalização do Brasil foi fundada em 1929, chamada de Sul América Capitalização S.A. Entretanto, somente três anos mais tarde, em 10 de março de 1932, é que foi realmente oficializada a autorização para funcionamento dessas sociedades.

É interessante observar que o parágrafo único do artigo 1 do nº 21.143/32 estabelecia que:

As únicas sociedades que poderão usar o nome de “capitalização” serão as que, autorizadas pelo Governo, tiverem por objetivo oferecer ao público, de acordo com planos aprovados pela Inspetoria de Seguros, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago em moeda corrente, em um prazo máximo indicado no dito plano, à pessoa que subscrever ou possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no mesmo título (BRASIL, 1932, Art. 1.).

1939 | Criação do IRB

A criação do IRB foi uma medida vigorosa de incentivo à formação de um mercado segurador nacional (tanto técnica, como empresarialmente). Ressaltamos que não se trata de um fenô-

meno isolado da economia, pois, com o governo Vargas, são tomadas diversas ações ligadas ao incentivo da indústria nacional, como a criação da siderúrgica de Volta Redonda.

Com tal medida, o Governo Federal evitava que grande parte das divisas fosse consumida com a remessa, para o exterior, de importâncias relativas a prêmios de resseguros em companhias estrangeiras. A partir daí, é importante reconhecer o saldo positivo da atuação do IRB, propiciando a criação efetiva e a consolidação de um mercado segurador nacional, ou seja, preponderantemente ocupado por empresas nacionais. As empresas com participação estrangeira deixaram de se comportar como meras agências de captação de seguros para suas respectivas matrizes, sendo induzidas a se organizar como empresas brasileiras, constituindo e aplicando suas reservas no País. Ao longo de sua existência e em particular nas décadas iniciais, o IRB foi o grande responsável pelo avanço técnico do seguro no Brasil, importando conhecimento e formando profissionais para o setor. A criação do IRB foi um divisor da história do seguro no Brasil.

Dentre as medidas operacionais tomadas pelo IRB, de incentivo à indústria nacional de seguros, duas podem ser destacadas como fundamentais: baixos limites de retenção e criação do excedente único.

Tabela 9.1. Consequências da criação do IRB

Medidas	Descrição
Baixos Limites de Retenção	As seguradoras não poderiam manter altos níveis de retenção. Sendo assim, a maior parte do prêmio era repassada, obrigatoriamente, em resseguro ao IRB.
Criação do Excedente Único	Os prêmios repassados ao IRB, por não serem retidos pelas empresas, eram direcionados a este Excedente Único e repassados de volta ao mercado segurador.

Fonte: GALIZA, Francisco. **Economia e Seguro: Uma Introdução**. 3. ed. Funenseg, 2011.

Em outros termos, as seguradoras ficaram obrigadas a ressegurar nessa entidade as responsabilidades que excedessem sua capacidade de retenção própria e, por outro lado, por meio da retrocessão, passando a compartilhar o risco com as sociedades seguradoras em operação no Brasil. Com essa medida, como já dito, o Governo Federal procurou evitar que as seguradoras estrangeiras repassassem grande parte das divisas para o exterior.

Na prática, tais medidas tiveram alguns efeitos menos positivos. Com essas decisões, diminuíram também as vantagens comparativas antes existentes para as empresas estrangeiras, criando reais oportunidades para as seguradoras nacionais se desenvolverem. Com

essa facilidade operacional, houve incentivos para o aparecimento de empresas no ramo de seguros sem a devida capacitação técnica. Ou, nos casos mais extremos, mesmo sem vender seguros, uma seguradora poderia ser rentável, desde que mantivesse baixo custo operacional, bastando operar com o resseguro. Nesse contexto, é razoável compreender que o mercado segurador brasileiro tenha passado de uma média de 74 seguradoras no período 1905-1935 para uma média de 143 empresas no período 1935-1970.

1940 | Criação dos Seguros Obrigatórios

Em 1937, ainda Era Vargas e com a constituição do Estado Novo, foi estabelecido o Princípio de Nacionalização do Seguro. Logo depois, em 1940, foram criados os seguros obrigatórios para comerciantes, industriais e concessionários de serviços públicos, pessoas físicas ou jurídicas, contra os riscos de incêndios e transportes.

Esse é um aspecto que continua até hoje no mercado segurador brasileiro em alguns tipos de negócios.

1951 | Criação da Fenaseg

Em 1951, uma data importante para as empresas que atuam na área de seguros – a criação da Fenaseg. A Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg) é uma associação sindical de grau superior, de atuação e abrangência nacional, instituída para coordenar, proteger, congregar e representar os Sindicatos filiados e as categorias econômicas do seguro privado, da capitalização e da previdência complementar aberta. A Fenaseg congrega nove sindicatos regionais.

Posteriormente, outro fato importante da área foi a criação da CNSeg.

A mudança do modelo de representação institucional, impulsionada pela busca da confirmação de autonomia representativa de um setor com características tão exclusivas e únicas como o segurador e pela necessidade de desconcentrar a gestão dos diversos segmentos representados, foi iniciada em 2007 com a criação de quatro Federações Setoriais (FenaCap, FenaPrevi, FenaSaúde e FenSeg) e culminou com a fundação, no ano seguinte, em 7 de agosto de 2008, da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg (CSNEG, online).

1964 | Início das reformas econômicas

A partir de 1964, houve diversas reformas econômicas no país, muitas delas se estendendo e com efeitos nos anos seguintes, por exemplo: a criação do Banco Central, o desenvolvimento do mercado aberto de títulos públicos, a reforma tributária, os estímulos fiscais à formação de poupança, a introdução da indexação nos contratos (mas ainda não na área de seguros, pelo menos nessa primeira fase), a criação de novos canais de formação de poupanças, dentre outros fatores. Todos esses fatos influenciaram de forma indireta (ou até mesmo direta) o setor de seguros.

Dessa forma, na área de seguros, podemos citar alguns aspectos mais específicos, que caracterizaram esse momento histórico ou que se iniciaram a partir daí:

Ampliação na variedade de seguros

Com o crescimento econômico a partir das reformas, houve o aumento geral do próprio seguro e da diversidade de produtos ofertados.

Aumento da concentração empresarial

Usando legislação específica, se criou mecanismos de incentivo à fusão das empresas. Essas medidas, em sentido mais amplo do que o próprio mercado segurador, atingiram outros setores da economia, pois se buscava uma diminuição dos custos operacionais e administrativos com o ganho de escala das empresas maiores. Ou seja, este fenômeno tem que ser também compreendido como consequência direta do próprio aumento da concentração ocorrida no setor bancário, realizada fortemente no mesmo período citado.

Penetração dos bancos na produção e comercialização de seguros

No início, os bancos se limitavam à cobrança dos seguros. Mas, a partir da década de 70, seja por meio de convênio com empresas seguradoras ou mesmo por sua compra, eles começaram a realizar a negociação direta dos seguros. Na verdade, indiretamente, a nova estratégia empresarial foi incentivada pelos organismos oficiais, interessados na formação de sólidos conglomerados financeiros.

Queda do resultado operacional das seguradoras

Em momento posterior, quando as taxas de inflação começaram a subir, esse foi outro fato relevante ocorrido no mercado segurador brasileiro.

Nesse caso, observou-se uma queda nos resultados operacionais das seguradoras, já que haveria compensação de rentabilidade por meio dos resultados financeiros (basicamente, giro financeiro das reservas provisionadas). Por hipótese, a seguradora que não oferecesse seguros mais baratos no momento da venda, gerando um resultado operacional menor, não teria preços de venda competitivos. Um agravante desse efeito é a inexistência de indexação inflacionária em seguros em boa parte do período analisado. Neste caso, os juros seriam correlacionados e alavancados também pelas taxas de inflação.

Seguros de planos médicos privados

Em virtude principalmente da queda de qualidade do sistema público de saúde, também uma fase posterior, observou-se um aumento dos seguros de planos médicos privados. Muitas destas empresas, inicialmente prestadoras de serviços, se transformaram em seguradoras, fazendo com que o seguro saúde tivesse um crescimento espetacular no período.

Seguros do ramo vida

Outro aspecto característico do mercado brasileiro de seguros neste período foi a participação pequena nos seguros ligados ao ramo vida. A inflação prejudicava muito.

Menor participação das seguradoras estrangeiras

Uma última característica marcante do mercado segurador brasileiro foi a pequena presença de empresas ligadas a grupos estrangeiros. Tal como no caso anterior, essa situação irá mudar muito nos anos seguintes, sobretudo após o Plano Real.

1964 | Regulamentada a profissão de corretor de seguros

A Lei 4594/64 é muito importante na área, pois ela regulamentou a profissão de corretor de seguros, uma antiga reivindicação da categoria. Temos de lembrar que os corretores de seguros são o principal canal de distribuição de seguros do país, responsável por aproximadamente 85% a 90% dos prêmios totais de seguros.

1966 | Decreto Lei 73/66, criada a SUSEP

Em 1966, houve uma decisão extremamente importante para o setor de seguros do país. O Decreto-lei nº 73/66 regulou todas as operações de seguros e resseguros, instituindo o Sistema Nacional de Seguros Privados, constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); sociedades autorizadas a operar em seguros privados; e corretores habilitados.

Pela legislação, o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC) foi substituído pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira.

Na tabela a seguir, é interessante observar os diversos nomes das entidades fiscalizadas do setor de seguros na era republicana. Ao todo, houve quatro nomes, desde o início do século passado.

Tabela 9.2. Entidades fiscalizadoras na área de seguros

Período	Entidades de Fiscalização
1901 a 1905	Superintendência Geral de Seguros
1906 a 1933	Inspetoria de Seguros
1934 a 1965	Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC)
1966 aos dias de hoje	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Em seus doze capítulos, o Decreto Lei 73/66, em resumo, toca em quatro pontos básicos:

1. Define os princípios da política de seguros privados do país.
2. Extingue o DNSPC e a Companhia Nacional de Seguro Agrícola. Por outro lado, cria a SUSEP e as novas regras do seguro rural.
3. Explica o funcionamento dos participantes do sistema segurador brasileiro.
4. Detalha o modo de fiscalização das seguradoras e como a SUSEP pode operar.

Com o decreto, o IRB, que até então praticamente exercera funções hegemônicas na definição dos modos de operação de seguros no Brasil, passa a dividir com a Susep essas atribuições. E, por fim, com o tempo, a SUSEP acaba por assumir toda a responsabilidade.

1968 | Criação da Fenacor

Em 1968, outra entidade importante do setor de seguros foi criada, a Fenacor, a entidade que representa os corretores de seguros. A FENACOR (Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros) é uma entidade sindical em grau superior. Ela representa, judicial e extrajudicialmente, 25 Sindicatos estaduais Filiados e 74 Delegacias, tendo por finalidade básica proteger e defender os interesses da categoria econômica que ela representa, perante as entidades privadas e as autoridades públicas; colaborar com os poderes públicos no estudo e na solução dos problemas relacionados à categoria. Ela representa aproximadamente 95 mil corretores de seguros (somando os corretores pessoas física e jurídica).

1971 | Criação da Funenseg (atual ENS)

Em 1971, outra entidade importante do setor foi criada, a Funenseg, uma escola especializada em tal setor.

A Escola de Negócios e Seguros (ENS) possui como missão a promoção de uma educação transformadora, contribuindo para o desenvolvimento de profissionais aptos para atuarem em diversos setores, com foco em estimular e divulgar a cultura de seguros. Além disso, a Instituição, com base na filosofia da educação continuada, ajudando os profissionais do ramo a enfrentarem um mercado fortemente competitivo.

Trata-se de uma instituição tradicional do setor. É difícil encontrar um profissional da área de seguros que não tenha, em algum momento, interagido com a ENS.

1977 | Regulamentada a previdência privada

A Lei 6435/77 regulamentou as atividades de Previdência Privada no país. Sua presença foi muito importante para a formação de tal mercado. A partir dessa nova legislação, inúmeras empresas começaram a ser formadas, especializadas nesse segmento.

É importante lembrar que, atualmente, as provisões das empresas de previdência ultrapassam o montante de R\$ 1 trilhão.

1987 | Correção Monetária em Seguros

No final dos anos 80 do século passado, havia uma distorção de preços no mercado de seguros. Os contratos de seguro não eram indexados, em um cenário de inflação bastante elevado. Esse fato trouxe consequências sérias para o setor de seguros, já que valores não indexados dificultavam a venda de produtos de longo prazo, pois as indenizações tinham valores reduzidos. Quando a inflação já estava em valores mais elevados, até os seguros de prazo mais curto (automóvel, por exemplo) também sofreram essa perda monetária.

Desse modo, em 1987, com a Resolução CNSP 9/87, é definida a indexação nos contratos de seguros. Todas as variáveis envolvidas nesse mercado (prêmio, importância segurada, sinistros etc.) passam a seguir esses critérios. Lembramos que o Plano Real, com o fim das altas taxas inflacionárias, só veio a ocorrer 7 anos, em 1994. Naquele momento crítico da economia brasileira, essa decisão proporcionou mais tranquilidade ao setor, aumentando a confiança nas operações de seguros.

1988 | FIP e as estatísticas

O Formulário de Informações Periódicas (FIP) foi um momento importante para o setor de seguros. Definido pela Circular SUSEP 02/1988, seu artigo primeiro logo diz: “instituir o conjunto de Formulários de Informações Periódicas – FIP, em anexo que consolida os quadros demonstrativos, a serem encaminhados à SUSEP pelas sociedades seguradas, referentes à situação econômico-financeira, dados cadastrais e informações operacionais” (SUSEP, 1988, Art. 1).

É curioso observar pela circular que, quando de sua criação, nos primórdios da tecnologia da informação, as informações enviadas no FIP eram trimestrais, usando-se ainda disquetes.

A importância do FIP é que, pela primeira vez na sua história, a SUSEP passou a solicitar, de forma organizada e periódica, informações estatísticas e econômicas das seguradoras. Antes, os dados eram condensados anualmente, mas de forma parcial, pelo resseguradora oficial, o IRB. As consequências do FIP foram várias. Inicialmente, a própria autarquia aprimorou seus mecanismos de controle. O mercado, de um modo geral, passou a ter um instrumento precioso de análise estratégica, podendo com isso aprimorar em muito os seus negócios. Desde então, o FIP foi naturalmente se sofisticando, mas a origem está em 1988.

1992 | Flexibilização das taxas

O Decreto 60.459/67, que regulamentou o Decreto-Lei 73/66, estabelecia que as seguradoras deveriam informar a sua tarifa de seguros previamente à SUSEP, salvo quando houvesse tarifa única estipulada para todo o mercado. Ou seja, ou o prêmio era pré-estipulado, cabendo às seguradoras respeitá-lo, ou, para mudar o valor, precisariam de autorização prévia da autarquia para alterá-lo. Na prática, a liberdade na alteração de preço era bastante pequena.

No início dos anos 90, com a mudança de governo federal, se iniciou uma liberação dos mercados, inclusive o de seguros. Alinhado com o Plano Diretor do Setor de Seguros de 1992 (um importante estudo também divulgado nessa época), o Decreto 605/92 estabelecia que as seguradoras deveriam apenas enviar para as seguradoras os seus contratos, sendo os prêmios mínimos usados somente nos cálculos das suas reservas.

Sendo assim, após 25 anos, acabava a tarifação única no setor, uma mudança comercial importante. Nessa linha, em consequência, podemos também considerar a flexibilização das corretagens de seguros.

1994 | Implantação do Plano Real

A década de 90 do século passado foi bastante movimentada na área de seguros, com muitas notícias positivas para o setor. Talvez uma das décadas mais brilhantes da sua história, pelos inúmeros fatos ocorridos. Logo nos primeiros anos, o mercado de seguros lança o seu Plano Diretor, um texto detalhado com muitas sugestões para o governo e para a sociedade. Depois, esse texto teve versões revistas, como a de 2004, por exemplo.

Contudo, o fato mais importante na época, o qual marcou essa década, foi, sem dúvida, o Plano Real, com a consequente diminuição nas taxas inflacionárias. Suas influências no setor de seguros foram várias, de forma direta ou indireta. Quando se fala indireta é que sem o Plano Real e as quedas das taxas inflacionárias, além do clima de liberalização e otimismo então em vigor, nada disso provavelmente teria acontecido. Havia todo um ambiente favorável, aqui analisamos as consequências do Plano Real em um sentido amplo.

A seguir, citamos cinco dessas consequências. Muitos desses fatos começaram a partir daí, depois se estenderam pelos anos seguintes.

Crescimento do setor

Nesse período, o segmento mudou o seu patamar de participação na economia do país. Ele passou de uma base de quase 1,5% do PIB (o maior valor,

quando consideramos também os setores de previdência e de capitalização) para mais de 3,0% (tabela 9.3). Com o Plano Real, houve uma mudança de base nos números, que tem se mantido ou crescido desde então.

Tabela 9.3. Participação no PIB – Seguros

Negócios	1992	2010
Seguros	1,27	2,45
Previdência	0,05	0,25
Capitalização	0,10	0,32
Total	1,41	3,02

O ressurgimento do seguro de pessoas

Em 1992, a situação para a área de seguro de pessoas não era boa. As altas taxas inflacionárias intimidavam o consumidor deste mercado, que tinha muito receio de fazer qualquer investimento no longo prazo. Com o equilíbrio monetário, houve um novo interesse por tal segmento, um otimismo renovado.

Movimento das estrangeiras

Foi decidido pela inconstitucionalidade da Resolução CNSP nº 14/86, que impedia que o capital estrangeiro participasse com mais de 50% do capital ou um terço das ações de seguradora brasileira. A partir de junho de 1996, mais de 20 empresas estrangeiras entraram no país. Como consequência, a participação dessas empresas no total de prêmios arrecadados no Brasil, que em 1994 representava apenas 4,2%, sobe para 6,3% em 1996, 17,9% em 1997, e 21,1% no primeiro semestre de 1998. Todo esse movimento só foi possível pelas taxas inflacionárias menores. As empresas certamente não entrariam no país em um regime de quase hiperinflação.

Desindexação da economia

Uma consequência direta do Plano Real foi a desindexação da economia. Na área de seguros, isso não foi diferente e esse fato proporcionou o aumento da confiança do consumidor de seguros, com um efeito claro na demanda por tal produto.

Fim da Carta Patente

No Brasil, também durante muitos anos, vigorou no país o regime da carta patente para as seguradoras. Com a abertura do mercado, a partir de 1985, acaba-se com essa exigência. A entrada era livre, desde que cumpridas, obviamente, as exigências de regulação.

1997 | Criação do PGBL

Em 1997, um registro importante na área de produtos de acumulação é a criação do Plano gerador de benefício livre (PGBL). Em um sentido geral, o desenvolvimento desse produto pode ser explicado também como uma consequência do Plano Real e da queda nas taxas inflacionárias. Difícil imaginar a criação desse produto em um período de alta inflação.

Ao longo do tempo, viu-se que esse plano não contemplava as necessidades de quem trabalhava na informalidade, bem como dos que recebiam salários inferiores à faixa tributável do Imposto de Renda. Ou seja, esses consumidores não tinham direito a um dos maiores benefícios do plano PGBL, que é o abatimento das contribuições no Imposto de Declaração de Ajuste Anual do IRPF. Dessa forma, em 2002, surgiu uma nova modalidade de plano de previdência privada, o VGBL.

Em 2020, para se mostrar a importância desse produto, o VGBL faturou R\$ 113 bilhões.

1998 | Lei dos Planos de Saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi criada pela Lei 9.961/2000, sendo esta entidade responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. Antes, em 1998, tivemos a Lei 9.656/1998, a conhecida Lei dos Planos de Saúde. Por fim, em 2001, tivemos a Lei 10.185/2001, que dispunha sobre a necessidade de haver especialização das sociedades seguradoras que operassem com esse produto. Em todo esse período de transição, a experiência da SUSEP foi enriquecedora, com inclusive a cessão de servidores à agência citada.

Hoje, tal segmento tem uma importância fundamental no mercado de seguros brasileiro. O mercado total das operadoras de saúde fatura mais de R\$ 200 bilhões por ano. Somente se considerarmos o seguro saúde, o faturamento em 2020 foi de R\$ 48 bilhões. Com exceção dos produtos de acumulação, esse é o principal ramo de seguro do país.

2001 | Lei complementar 108 e 109

As leis complementares 108 e 109 regulamentaram a relação e as regras de governança das entidades de previdência fechada, com as empresas e seus participantes. É uma referência importante para quem atua na área, servindo como embasamento legal. De forma indireta, essas medidas influenciaram também o mercado de previdência privada aberta.⁴

2004 | Ouvidoria em Seguradoras

Até a implantação das ouvidorias, a SUSEP tinha um serviço de atendimento aos consumidores, com uma boa estrutura e razoável taxa de sucesso. Na prática, porém, segundo a análise da própria autarquia, tal serviço seria mais eficiente se fosse realizado pelas próprias seguradoras. Por exemplo, uma consequência dessa nova postura seria um incentivo à melhoria das estruturas de atendimento dessas entidades.

Em 2004, em sua exposição de motivos para a criação de ouvidorias em seguradoras, a SUSEP justificava citando o aumento da qualidade no atendimento aos segurados e a melhora da imagem do setor como um todo. Assim, com a implantação desse mecanismo, as empresas teriam a oportunidade de melhor rever e corrigir seus processos internos, minimizando, assim, o número de processos nos órgãos de defesa do consumidor.

Como legislação básica, tivemos a Resolução CNSP 110/2004. Posteriormente, a Circular 280/2004, definindo os procedimentos a serem verificados no relatório sobre a adequação dos controles internos e no relatório sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, ambos elaborados na auditoria das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Mais recentemente, a resolução CNSP 279/2013. Já as ouvidorias das empresas de saúde suplementar são regulamentadas pela Resolução Normativa 323/2013.

Hoje, o conceito de ouvidoria é inteiramente abraçado pelo setor de seguros. Por exemplo, a CNseg disponibiliza um vasto material a respeito⁵.

4 As Leis Complementares 108 e 109, de 2001, podem ser acessadas em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/07/leis-complementares-108-e-109-junho.pdf>.

5 O material poder ser acessado online em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/mercado/ouvidorias.html>

2004 | Novas Regras de Solvência

A partir do início desse século, a SUSEP fez muitas modificações nos critérios de avaliação de solvência das seguradoras. Por exemplo, novas regras de solvência, governança corporativa, controles internos, fiscalização baseada em riscos, plano de continuidade de negócios etc.

Existem várias normas básicas que merecem ser mencionadas:

1. Circular SUSEP 249/2004, que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras, nas sociedades de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar.
2. Circular SUSEP 253/2004, que estabelece questionário sobre os riscos, em especial os de subscrição, suportados pelas sociedades seguradoras e dá outras providências.
3. Circular SUSEP 276/2004, que estabelece questionário sobre os riscos, em especial os de subscrição, suportados pelas entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências.
4. Circular SUSEP 280/2004, que estabelece procedimentos mínimos a serem observados no relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos e no relatório circunstanciado sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, produzidos quando da auditoria das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.
5. Resolução CNSP 156/2006, que cria o Plano Corretivo de Solvência das Sociedades Seguradoras.
6. Resolução CNSP 157/2006, que cria o Plano de Recuperação de Solvência das Sociedades Seguradoras.
7. Resolução CNSP 158/2006, que dispõe sobre as regras sobre o capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras e dá outras providências.

Tal assunto é vasto e houve continuidade e ampliação das resoluções e circulares nos anos seguintes. Todas essas medidas tiveram um só objetivo básico: Modernizar o critério de avaliação de solvência das empresas do setor, alinhando-o aos padrões internacionais.

2007 | Abertura do Resseguro

A abertura do mercado de resseguro no Brasil teve início em janeiro de 2007, com a publicação da Lei Complementar 126. Até então, o monopólio era exercido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), autorizado a operar nesse setor desde 1939, ou seja, há quase 70 anos.

Um dos principais objetivos dessa abertura foi aumentar a capacidade do mercado, além de dinamizar o setor. Com isso, proporcionar novos produtos, uma maior qualificação profissional, melhores práticas internacionais, além da geração de mais empregos. Segundo a regulamentação desse mercado, houve a admissão de três tipos de resseguradoras: a local, a admitida e a eventual.

Uma diferença importante é que, desses três tipos, somente a primeira consiste em empresas nacionais com sede no Brasil, enquanto as outras são companhias com sede no exterior e com autorização para aceitar resseguro e retrocessão do país. Além disso, criou-se a figura jurídica do corretor de resseguro.

Desde então, esse mercado tem crescido, muitas vezes em taxas maiores do que as do mercado de seguros.

2009 | Criação da Previc

Em 2009, foi criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), uma autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar. É uma estrutura legal relevante para fiscalizar tal segmento. Foi um momento histórico importante para tal setor.

2015 | Regulação baseada em riscos

Dentro do modelo de solvência II, novas regras de solvência das seguradoras foram implantadas, como a regulação baseada em riscos. A adoção da supervisão baseada em riscos teve o objetivo de entender os riscos aos quais as seguradoras estão expostas. Esse modelo aprimora também a avaliação da empresa, permitindo melhor conhecimento a seu respeito.

Seguro em Anos Recentes

Os anos recentes não foram bons para a economia brasileira. Primeiro, a crise econômica e, depois, a crise sanitária. Nos últimos sete anos, em praticamente metade deles, tivemos queda no PIB: em 2015, 2016 e 2020. Houve crescimento em 2017, 2018, 2019 e 2021. Naturalmente, isso se espelhou no comportamento do mercado segurador brasileiro. O setor teve perda de participação no PIB. Em alguns ramos, inclusive, não foi possível acompanhar as taxas de inflação, embora, de um modo geral, o setor tenha sido resiliente. O segmento é criativo e encontra modos de se desenvolver.

À guisa de ilustração, a **tabela 9.4** mostra o faturamento do setor em 2019 e 2020, separados nos seus principais ramos. A **tabela 9.5** mostra a evolução nominal das variáveis citadas na tabela anterior nos últimos anos.

Tabela 9.4. Resumo do Faturamento – Seguros e Previdência

R\$ milhões	2020	2019	Var. %
Automóvel	35.241	36.024	-2,2%
Patrimonial	17.514	16.323	7,3%
Pessoas	48.110	46.439	3,6%
Saúde	47.743	45.762	4,3%
Riscos Financeiros	5.329	4.505	18,3%
Transportes	3.613	3.831	-5,7%
Demais	16.894	13.521	25,0%
Total 1	174.445	166.404	4,8%
DPVAT	165	2.068	-92,0%
Total 2	174.610	168.472	3,6%
VGBL	112.707	114.767	-1,8%
PGBL	10.828	10.747	0,8%
Total 3	298.146	293.986	1,4%

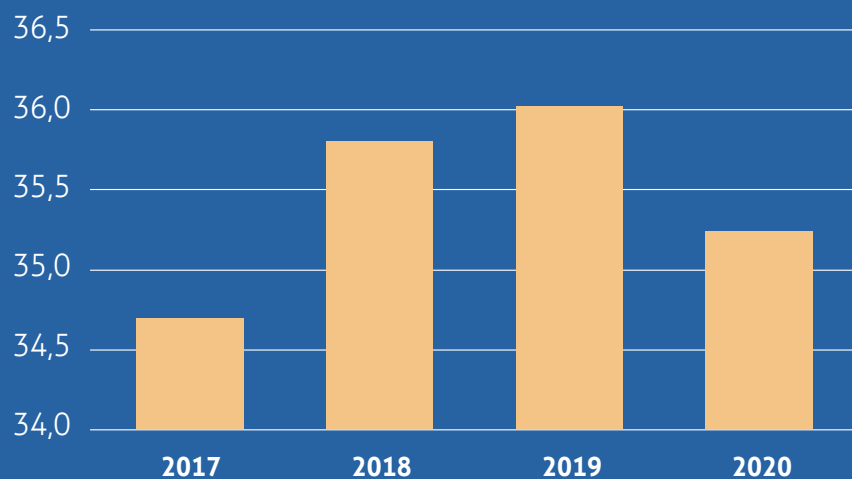
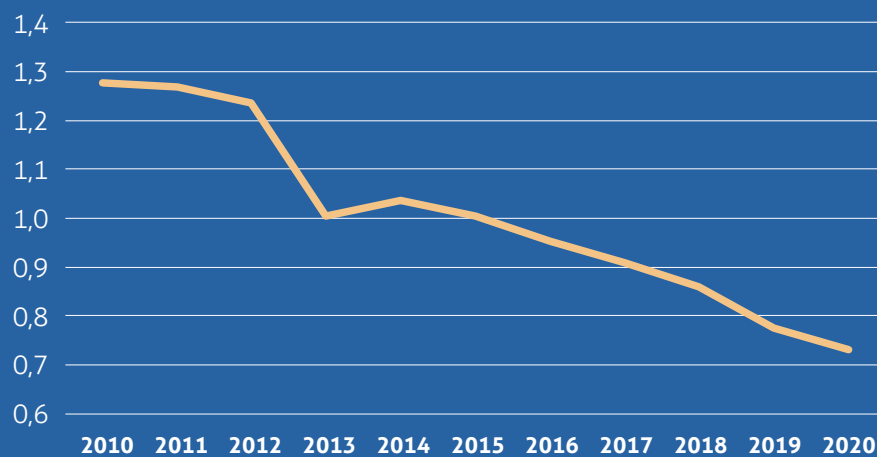
Tabela 9.5. Evolução Proporcional – (2017, Base = 100)

Evolução Proporcional	2017	2018	2019	2020
Total 1	100	108	116	121
Total 2	100	106	113	117
Total 3	100	100	110	112

Em relação aos dados apresentados, os seguintes comentários adicionais podem ser feitos:

1. Em 2020, nos produtos de risco, as maiores perdas foram nos ramos automóvel e transportes, uma consequência direta do momento que vivemos, de diminuição na mobilidade. Por outro lado, outros segmentos tiveram ganhos, como os seguros rurais, alocados no Seguros Demais.
2. Uma característica importante nos últimos anos foi a perda de importância relativa do seguro de automóvel (mesmo sem levar em conta o DPVAT) no mercado brasileiro. Por exemplo, em 2010, a sua receita era quase 30% maior do que a receita de seguros de pessoas (sem VGBL). No ano passado, foi quase 30% menor.

Nos gráficos **9.1** e **9.2**, o posicionamento do seguro de automóvel, que tem perdido espaço no setor, conforme comentado acima.

Gráfico 9.1 – Receita de Auto (sem DPVAT) – Brasil – R\$ bi**Gráfico 9.2 – Proporção Receita Seguro Auto (sem DPVAT) / Pessoas**

Apesar dessas dificuldades, o segmento de seguros teve algumas novidades nos últimos anos. Na próxima tabela, listamos cinco delas.

Tabela 9.6 – Novidades do seguro brasileiro nos últimos anos

Novidades
1 Encerramento das Operações da Seguradora Líder – DPVAT
2 Normas de Criação do “Sandbox”
3 Novos produtos de seguros, em modelos combo
4 Entrada mais intensa das <i>Insurtechs</i>
5 Introdução do Open Insurance

Em 2020, foi aprovada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT. Teoricamente, isso poderia abrir espaço para outras empresas operarem no negócio, embora haja dúvida sobre a operacionalidade do modelo.

Também em 2020, foi instalado o “sandbox” em seguros. O “sandbox” regulatório se constitui de um ambiente regulatório experimental para possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso. Existem muitas ideias já propostas.

Em 2021, foram criados os produtos combo em seguros. Aqui, a ideia é que as empresas podem oferecer novas opções para o consumidor, com vários tipos de cobertura agregados. Em alguns ramos, podem abrir novas possibilidades de negócios, como o seguro de automóvel.

Nos últimos anos, as *insurtechs* passaram a atuar de forma mais intensa no setor de seguros. Esse tipo de empresa une startups, tecnologia e seguradoras. Em geral, são empresas que atuam por meio da criação de aplicativos ou plataformas de gestão de dados, servindo para a automatização de processos. As possibilidades são grandes, embora ainda haja dúvidas se todos os modelos propostos poderão ser, de fato, aproveitados.

Em 2021, iniciada a implantação do Open Insurance. Também conhecido como Sistema de Seguros Aberto, é a possibilidade de consumidores de produtos e serviços de seguros, previdência complementar aberta e capitalização permitirem o compartilhamento de suas informações entre diferentes sociedades autorizadas/credenciadas pela Susep, de forma segura, ágil, precisa e conveniente. Como o assunto é muito recente, e ainda com muitas dúvidas, ainda não se tem ideia de como o tema pode realmente evoluir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____. **Bônus demográfico no Brasil**: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. *R. bras. Est. Pop.*, v. 37, 1-18, e. 0120, 2020.

ALVES, J. E. D. et. al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil, *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.

ALVES, J. E. D., MARTINE, G. Population, development and environmental degradation in Brazil. In: ISSBERNER, L.R.; LÉNA, P (Eds). **Brazil in the Anthropocene**: Conflicts between predatory development and environmental policies. New York: Routledge Environmental Humanities, 2017.

ANGIMAHTZ, Gustavo. **Enterrados vivos**: a saga dos rios de Pinheiros. *Huffington Post*, São Paulo, 01 out. 2014.

ARPEN, Portal da Transparência do Registro Civil, 2022. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/especial-covid>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BELTRÃO, K., ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, FCC, São Paulo, v. 39, n. 136, jan/abr 2009, p. 125-156.

BEOZZO, Pe. J. O. **História da Igreja Católica no Brasil**. Cadernos do ISER, v. 8, p. 3-10, Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença, 1979.

BIRDSALL, N.; KELLEY, A. C.; SINDING, S. W. (ed.). **Population matters**: demographic change, economic growth, and poverty in the developing world. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BLOOM, D. E.; WILLIAMSON J. G. Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. **World Bank Economic Review**, v. 12, n. 3, p. 419-56, 1998.

BRADESCO. A história da capitalização: Uma ideia francesa que conquistou o mundo. Disponível em: https://banco.bradesco/html/classic/novo-educacao-financeira/capitalizacao/template_historiaCapitalizacao.shtm. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRITO, F. R. A. **Imigração internacional e ideologias raciais na formação histórica da sociedade brasileira**. Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG, Belo Horizonte, 2020.

CABRAL, Dilma. **Código Comercial**. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/277-codigo-comercial>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CANESQUI, Ana M. Planejamento Familiar Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 2, n. 2, jul/dez, p. 1-20, 1985.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: DIFEL, 1977.

CAVENAGHI, S., ALVES, J. E. D. **Mulheres Chefes de Família no Brasil**: Avanços e Desafios, Rio de Janeiro. Estudos sobre Seguros. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência**, IPEA, 2021.

COALE, A.; HOOVER, E. **População e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

CNSEG. **História do Seguro no Brasil**: do Século XVI ao Regulamento Murinho. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/mercado/historia-do-seguro.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **O Que é a Fenaseg**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/confederacao/o-que-e-a-fenaseg.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **Gestão baseada em riscos obriga empresas a conhecerem e a tratarem seus riscos**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/noticias/gestao-baseada-em-riscos-obriga-empresas-a-conhecerem-e-a-tratarem-seus-riscos.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CUNHA, L. A. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: **500 anos de educação no Brasil**. Lopes, E.M.T. e FARIA, L.M.F. e Veiga, C.G. (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço**: Os destinos das sociedades humanas, Rio de Janeiro: Record, 2005.

Escola Nacional de Seguros (ENS). **A história do seguro**. Tudo sobre Seguros. Disponível em: <https://www.tudosobreseguros.org.br/a-historia-do-seguro-2/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na Sociedade de Classes**. São Paulo. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FMI. *World Economic Outlook*, Washington, abril, 2021.

FONSECA, Ana M. M. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Editora Global, 49. ed. São Paulo, 2004

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32. ed., 2005.

Global Footprint Network, 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, v. 1, 2019.

HOLANDA, S. B. de, **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1940 a 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro, 1999 a 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, Rio de Janeiro, 2012 a 2021.

IBGE. **Estatísticas de Gênero, Estudos e Pesquisas**, n. 33, IBGE, Rio de Janeiro, 2014

INPE. **TerraBrasilis**, PRODES (Desmatamento), 2021.

JUSBRASIL. Ministério da Previdência Social. **87 ANOS: Lei Eloy Chaves é a base da previdência social brasileira**. Disponível em: <https://mps.jusbrasil.com.br/noticias/2063032/87-anos-lei-eloy-chaves-e-a-base-da-previdencia-social-brasileira>. Acesso em: 08 fev. 2022.

LEE, R. MASON, A.; MILLER, T. Life cycle saving and the demographic transition: the case of Taiwan. **Population and Development Review**, v. 26, supplement: Population and Economic Change in East Asia, p. 194-219, 2000.

MADDISON, A. **Maddison Project Database 2020**. Groningen Growth and Development Centre, 2020.

MANETTA, Alex; ALVES, J. E. D. A validade da explicação demográfica para a tendência recente do homicídio de homens jovens em quatro regiões metropolitanas brasileiras (2002-2012). **Ideias**, Campinas, , v. 9, n. 1, AOP, jan./jun. 2018, p. 193-220.

MARQUESE, R.B. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX, **Novos Estudos CEBRAP**, 74, março de 2006.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEGRI, F; CAVALCANTE, L.R. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil, cap. 1, p-15-51. In: NEGRI, F; CAVALCANTE, L.R. (orgs) **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI: IPEA, 2014.

OGAWA, N. et. al. Population Aging and the Three Demographic Dividends in Asia. **Asian Development Review**, v. 38, n. 1, p. 32-67, 2021.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. da R. A. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

PÁDUA, José Augusto. **O gado bovino "foi uma invasão biológica"**, ECOA, 10 de maio de 2017 (on line). Disponível em: <https://ecoa.org.br/jose-augusto-padua-o-gado-bovino-foi-uma-invasao-biologica/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M; SANTOS, R.V. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R.V. (org.), **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

POMPA, C. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, P (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PRADO, Paulo, 1869-1943. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira 10a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

ROCHA, M. Isabel Baltar. **O parlamento e a questão demográfica: um estudo do debate sobre o controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional**. Campinas: Texto Nepo-UNICAMP 13, 1987.

SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da S. **Montepios e Auxílio Mútuo no Brasil Império**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/luiz-fernando-saraiva_rita-de-cassia-da-silva-almico_2.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Os economistas*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

SPENCE, Michael. *The Next Convergence: The Future of Economic Growth in a Multispeed World*. Editora Farrar, Straus and Giroux, 2011.

TAFNER, P. BOTELHO, C. ERBISTI, R. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. In: Camarano, AA (org). **Novo Regime Demográfico**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Estatísticas do eleitorado. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Perspectivas Mundiais de População 2019**: Destaques. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

TURRA, C. Os ajustes inevitáveis da transição demográfica no Brasil. In: VIEGAS, M.; ALBUQUERQUE, E. M. **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2018.

VAINFAS, R. A. **Heresia dos Índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia, 275 p., 1995.

VICENTE, do Salvador, Frei. **História do Brasil**: por Frei Vicente do Salvador. -- Ed. revista por Capistrano de Abreu. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

WESTING, Ricardo. Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. **Agência Senado**. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em: 08 fev. 2022.

WORLD BANK. **The East Asian miracle**; economic growth and public policy. World Bank, 1993.

ZWEIG, Stefan. **Brasil**: País do Futuro. Ridendo Castigat Mores, 2001.

Imagens

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Berta_Lutz_no_avi%C3%A3o_do_qual_se_lan%C3%A7aram_panfletos_de_propaganda_pelo_voto_feminino.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabra_em_Por\[...\]em_1500_by_Oscar_Pereira_da_Silva_\(1865%E2%80%931939\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabra_em_Por[...]em_1500_by_Oscar_Pereira_da_Silva_(1865%E2%80%931939).jpg). Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Engenho_de_acucar_1816.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_the_Region_of_Minas_Gerais_with_a_Part_of\[...\]ing_Tributaries_of_the_S%C3%A3o_Francisco_River_WDL954.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_the_Region_of_Minas_Gerais_with_a_Part_of[...]ing_Tributaries_of_the_S%C3%A3o_Francisco_River_WDL954.jpg). Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Italians_Sao_Paulo.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

<https://elements.envato.com/pt-br/love-has-no-age-limit-beautiful-elderly-couple-hol-Q5CQBH7>. Acesso em: 11 abri. 2022

<https://elements.envato.com/pt-br/female-teacher-giving-lesson-to-students-in-high-s-W95MGXT>. Acesso em: 11 abri. 2022

<https://elements.envato.com/pt-br/female-doctor-comforting-older-patient-X9FKJUX>. Acesso em: 11 abri. 2022

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0c/Pintura_sobre_a_primeira_missa_no_Brasil.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bucyrus_1940_norte_estado_rio_janeiro.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Desmatamento_e_Queimadas_2020_\(50209432272\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Desmatamento_e_Queimadas_2020_(50209432272).jpg). Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_cores_ajustadas.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Povo_pa%C3%A7o_1888.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Industry_during_the_First_World_War_Q54617.jpg. Acesso em: 11 abri. 2022

<https://elements.envato.com/pt-br/young-woman-working-late-in-office-4DD66PX>. Acesso em: 11 abri. 2022

<https://elements.envato.com/pt-br/elevated-view-of-stacked-road-junction-shanghai-sk-2MLHYLF>. Acesso em: 11 abri. 2022



DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Nos 200 anos da Independência do Brasil
e cenários para o século XXI

José Eustáquio Diniz Alves

Francisco Galiza



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.